

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

18

*latino americano me se no de tempo seu
relação da sociedade de seu movimento seu*
TEXTOS & DEBATES

ISSN1413-9987



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 18



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

Textos & Debates	Boa Vista	Nº 18	p. 1 - 146
------------------	-----------	-------	------------

APRESENTAÇÃO..... 5

ARTIGOS

UMA ANÁLISE DA DOUTRINA BUSH NO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO ONZE DE SETEMBRO..... 7

Erica Resende

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA VENEZUELA CONTEMPORÂNEA: UMA [BREVE] PROBLEMATIZAÇÃO À TEORIA INSTITUCIONALISTA DA ESCOLHA RACIONAL..... 19

Pedro Henrique de Moraes Cicero

O PENSAMENTO INTERNACIONALISTA DO PSDB: DA ADOÇÃO NEOLIBERAL À CRÍTICA AO LULA..... 39

Lucas Ribeiro Mesquita

OS REFLEXOS DA MOBILIDADE HUMANA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM PENSAMENTO COMPLEXO E ECOSISTÊMICO..... 57

Alessandra Rufino Santos

MIGRANTES NORDESTINOS NO VALE DO RIO BRANCO..... 73

Manoel Aires da Silva Neto

GÊNERO E AGÊNCIA FEMININA MACUXI..... 93

Olendina de Carvalho Cavalcante

TECENDO A HISTÓRIA: INDÍCIOS DO SURGIMENTO DA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM RORAIMA..... 113

Maria José dos Santos

DEGRADAÇÃO DO CORPO HÍDRICO NO URBANO EM BOA VISTA – RR..... 129

Maria Valdira de Azevedo Farias; Ana Sibelônia Saldanha Veras;
Shigeaki Ueki Alves da Paixão

RESENHA

HISTÓRIA GERAL DE RORAIMA 139
 Jaci Guilherme Vieira

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-

Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do centro de ciências humanas (cch/ufrr)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Referência: jan./jun. 2010

Publicação: dez. 2012

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR)
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson R. Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreiras (UFRR)
Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Profa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Profa. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dr. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramon Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen G. Baines (UNB)



Editora da UFRR



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo P. Chagas e
Petra C. Freitas Filgueiras

APRESENTAÇÃO

A revista *Textos & Debates* passou por sucessivos aprimoramentos nesses últimos anos. A partir deste décimo oitavo volume, a revista passa a ser publicada em formato eletrônico, o que garante um acesso mais amplo por parte dos leitores. A plataforma digital de publicação também tende a facilitar a periodicidade e o acesso às edições anteriores.

O ingresso neste domínio digital não é a única boa novidade no âmbito do exercício da pesquisa no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. O aguardado Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, inaugura nova fase na história das ciências humanas e sociais na UFRR. Isto devido à intensificação das atividades de pesquisa pelo programa interdisciplinar de Mestrado em “Sociedade e Fronteiras”. Com isto, o Centro de Ciências Humanas termina por concluir um ciclo de consolidação da tríade humboldtiana, das graduações, da extensão e da pesquisa. A prática das universidades demonstra que a consolidação de programa de pós-graduação articulado com periódico indexado são indícios de maturidade institucional e acadêmica.

A apreciação dos artigos reunidos neste número dezoito permite atestar a envergadura que a *Textos & Debates* conquistou com o tempo. Tratam-se de contribuições escritas por pesquisadores qualificados, nas áreas de política internacional, antropologia, ciência política, história, geografia. Os temas tratados nesse conjunto perpassam diferentes planos societários: das políticas hegemônicas da superpotência norte-americana à agência das mulheres da etnia macuxí, do alcance internacional de plataformas de partido político brasileiro aos movimentos sociais do campesinato roraimense, das dinâmicas da política interna venezuelana às linhas migratórias nos baixos do Rio Branco, da regionalidade das implicações ecológicas da ocupação humana na Amazônia à municipalidade do comprometimentos das fontes hídricas em Boa Vista. E, somos ainda brindados com instigante resenha crítica escrita por Jaci Guilherme Vieira - este já um pesquisador sênior da casa - que mantém viva uma das características mais caras à ciência contemporânea: a revisão colaborativa pelos pares.

A revista *Textos & Debates* é um esforço coletivo no qual participam pareceristas, secretaria administrativa, editores, editora universitária, cientistas contribuintes e, é claro, os leitores. Não é possível chegar - e consistir - neste resultado sem o efetivo comprometimento com a ciência e sem altruísmo que possa sustentar os exigentes expedientes de um periódico indexado. Faz-se isto porque é necessário inteirar processos da universidade brasileira.

É pouco para a universidade somente transmitir conhecimentos sistematizados, quanto mais ainda para tão poucas pessoas, já que o acesso ao ensino superior ainda é restrito. Tanto mais conhecimentos que garantam o status quo de modelos societários que desfavorecem nosso povo, desfavorecem a Amazônia. É pouco porque podemos muito mais. Podemos formular conhecimentos, ensinar a formulá-los e então entornar, espriar estes conteúdos. É o que a *Textos & Debates* faz, e isso desacoberta a sanha, a verve da irredutibilidade em concretizar plenamente o sonho de fazer a universidade acontecer em Roraima.

Fica aqui o agradecimento especial ao professor Msc. Rodrigo Chagas que prestou colaboração decisiva para o novo formato editorial da Revista.

Desejo a vocês, leitores e colegas, uma excelente leitura.

Felipe Kern Moreira

Boa Vista, 26 de setembro de 2012

ARTIGO

UMA ANÁLISE DA DOCTRINA BUSH
NO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO ONZE DE SETEMBRO

Resumo

Os atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 indicaram a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Com base na Estratégia de Segurança Nacional de 2002, os Estados Unidos implementaram mudanças em sua política de segurança, cujas implicações são sentida até hoje, passados dez anos. O objetivo deste artigo é identificar e avaliar as principais mudanças provocadas pela Doutrina Bush e suas implicações para a política externa norte-americana.

Palavras-chave

Estados Unidos; Política de Segurança; Doutrina Bush.

Abstract

The terrorist attacks of 9/11 pointed out to the urgent necessity of a new grand strategy for the America. Based on the 2002 National Security Strategy, the United States have implemented deep policy changes in national security. The political implications of said change in policy are felt to this day, ten years later. The purpose of this article is to pinpoint the main changes introduced by the Bush Doctrine as well as to evaluate its political implications for U.S. foreign policy.

Keywords

United States; National Security Policy; Bush Doctrine.

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ao romper o século XXI, o sistema Pós-Guerra Fria, de configuração singular e híbrida, exigia dos Estados Unidos uma urgente reflexão sobre suas prioridades estratégicas globais. Os atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 apenas confirmaram a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Dias após os atentados, o presidente W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido: o país estava diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos, e quem não estivesse a favor estaria contra os Estados Unidos. Já no ano seguinte, esse discurso surgiu mais acabado como a nova estratégia da política externa norte-americana.

A proposta foi levada ao Congresso na forma de *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (NSS-2002). Os Estados Unidos substituíam a postura defensiva e reativa da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso. A NSS-2002 não foi, porém, uma reação improvisada. Suas origens remontam aos anos 1990, durante a presidência do democrata Bill Clinton.

O objetivo deste artigo é, portanto, identificar suas origens ideológicas e mostrar que a estratégia antecedeu os eventos de 2001/2002. Para tanto, na primeira parte, identificaremos as principais transformações do sistema internacional com o fim da Guerra Fria, e como os Estados Unidos iniciaram uma reflexão sobre seu papel naquele cenário. A política que prevê a figura da “guerra de prevenção” se alimenta do mesmo pensamento que embasou a estratégia da primazia. No entanto, ao contrário daquela à época da Guerra Fria, a primazia encontra, após os atentados de 2001, ambiente político mais receptivo à sua implementação.

Devido à centralidade que a “Nova Estratégia de Segurança Nacional” (NSS-2002), também conhecida como Doutrina Bush, assumiu na reorientação da agenda internacional, sobretudo devido à política de segurança norte-americana promovida sob o manto da “Guerra ao Terror”, faz-se necessário compreender não só o que a estratégia de 2002 trouxe de novo às relações internacionais, mas também, compreender a reorientação estratégica promovida pelos Estados Unidos nesses últimos dez anos.

O fim da Guerra Fria introduziu uma mudança sistêmica que não levou ao restabelecimento da situação anterior. Que mundo era aquele? A indagação é relevante, pois uma característica que permeou a consolidação das Relações Internacionais como nova área de conhecimento foi a disciplina ter se desenvolvido tendo a lógica da Guerra Fria como principal referencial. À “elegante simplicidade”¹ do conflito

1 Schlesinger (1991) mostra como as escolhas eram simples na Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, alinhamento a Leste, ou não alinhamento.

bipolar seguiu-se um cenário de desorganização internacional onde os tradicionais referenciais teóricos eram inadequados. Para Albuquerque (1992), o desaparecimento da confrontação direta entre Estados Unidos e União Soviética teria provocado o fim do automatismo no tratamento de todo tipo de conflito. A definição de segurança deixou de ser o risco de uma confrontação entre as superpotências para ganhar significado mais autônomo, sem ideologias definidas.

Ademais, a inexistência de um mecanismo de regulação automática teria deixado como legado aos Estados Unidos, uma situação desafiadora. De um lado, se antes o alinhamento automático de seus aliados tradicionais era certo, agora eles passam a ser obrigados a adotar um sistema de negociação *ad hoc* para cada conflito. Por outro lado, com o esvaziamento do conteúdo ideológico dos alinhamentos, questões de legalidade e legitimidade se tornaram decisivas nas negociações diplomáticas.

Nas interpretações da ordem pós-1989/91, os conflitos regionais e locais continuaram a existir e a se multiplicar. Albuquerque (1992) entende que a intensificação de conflitos teria propagado a ideia de “desordem mundial”, forçando os Estados Unidos a rever seus interesses estratégicos e a buscar uma nova estratégia de ação. Se o fim da Guerra Fria significou a perda da principal bússola da política externa norte-americana, agora era o momento de iniciar a busca de uma nova estratégia.

Como em 1945, os Estados Unidos se deparavam com a necessidade de articular um novo projeto de hegemonia global. No entanto, pouco valia os arcabouços teóricos do conflito anterior. Como lembrou Nye (1990), para um novo tempo eram necessárias novas escolhas estratégicas, e os Estados Unidos precisavam estar adequadamente equipados para enfrentar os desafios do novo contexto internacional.

Em termos gerais, “isolacionistas” e “internacionalistas” representam posições identificáveis dentro de debates históricos e contemporâneos sobre objetivos e estratégias da política externa norte-americana. Independentemente do grau de complexidade dos contextos históricos específicos, os defensores de ambas as posições têm percepções bastante definidas sobre sua própria identidade.

Apropriando-se de um discurso de referências aos mitos fundacionais da nação, os “isolacionistas” entendem que os Estados Unidos representam um modelo mundial por terem atingido perfeição no plano interno. Caberia ao país funcionar como um farol a iluminar o caminho a ser seguido pelos outros Estados, evitando se envolver diretamente com a “degeneração” da política internacional. Já os “internacionalistas” defendem participação mais engajada na arena internacional para promover o poder norte-americano no plano global, assegurando, também, a promoção de seus

interesses e valores. O centro do debate era determinar a melhor estratégia para o engajamento internacional: unilateralismo, ou multilateralismo.

Fato é que o fim da Guerra Fria privou os Estados Unidos de sua missão. A política externa norte-americana ganhava maior adesão doméstica quando atrelada a algum tipo de valor moral. O problema é que, em meados de 1989, não havia bárbaros prestes a invadir os portões da civilização. O início da década de 1990 foi especialmente produtivo, e algumas propostas estratégicas foram articuladas naquele período. Dessas, quatro merecerem atenção especial por terem promovido uma competição nos círculos políticos norte-americanos: neoisolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia.

Oferecendo uma interpretação mínima e restrita dos interesses nacionais norte-americanos (proteção da segurança, liberdade e propriedade), a estratégia neoisolacionista deveu sua impopularidade à limitação dos interesses nacionais e à aversão que o termo causa ao público em geral. A estratégia retoma uma antiga tradição norte-americana de não envolvimento no sistema internacional, sendo logo associada, no imaginário coletivo nacional, ao discurso de despedida de George Washington, em 1796.

Tendo como principal âncora analítica uma variação do realismo defensivo, o neoisolacionismo é alimentado por uma interpretação reducionista da realidade Pós-Guerra Fria. Com a derrota do inimigo tradicional, nenhuma outra potência teria condições de ameaçar os Estados Unidos.

A estratégia do engajamento seletivo (ART, 1991) não só obteve maior penetração política, como se transformou em doutrina oficial de Estado, sobretudo com o esforço de Anthony Lake, então assessor presidencial de Clinton. Tendo como objetivo assegurar a paz e a estabilidade entre potências com capacidades industriais e militares substanciais, é uma estratégia conservacionista do *status quo* que privilegia as grandes potências, uma vez que conflitos entre elas são muito mais perigosos para os Estados Unidos do que conflitos entre Estados mais fracos.

O engajamento seletivo não seria alimentado nem pelo realismo defensivo mínimo (neoisolacionismo), nem pelo realismo maximizador (estratégia da primazia). Sua fundamentação reside na própria noção de balança de poder, com prioridade à prudência. Caso o equilíbrio entre os pólos de poder demorasse a ocorrer, os Estados Unidos deveriam estar prontos a intervir nas relações entre as grandes potências com o objetivo de restabelecer o equilíbrio e assegurar a estabilidade.

No entanto, já que o equilíbrio de poder dependeria da boa convivência entre as grandes potências, o engajamento seletivo deveria priorizar Estados e/ou regiões

mais relevantes para a construção desse equilíbrio (VAN ERA, 1990). Assim, as regiões consideradas prioritárias para a política externa norte-americana eram as duas extremidades da Eurásia, o Oriente Médio e o Sudoeste Asiático.²

Seu maior problema, todavia, residia na ausência de elementos normativos e/ou idealistas. Seu caráter excessivamente pragmático destoava da tradição norte-americana de combinar pragmatismo com princípios morais. A proposta de engajamento seletivo ficava em desvantagem, se comparada com as cores nacionalistas e/ou patrióticas da estratégia da primazia, ou mesmo com o compromisso liberal da segurança cooperativa. Sua seletividade impunha aos Estados Unidos um comportamento por vezes letárgico e distanciado, interpretado como incompatível com seu peso político. Ao mesmo tempo, a seletividade abalava o prestígio do país. Percepções de abandono (no Terceiro Mundo) e de dominação (na Eurásia) alimentavam a impressão de uma política externa esquizofrênica.

Finalmente, sua seletividade era falsa, pois quase nenhuma região escapava ao projeto de hegemonia global dos Estados Unidos. Ao definir como prioritárias regiões inteiras como a Eurásia, Oriente Médio, Sudoeste Asiático e Extremo Oriente, ela acaba englobando a maior parte do mundo. A seletividade seria ilusória, ao criar o paradoxo de se envolver em conflitos justamente para evitar conflitos.

Alimentada por uma matriz liberal, a estratégia de segurança cooperativa (KUPCHAN & KUPCHAN, 1991; STARES, 1992) se assentava na caracterização da paz como bem coletivo. Novas ameaças de natureza difusa e transnacional – proliferação de armas de destruição em massa, genocídio, deslocamentos causados por guerras civis etc. – teriam alimentado a noção de certa interdependência em termos de segurança.

Coerente com a tradição liberal, a estratégia destacava o papel das instituições internacionais na coordenação da segurança coletiva. A novidade da estratégia é combinar promoção da democracia com engajamento de instituições internacionais como forma de sanar os tradicionais problemas da ação coletiva. Sua agenda de ação se articula em torno de quatro itens: proliferação de armas de destruição em massa definida como principal ameaça, posicionamento dos “Estados párias” como inimi-

2 O Terceiro Mundo estaria fora das prioridades estratégicas norte-americanas. México, Brasil, África do Sul, Argélia, Egito, Turquia, Índia, Paquistão e Indonésia foram classificados como Estados pivôs pelo impacto futuro em suas respectivas regiões.

gos, centralidade atribuída aos conflitos regionais interestatais e aos intraestatais, e posicionamento favorável a intervenções humanitárias.

A última proposta daquele período foi a estratégia da primazia. Ao contrário das demais, foi a única a usufruir de *status* de doutrina oficial, pois foi apresentada em documento assinado pelo então secretário da Defesa, Dick Cheney. Suas raízes ideológicas residem no debate sobre o chamado “momento unipolar” (HAAS, 1999; HUNTINGTON, 1993; KRAUTHAMMER, 1991), que destacava as características singulares do cenário internacional.

Desde essa época, neoconservadores ligados ao Departamento de Defesa e a think tanks de direita³ cresceram em influência e prestígio. Defendendo o retorno aos “valores tradicionais americanos”, eles condenavam o comportamento dos Estados Unidos na política internacional: um Estado rico e poderoso que, nas últimas décadas, agia como se fosse pobre e fraco⁴. Para eles, com a desintegração da União Soviética, os Estados Unidos deveriam agir como “o hegemom global dos hegemonos regionais, o chefe de todos os chefes” (KURTH, 1996).

Apesar de críticas iniciais, os neoconservadores ganharam apoio de republicanos e de democratas, sobretudo devido à estratégia da primazia, cujo objetivo seria a consolidação e a manutenção do momento unipolar. O entendimento era que os demais Estados deveriam ser impedidos, por meio da força, se necessário, de tentar competir com o poderio militar norte-americano. Além da manutenção da primazia, seria necessário minimizar os temores de dominação por meio da promoção de valores universais, como direitos humanos, democracia e livre comércio. O discurso que articulava a estratégia da primazia estabelecia que, por terem derrotado a União Soviética, os Estados Unidos teriam direito ao “espólio da guerra”: usufruir dos benefícios gerados pela nova ordem unipolar.

Quanto às relações entre as grandes potências, a primazia deixava claro que a emergência de um rival deveria ser percebida não apenas como uma ameaça aos Estados Unidos, mas à própria ordem mundial. Por isso, quaisquer aspirações hegemônicas, de potências regionais ou globais, deveriam ser rechaçadas. Todavia, o que chama a atenção nessa estratégia é a ideia que se apresenta como corolário necessário à manutenção da primazia: o da “guerra preventiva”. Apresentada inicialmente

3 *Rand Corporation, Hoover Institution, American Enterprise Institute e Center for Strategic and International Studies*. Ver Hassner e Vaïsse (2000, p. 38-39).

4 Segundo Muravchick (1996, p. 36), “Podemos nos dar ao luxo de promover qualquer política externa de que precisamos ou queremos. Somos o país mais rico do mundo, o mais rico já visto na História. Hoje, somos mais ricos do que antes. Controlamos não menos, mas mais recursos”.

em um documento secreto do Pentágono, ela se prestaria, sobretudo, a reafirmar a primazia dos Estados Unidos.

Às portas do século XXI, o balanço da política externa norte-americana chegou a uma decepcionante conclusão: não houve uma macroestratégia capaz de substituir a política da contenção. Washington oscilava entre quatro diferentes estratégias, travando intensos debates sobre o tipo de política externa a ser promovida. O diagnóstico de Khalilzad (1995, p. *vii*) confirma a carência de uma macroestratégia e um forte empirismo na formulação de política externa daquela década: “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos estavam relativamente certos de seus objetivos. Hoje isso não ocorre (...). Na verdade, eles operam sem uma grande estratégia desde o fim da Guerra Fria.”

A partir dos atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 foi confirmada a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Dias após os atentados, o presidente W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido: o país estava diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos. O novo norteamento da política externa americana incluía a prerrogativa de que quem não estivesse a favor estaria contra os Estados Unidos.

A proposta foi levada ao Congresso na forma de *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (BUSH, 2002). Os Estados Unidos substituíam a postura defensiva e reativa da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso. Assim a NSS-2002 retoma o projeto de reafirmação hegemônica com vistas à manutenção e consolidação da primazia dos Estados Unidos. O documento enviado ao Congresso em 2002 reproduz a mesma lógica de ação e apresenta propostas quase idênticas àquelas presentes no documento vazado à imprensa em 1992 e oficializado pelo Departamento de Defesa em janeiro de 1993.

Se, na época, houve uma reação negativa à estratégia da primazia - que acabou esvaziada pela derrota de Bush para Clinton, a vitória W. Bush possibilitou a recondução das mesmas pessoas que articularam a proposta inicial.⁵ Dez anos depois, a estratégia da primazia foi rerepresentada com novo nome e promovida ao status de doutrina de Estado. Desta vez, no entanto, ela encontrou um ambiente mais receptivo a sua legitimação, seja devido à atmosfera de medo, paranóia e patriotismo, seja

5 Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld, Irving Kristol e Colin Powell passaram ocupar posições centrais na Administração W. Bush, formando, junto com outros “falcões” como Condoleezza Rice, o chamado “núcleo duro” da presidência. As decisões de política externa passaram a ser centralizadas no Departamento de Defesa e no Conselho de Segurança Nacional, marginalizando Powell e o Departamento de Estado.

pelo momento político que permitiu a implementação de medidas e instrumentos necessários a sua execução.

Com base na análise de seu conteúdo, Zelikow (2003) identificou, com bastante propriedade, cinco princípios norteadores que fundamentam o projeto político norte-americano: (1) a redefinição da geografia da segurança nacional; (2) o estabelecimento de uma relação entre poder e princípios; (3) a reavaliação das necessidades da segurança interna e da internacional; (4) a definição de um conceito norte-americano de multilateralismo e, finalmente, (5) a mudança de percepção temporal quanto às ameaças, que, por seu turno, fundamentaria a ação preventiva.

A primeira inovação da estratégia é reconhecimento da transnacionalidade na nova geografia da segurança nacional. Ao eleger o terrorismo como principal inimigo, a estratégia reconhece o caráter transnacional das novas ameaças. O problema surge quando a estratégia constrói a relação entre terrorismo e Estados párias: “Temos que estar preparados para conter os estados meliantes e seus clientes terroristas, antes que eles se tornem capazes de representar uma ameaça ou de efetivamente usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e contra nossos aliados e amigos”.

Nesse sentido, pensar em termos de Estados párias e de seus “clientes terroristas” implicaria, necessariamente, o retorno à antiga ideia de “terrorismo de Estado”: um Estado que empregaria métodos terroristas em sua expressão política. Apesar da retórica sobre a natureza transnacional e não estatal das novas ameaças, o paradigma tradicional permanece. A estratégia dá um giro de 360° e retorna à caracterização estatal das ameaças. Nesse sentido, argumenta Penã (2003, p. 5):

O terrorismo da Al-Qaeda não é patrocinado por um Estado; é terrorismo privado, independente de qualquer Estado-nação. Claro que a Al-Qaeda se beneficiará de um hospedeiro voluntário como o regime Talibã no Afeganistão. Entretanto, a ideologia e agenda da Al-Qaeda são de motivação interna, e não uma extensão política de um governo. (...) Se a Al-Qaeda não é cliente de um Estado pária, então o enfoque dado pela estratégia de segurança nacional aos Estados párias não combaterá a ameaça terrorista da Al-Qaeda. Ademais, não há evidências de que Estados párias com armas de destruição em massa (ou buscando adquiri-las) as forneceriam aos terroristas.

O segundo elemento inovador seria a centralidade dos valores morais na fundamentação e motivação da Doutrina de Prevenção. A formulação da política externa norte-americana sempre refletiu uma dicotomia entre realistas e idealistas. No entanto, o conceito de uma “balança de poder favorável à liberdade”, conforme expressão empregada no documento indicava que a Administração W. Bush enfatizava tanto poder quanto valores, afirmando-se capaz e disposta a diferenciar “bem” do “mal”,

“certo” do “errado”. Os valores morais reafirmados pela doutrina concentram-se na relação entre Estado e indivíduos, o que demonstra a tradição liberal-civilizatória da concepção idealista e universalista da estratégia em relação à promoção dos valores da liberdade.

Gilberto Dupas (2002, p.6) chama a atenção para a forma simples e genérica pela qual o documento define os campos opostos: liberdade e democracia *versus* terrorismo. Nesse sentido, a nova estratégia – que ele classificava como “colcha de retalhos” de decisões anteriores a Onze de Setembro, envolvendo considerações ideológicas, interesses contraditórios e voluntarismo moralizante – retoma a tradição norte-americana da retórica maniqueísta que divide o mundo entre “bons” e “maus”. Para Dupas, trata-se de um discurso de revisitação ao antigo “Império do Mal” de Reagan. Não teria sido surpresa, portanto, o recurso à expressão “Eixo do Mal” no pronunciamento do Estado da União no ano seguinte.

Na verdade, a crítica à centralidade dos valores morais na Doutrina de Prevenção não advém da relação estabelecida entre segurança e proteção a liberdades individuais; mas sim do caráter de verdadeira obrigação moral conferido à proteção e promoção de tais valores. Nesse sentido, entendemos que a retórica missionária – tão típica do discurso político norte-americano – ecoa fortemente nas páginas do documento. Com efeito, repetidas referências à suposta superioridade normativa do modelo e da tradição política norte-americana remetem diretamente ao mito do excepcionalismo e da “cidade da colina”⁶.

A terceira inovação da estratégia refere-se à reavaliação das necessidades da segurança interna e internacional, sobretudo em relação à transformação das forças armadas e das instituições domésticas de defesa e inteligência. Nesse aspecto, a influência da estratégia da primazia torna-se clara com a ênfase recorrente sobre o poderio militar norte-americano e a necessidade de expandi-lo continuamente.

Como quarta inovação, identificamos um conceito essencialmente norte-americano de multilateralismo, segundo o qual os Estados Unidos praticariam uma forma especial de diplomacia multilateral, porém mais justa e democrática porque relacionaria autoridade soberana, *accountability* e poder político, com boa dose de

6 A tese de uma “América excepcional e única” surge do entendimento de que os Estados Unidos reuniriam determinadas condições históricas, políticas e sociais que não puderam ser reproduzidas em nenhum outro lugar do mundo, o que teria atribuído àquela sociedade características e singularidades únicas. Sob essa ótica, o caráter excepcional dos Estados Unidos os distingue dos demais Estados, tornando-os, portanto, diferentes e não necessariamente submetidos às mesmas regras que os demais. Sobre a tese do excepcionalismo, ver Tocqueville (1987) e Lipset (1963, 1996). Sobre o impacto do mito do excepcionalismo na política externa norte-americana, ver McDougall (1997) e Mead (2001).

pragmatismo. Não se trata, como argumentam seus articuladores, de opor o unilateralismo americano ao multilateralismo europeu, e sim de reconhecer a possibilidade de uma forma *diferente* de conceber e operacionalizar ações multilaterais a fim de torná-las mais eficientes.

O quinto e último aspecto inovador da nova estratégia reside na redefinição da segurança nacional como uma função temporal, o que abriria a possibilidade do recurso à “ação preventiva”. Se, no passado, as ameaças demoravam a se manifestar, devido à lenta mobilização e deslocamento de exércitos, por exemplo, nos dias atuais, sustenta o documento, as ameaças seriam rápidas, sem aviso prévio. Além disso, devido a sua natureza não estatal, difusa e transnacional, elas não obedeceriam aos tradicionais paradigmas da agressão estatal. Dessa reavaliação surge, então, a fundamentação para agir de forma preventiva:

Há séculos o direito internacional reconhece que as nações não precisam sofrer um ataque, antes de poderem, de forma lícita, tomar medidas para se defenderem contra forças que representem o perigo de um ataque iminente. (...) Temos que adaptar o conceito de ameaça iminente às capacidades e aos objetivos dos adversários de hoje. (...) Os Estados Unidos há muito defendem a alternativa das ações preventivas no combate ao que possa se constituir numa ameaça suficiente à nossa segurança nacional. Quanto maior a ameaça, maior é o risco de inação – e mais fortes são os argumentos a favor de uma ação antecipada em defesa própria, mesmo que ainda haja incerteza quanto à hora e ao local do ataque inimigo. Para nos defendermos ou para evitarmos os atos hostis de nossos adversários, os Estados Unidos irão, se necessário, agir de forma preventiva. (...) O propósito das nossas ações será sempre o de eliminar uma ameaça específica aos Estados Unidos ou a nossos aliados e amigos. As razões para as nossas ações serão claras, a força empregada será comedida, e a causa será justa.

Aqui se faz necessário pensar o sentido e conotação da expressão “ação preventiva”, que não constitui, a nosso ver, uma caracterização adequada, uma vez que implicaria a existência de uma situação real e objetiva de ataque iminente.⁷ O que a nova estratégia endossa é “guerra preventiva”: o ataque a uma possível ameaça antes mesmo que ela torne-se real ou iminente. Tal lógica de antecipação constituiria a prescrição para um estado permanente de exceção e de guerra, uma vez que, de acordo com os termos estabelecidos no documento, a simples existência das condições de possibilidade de uma ameaça já daria razões para a ação.

A Doutrina de Prevenção defende posição diversa. Existiriam situações potencialmente ameaçadoras da paz e da segurança que, por sua mera existência, deveriam

7 Um exemplo clássico de ação preventiva em legítima defesa seria a ação militar empreendida por Israel contra Egito, Síria e Jordânia na Guerra de Seis Dias de 1967. Nesse sentido, ver Oren (2002).

ser enfrentadas militarmente de forma preventiva, mesmo se a critério e julgamento de um único Estado. O problema, portanto, reside em como os Estados Unidos demandam para si o direito de avaliar – de forma unilateral – se uma determinada situação justificaria, ou não, o emprego da força de forma preventiva.

Por meio da Doutrina de Prevenção, os Estados Unidos pecaram ao definir como princípio organizador de sua estratégia de segurança a luta contra o terror, reduzindo a si próprios à máxima primitiva de “matá-los antes que nos matem”. Nesse sentido, foi uma estratégia alimentada por ameaças e medos, despida de visão inspiradora ou unificadora que fosse capaz de aglutinar os demais Estados e, assim, construir uma nova ordem hegemônica e legítima. Ao usurpar espaços e canais tradicionais de negociação multilateral, os Estados Unidos deram aos demais Estados uma única saída: aceitar sua própria irrelevância e curvar-se perante seu poderio militar incomparável.

Recebido em janeiro; aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ART, R. “A Defensible Defense: America’s Grand Strategy After the Cold War”, *International Security*, v. 15, nº 4, p. 5-53, 1991.

BUSH, G.W. *The National Security Strategy of the United States of America* (NSS-2002). Washington, 17 Set. 2002. The White House. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2002/index.html>. Acesso em: 23/04/2009. Versão em português: *Política Externa*, v. 11, n. 3, p.78-113, dez./jan./fev.; 2002.

DUPAS, G. (2002) Fundamentos, Contradições e Conseqüências Hegemônicas, *Política Externa*, v. 11, n. 3, p. 5-21, dez./jan./fev.

GUILHON de ALBUQUERQUE, J. A. *O Futuro do Brasil: a América Latina e o Fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAAS, R. N. “What to do With American Primacy?”, *Foreign Affairs*, v. 78, nº 5, 1999.

HASSNER, P.; VAÏSSE, J. *Washington et le Monde: dilemmes d’une superpuissance*. Paris: Autrement, 2000.

HUNTINGTON, S.P. “Why International Primacy Matters”. *International Security*, v. 17, n. 4, p. 68-83, Spring, 1993.

KHALILZAD, Z. M. *From Containment to Global Leadership? America and the World After the Cold War*. Santa Monica: RAND, 1995.

KRAUTHAMMER, C. “The Unipolar Moment”. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 1, p. 23-24, 1991.

KUPCHAN, C. A.; KUPCHAN, C. A. “Concerts, Collective Security, and the Future of Europe”, *International Security*, v. 16, nº 1, 1991.

KURTH, J. “America’s Grand Strategy: a Pattern of History”, *The National Interest*, nº 43, p. 3-19, 1996.

- LIPSET, S. M. *American Exceptionalism: a Double-Edged Sword*. New York: WW Norton, 1997.
- LIPSET, S. M. *The First New Nation: the United States in Historical and Comparative Perspective*. New York: Basic, 1963.
- McDOUGALL, W. *Promised Land, Crusader State: the American Encounter with the World since 1776*. New York: Houghton Mifflin, 1997.
- MEAD, W. R. *Special Providence: American Foreign Policy and How it Changed the World*. New York: Knopf, 2001.
- MURAVCHIK, J. *The Imperative of American Leadership: a Challenge to Neo-Isolationism*. Washington: AEL Press, 1996.
- NYE, J. *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. New York: Basic, 1990.
- OREN, M. B. (2002) *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. New York: Ballantine.
- PEÑA, C. V. (2003) Bush's National Security Strategy is a Misnomer. *Political Analysis*, n. 496, October 30th.
- SCHLESINGER, J. "New Instability, New Priorities". *Foreign Policy*, v. 85, p. 3-25, Winter, 1991.
- STARES, P. B. "After the Cold War: a Debate on Cooperative Security. A Report by the Institute for Defense and Disarmament Studies", *Boston Review*, v. 17, n° 6, 1992.
- TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- VAN ERA, S. "Why Europe Matters, Why the Third World Doesn't: America Grand Strategy After the Cold War", *Journal of Strategic Studies*, v. 13, n° 2, 1990.
- ZELIKOW, P. (2003) The Transformation of National Security: Five Redefinitions. *The National Interest*, n. 71, p. 17-28, Spring.

ARTIGO

**PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA VENEZUELA
CONTEMPORÂNEA: UMA [BREVE] PROBLEMATIZAÇÃO À
TEORIA INSTITUCIONALISTA DA ESCOLHA RACIONAL**

Resumo

Através de um estudo de caso – o processo político em curso na Venezuela – o artigo tem como objetivo problematizar as bases conceituais da teoria institucionalista da escolha racional, em especial o que concerne às suas assertivas sobre o fenômeno da participação eleitoral. A partir desse exercício teórico, o texto procura compreender os motivos da considerável variação na abstenção eleitoral para, em seguida, argumentar que não é prudente dissociar o “componente político” das análises sobre a participação eleitoral na Venezuela contemporânea.

Palavras-chave

Abstenção Eleitoral; Teoria da Escolha Racional; Venezuela.

Abstract

Through a case study - the political process that is currently underway in Venezuela - the article aims to discuss the conceptual foundations of the institutionalist theory of rational choice, especially with respect to its assertions about the phenomenon of electoral participation. Based on this theoretical exercise, the text seeks to understand the reasons for the considerable variation in electoral abstention to argue that it is unwise to separate the “political component” of the analysis of electoral participation in contemporary Venezuela

Keywords

Electoral abstention; Rational Choice Theory; Venezuela.

* Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas.

I. BREVE RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA VENEZUELA

1.1. O Pacto de Punto Fijo (1958-1993): da estabilidade à crise

É consenso entre os historiadores locais que a chamada “história contemporânea da Venezuela” inicia-se durante as primeiras décadas do século XX. Este marco temporal deve-se a uma importantíssima modificação em sua estrutura produtiva: a economia, até então essencialmente agrícola, passa a ser centrada na produção e exportação do petróleo.

A partir de então, a atividade econômica petroleira passou a representar, por ampla margem, a principal fonte de renda para a sociedade venezuelana. Dados atuais dão conta de que o setor é responsável por 80% das exportações do país, sendo que nada menos que a terça parte do Produto Interno Bruto advém diretamente do comércio do combustível¹.

Tal característica faz da Venezuela, segundo definição amplamente difundida, uma nação “rentista”. Ou seja, trata-se de uma “arquitetura econômica” cujo [sub] desenvolvimento está atrelado à incorporação dos lucros obtidos com o comércio do petróleo, tendo em vista o fato de que grande parte do ingresso fiscal provém de um setor pouco integrado da economia, no qual a rentabilidade se deve ao pagamento de royalties ao Estado e, não propriamente à vitalidade do setor produtivo nacional. Assim, a condição de país petroleiro, segundo ELLNER (2003), “minimizo la lucha de clases, debilitó a la oligarquía, y generó una clase media excepcionalmente amplia”.

Esta importante singularidade confere à economia nacional um elevado grau de volatilidade, na medida em que os preços do combustível flutuam gerando, ciclicamente, intervalos de bonança econômica, nos quais há relativa estabilidade política, seguidos por graves crises financeiras que, dentre outros desdobramentos, geram instabilidade social.

Nesse sentido, o período histórico constituído após a segunda guerra mundial foi marcado pelo robusto crescimento da economia capitalista na Venezuela. Os abundantes recursos oriundos da comercialização do petróleo geraram as condições necessárias para apaziguar, ao menos por certo tempo, os graves conflitos entre as classes sociais estabelecidas naquele país (LÓPEZ-MAYA, 2005).

¹ Tais dados, assim como diversos outros índices macroeconômicos da Venezuela, podem ser encontrados no sítio eletrônico da CEPAL: <http://www.eclac.org>

Após um período de ditadura militar e através da consolidação de um regime *sui generis* - que ficou conhecido como o “Pacto de Punto Fijo”²- os venezuelanos passaram a gozar de um cenário político formalmente democrático, marcado por eleições regulares e pela alternância partidária no poder. Importante salientar, porém, que, conforme ilustra o quadro abaixo, tal alternância ficou restrita a, apenas, dois partidos políticos.

Quadro nº 1		
Presidentes durante o período puntofijista (1959-1993)		
Mandato	Presidente	Partido
1959-1964	Rómulo Betancourt	AD
1964-1969	Raúl Leoni	AD
1969-1974	Rafael Caldera	COPEI
1974-1979	Carlos Andrés Pérez	AD
1979-1984	Luis Herrera Campins	COPEI
1984-1989	Jaime Lusinchi	AD
1989-1993	Carlos Andrés Pérez	AD
Fonte: Elaboração própria		

No que concerne especificamente à participação eleitoral no período, é recorrente a opinião de que sobressaltava o expressivo comparecimento do eleitorado aos pleitos presidenciais. O interesse dos cidadãos em participar do “processo democrático”, por diversas vezes, foi analisado como uma prova da vitalidade e legitimidade do sistema político venezuelano. Comprovava-se tal opinião através da baixa e estacionária taxa de abstenção nas eleições realizadas a cada cinco anos para a escolha do presidente da República (DELGADO 1992).

2 Coalizão capitaneada pelos partidos “Acción Democrática” (AD) e “Partido Socialcristiano”(COPEI) tinha como principal objetivo a definição de uma agenda que reduzisse as [poucas] diferenças programáticas entre as duas agremiações, de modo a estruturar um plano de governo comum que abarcasse, concomitantemente, as expectativas e projetos das lideranças políticas que “costuravam” o acordo com os demais setores sociais. Assim, estabeleceu-se um amplo e hegemônico consenso entre as mais importantes instituições do país, incluindo os sindicatos patronais e dos trabalhadores, a igreja, as Forças Armadas e outras entidades civis que garantiram, na prática, a estabilidade política da nação por aproximadamente quatro décadas.

Assim, entre 1958 e 1973, o nível médio de participação eleitoral foi de 93,46%, com cada uma das quatro eleições presidenciais registrando índices inferiores a 10% de abstenção. Importante salientar que, de acordo com o texto constitucional venezuelano, o voto naquela época era, e continua a ser, obrigatório. A particularidade é que não há, porém, sanções para aqueles que não comparecem ao pleito³.

Nesse sentido, ganha solidez o argumento acima apresentado segundo o qual, no período histórico ora abordado, o sistema político venezuelano caracterizava-se por sua estabilidade, tendo em vista, entre outros fatores, o fato de que a participação eleitoral, apesar de obrigatória, era “espontânea”, dada a ausência de penalidades para os que não desejassem participar.

Entretanto, tal cenário começou a ser paulatinamente modificado no final da década de 1970. Como conseqüência do elevado acúmulo de divisas gerado pela crise energética mundial de 1973 – crise esta que catapultou os preços do petróleo no mercado internacional em quase 400% - a grave instabilidade econômica que afetou grande parte da América Latina já no início da década de 1970 chegou à Venezuela com certo atraso⁴.

Porém, o castelo de areia não demoraria a ruir. Os perniciosos efeitos gerados pela extrema dependência do país em relação ao comércio petrolífero, já no início da década de 1980, tornaram-se incontroláveis:

El Estado se convirtió en el gran empleador creando una aberrante dinámica de endeudamiento para pagar los gastos de funcionamiento de la administración pública, cuyo monto, sólo por servicio de la deuda llegó a representar un tercio del presupuesto. En una situación solo comparable a la de los países árabes, por la propiedad estatal del petróleo, el 90% de los ingresos en divisas internacionales han estado bajo control estatal (PETIT, 2006).

Segundo o estudo de LÓPEZ-MAYA (2005), os resultados da desaceleração econômica fizeram-se sentir, também, no campo político, uma vez que os mecanismos de mediação entre Estado e sociedade (tais como os sindicatos e a igreja) passaram a apresentar sistemáticas dificuldades em cumprir as funções de manutenção do consenso político a elas atribuídas pelo Pacto de Punto Fijo.

A referida crise que acometeu os principais atores do sistema democrático (especialmente os partidos políticos hegemônicos), agregada ao crescente descontenten-

3 Sobre o assunto, dispõe o artigo 63 da Constituição venezuelana: “Artículo 63. El sufragio es un derecho. Se ejercerá mediante votaciones libres, universales, directas y secretas”.

4 Conforme apontam os índices macroeconômicos venezuelanos expostos, entre outros, no trabalho de BONILLA-MOLINA e EL-TROUDI (2004).

tamento da população em relação às instituições e serviços públicos, fez com que o cidadão venezuelano repensasse sua forma de conceber e participar da política nacional.

Não por acaso, a partir de então, os índices de participação eleitoral passaram a cair exponencialmente. Emergia, assim, uma tendência que, em pouquíssimo tempo, faria com que os índices de abstenção na Venezuela, até então em níveis bastante baixos, atingissem a patamares consideravelmente altos.

Nesse sentido, já na eleição presidencial de 1978 percebem-se, ainda que de forma embrionária, sinais dessa modificação no comportamento do eleitorado venezuelano. A taxa de abstenção que, nas eleições de 1973, foi de ínfimos 3,48% praticamente triplicou no pleito do final da década, atingindo a cifra total de 12,44%. O trabalho de MOLINA (1995) é bastante claro ao apontar tal transformação:

En Venezuela la fortaleza de las organizaciones partidistas a partir de 1958, así como su presencia en todos los ámbitos de la sociedad, influyeron en el logro y mantenimiento de altos niveles de participación. Desde mediados de los setenta se ha producido una pérdida de capacidad de movilización de los partidos debido a su desprestigio, al declive de la militancia e identificación partidista y a la aparición de nuevas organizaciones no influidas por ellos. Esto ha incidido en el aumento de la abstención.

Conforme aponta o quadro nº 2, o novo padrão (aumento dos índices abstencionistas) fortaleceu-se no decorrer da década de 1980, atingindo o patamar de 18,08% nas eleições de 1988.

Quadro nº 2			
Abstenção nas Eleições Presidenciais Venezuelanas			
(1958-1993)			
ANO	TOTAL DE ELEITORES	ABSTENÇÕES	PERCENTUAL
1958	2.913.801	191.748	6,58
1963	3.369.968	262.441	7,79
1968	4.134.928	135.311	3,27
1973	4.737.122	164.935	3,48
1978	6.223.903	775.103	12,45
1983	7.777.892	952.712	12,25
1988	9.185.647	1.660.887	18,08
1993	9.185.647	3.859.579	39,84

Fonte: Consejo Nacional Electoral de Venezuela (<http://www.cne.gov.ve>)

A ruína política do *puntofijismo* chegou ao ápice nos anos 90. E aqui, novamente, o vínculo entre a “apatia política” e a penúria econômica tornou a aparecer. O desemprego e a pobreza mantiveram a tendência ascendente da década anterior, tendo

sido registrado, no ano de 1996, o alarmante total de 48,33% de domicílios abaixo da linha de pobreza, dos quais 27,66% encontravam-se em situação de pobreza extrema. A inflação acumulada entre o período entre 1994-1998 atingiu a cifra de 885%.

Por sua vez, a abstenção medida na eleição presidencial de 1993 ficou pouco abaixo dos 40%. Ou seja, em exatas duas décadas, os índices abstencionistas no país cresceram mais de dez vezes. Sobre tal fenômeno, analisa ROSALES (1997):

Tal incremento sorpresivo nos permite pensar que la abstención no se elevó por un acrecentamiento repentino del descuido e incivismo del electorado, por razones simplemente personales o de “cultura política”, sino que semejante alteración implica una actitud cívica de desencanto y crítica, no casual, debida a los errores de la élite política con relación al gobierno precedente.

Nesse sentido, percebe-se claramente na literatura uma importante modificação nas análises sobre a abstenção nos processos eleitorais venezuelanos ocorridos a partir de 1984: torna-se recorrente a explicação de que na medida em que aumentava a insatisfação popular com o sistema político puntofijista, a abstenção eleitoral, conseqüentemente, também tendia a aumentar⁵.

Tal correlação ocorria não por acaso, mas sim pelo fato de que a abstenção, na Venezuela, passou a ser utilizada por grande parte da população como um mecanismo para expressar o sentimento de desaprovação em relação ao sistema político vigente.

Ou seja, o ato de não comparecer às eleições não representava uma escolha racional dos indivíduos que, sabedores do “pouco peso” relativo de seu voto no universo total de eleitores, decidiam por não participar. Pelo contrário: a não participação consubstanciava-se numa escolha política com vistas a materializar um sentimento de protesto (HIDALGO TRENADO, 1998).

1.2. A era Chávez (1999-2006): polarização transformada em participação

A análise sobre a ascensão de Hugo Chávez Frías ao ápice da estrutura política venezuelana revela uma clara relação entre a vitória por ele conquistada na eleição de 1998 e os desastrosos resultados obtidos pela chamada “investida neoliberal”, que teve lugar na Venezuela no decorrer dos anos 90 (Cicero, 2010).

⁵ Tais inferências e análises podem ser constatadas, entre outros, nos trabalhos de ROSALES (1997), BUNIMOV-PARRA (1988), DELGADO (1992).

Foi o governo venezuelano (durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez) o primeiro a adotar as “recomendações” do Consenso de Washington⁶. O programa de ajustes neoliberais fora implementado, sem sucesso, como “antídoto” à crise *puntofijista* que assolava o sistema político desde o início da década anterior.

Porém, a “via neoliberal” não conseguiu se firmar. Pelo contrário. A instabilidade econômica gerou ondas violentas de caos social, situação esta que fez da década de 1990 a mais conturbada da história do país⁷. Nesse contexto, o movimento político liderado por Hugo Chávez Frias saiu-se vitorioso das eleições presidenciais de 1998, entre outros fatores, por ter retratado a democracia representativa até então praticada como um sistema elitista, sem conteúdo democrático real e, por isso, alheia e refratária à participação popular.

Para sanar tais deficiências, o programa de governo bolivariano ofereceu duas alternativas ao redor das quais construiu um sistema simbólico que lhe permitiu agrupar amplos setores populares: prometia a estruturação de um sistema democrático efetivamente aberto à participação (o qual denominou “democracia participativa e protagônica”) e, também, garantia o resguardo à soberania nacional ante os organismos financeiros internacionais, por meio de uma orientação política e econômica de base nacionalista

Resumidamente, é seguro afirmar que o primeiro mandato presidencial chavista (1999-2001) se caracterizou, concomitantemente, por uma postura até certo ponto conservadora no que tange à economia e, por outro lado, por uma abordagem bem mais agressiva nas questões concernentes à reformulação das estruturas e dos quadros integrantes do aparelho estatal venezuelano.

A primeira parte dessa sentença pode ser confirmada, entre outras análises, pela opinião de ALI (2008), para quem é “totalmente verdade que, durante seu primeiro mandato, os bolivarianos permaneceram prisioneiros das políticas macroeconômicas e não concederam benefícios imediatos para aqueles que mais precisavam”.

6 As políticas neoliberais colocadas em prática na América Latina durante os anos de 1990, assim como em outros países com alto endividamento externo, ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”. Este consistia num programa de dez pontos com o objetivo principal de reformar os mecanismos internos de regulamentação econômica das nações, de tal forma a dar-lhes condições para pagar as dívidas que haviam contraído. Entretanto, na prática, as exigências feitas aos devedores constituíam praticamente uma nova forma de colonialismo, tamanho os benefícios que o programa neoliberal garantia aos credores, estadunidenses em sua maioria. A Venezuela acumulara uma enorme dívida, imprudentemente adquirida a juros altíssimos por sucessivos governos, o que fez do país um alvo privilegiado das reformas do Consenso de Washington.

7 Entre os principais acontecimentos políticos que “sacudiram” a sociedade venezuelana no período estão o Caracazo (1989) e as duas tentativas frustradas de golpe de Estado (1992) perpetradas pelo grupo liderado por Chávez (MBR-200).

Se a agenda econômica adotada nos primeiros anos do governo Chávez não obedeceu a padrões definidos e harmônicos, oscilando entre medidas que ora destoavam e ora afirmavam as premissas neoliberais, o mesmo não pode ser dito sobre sua agenda política. A partir de uma base política constituída por um enorme contingente popular cuja ânsia por profundas transformações era latente, os bolivarianos empreenderam um articulado e complexo esforço visando a “refundação” da república.

Nesse sentido, o advento da Constituição de 1999 serviu de base para modificar por completo a estrutura institucional do país. O tom do discurso chavista sobre o assunto era extremamente claro:

Sin una transformación a fondo de las estructuras del Estado y del sistema político venezolano, no hay posibilidades de impulsar un proceso realmente productivo de desarrollo económico y social [...] El Estado está desarticulado. Yo soy Jefe de Estado, pero de cuál Estado soy jefe? De un Estado desarticulado, un Estado con un motor fundido. El motor venezolano está fundido y el Estado es el motor de la nación. Tiene que ser uno de los motores generadores del impulso nacional, sin duda alguna, el Estado (VENEZUELA, 2005, t.1).

Por sua vez, o segundo termo presidencial (2002-2006) foi marcado pela aguda polarização social engendrada, entre outros motivos, por modificações institucionais colocadas em prática pela administração bolivariana. Tal dinâmica fez com que organizações de apoio e de oposição ao presidente se proliferassem no seio social. Assim, de um lado, postou-se um coeso grupo opositor formado essencialmente pelos donos dos meios de comunicação privados, oficiais de alta patente na hierarquia militar, o alto escalão eclesiástico da igreja católica e os “executivos de carreira” da gigante empresa estatal petroleira, a PDVSA.

Do outro lado enfileirou-se uma numerosa parcela da população venezuelana, historicamente excluída das posições de mando no cenário político nacional que, desde o início da década de 1990, se organizou e atuou coletivamente a fim de manter e qualificar a experiência “chavista”.

A polarização entre tais setores sociais - após esforços golpistas (2002) e de sabotagem (duas “greves patronais” em 2001 e 2002) praticados pela oposição - chegou ao seu clímax por ocasião do chamado “referendo revogatório presidencial”, ocorrido em agosto de 2004 e articulado pelos setores opositoristas.

Para tanto, estes recorreram ao artigo 72 da Constituição venezuelana, o qual prevê a possibilidade de revogação de todos os cargos eletivos sob duas condições: que a metade do mandato para o qual o funcionário foi eleito tenha transcorrido e que ao menos 20% do total de eleitores presentes naquele pleito solicitem a instau-

ração do referendo revogatório. Então, cumpridos tais requisitos, se o número de votos favoráveis à revogação superar o total de votos recebido pelo funcionário, considerar-se-á revogado o mandato e, de imediato, terá início um novo processo eleitoral para o preenchimento daquele cargo.

Após meses de intensa campanha política e de coletas das assinaturas necessárias, o referendo ocorreu no dia 15 de agosto de 2004. A politização e mobilização da sociedade foram comprovadas pelas imensas filas formadas nos postos de votação e pelos quase de 10 milhões de sufrágios computados. Na madrugada do dia seguinte, foram divulgados os resultados finais do pleito os quais, por uma margem de 58,25% contra 41,74%, folgadoamente favoreceram a Hugo Chávez Frías.

Para a temática que concerne o presente estudo, mais do que propriamente o resultado final, é importante salientar o índice de abstenção nesse pleito e compará-lo com os índices registrados nas outras eleições vencidas por Chávez (conforme demonstra o quadro nº 3)

Quadro nº 3			
Abstenção nas Eleições Presidenciais Venezuelanas (1958-1993)			
ANO	TOTAL DE ELEITORES	ABSTENÇÕES	PERCENTUAL
1998	10.991.482	4.470.863	45,6
2000	11.720.971	5.129.082	43,69
2004	14.037.900	4.222.269	30,08

Fonte: Consejo Nacional Electoral de Venezuela (<http://www.cne.gov.ve>)

As cifras deixam claro que o referendo revogatório caracterizou-se pela queda na taxa de abstenção eleitoral, quando comparado aos índices registrados anteriormente. Verifica-se que a participação eleitoral, já em tendência de alta por ocasião das eleições do ano 2000, aumentou ainda mais. A diferença entre o primeiro pleito vencido por Chávez (1998) e o referendo é expressiva: quase um terço a mais de participação eleitoral. O índice de abstenção registrado (30,08%) foi o menor registrado desde as eleições de 1988.

A explicação para essa tendência, certamente, é multifacetada, tendo em vista que não apenas um, mas diversos fatores contribuem para o aumento ou diminuição das taxas de abstenção eleitoral.

Feita tal ressalva, a idéia a partir daqui é jogar luz sobre uma das possíveis hipóteses que podem ser mobilizadas para compreender os motivos da considerável variação nos índices de participação eleitoral registrados na Venezuela durante os últimos cinquenta anos: a de que a polarização *política* (durante a “era Chávez”) e satisfação/insatisfação com a *política* (na época *puntofijista*) representaram fatores decisivos que motivaram – ou desmotivaram – os eleitores a votarem.

Ou seja, trata-se de um exercício que se preocupará em apontar a importância de se levar em consideração os elementos políticos conjunturais para as análises que procuram compreender teoricamente as razões do voto. Especificamente, o diálogo se dará com as perspectivas neo-institucionalistas da ciência política e, em especial, com a vertente da “escolha racional” e as explicações de alguns dos autores a ela vinculados sobre as motivações que incentivam (ou inibem) o cidadão a votar (ou se abster) nos processos eleitorais.

II. O NEO-INSTITUCIONALISMO

2.1. *As três vertentes: propostas e conceitos.*

O Neo-Institucionalismo, ao menos do ponto de vista teórico, não se caracteriza por apresentar grandes inovações em sua elaboração. As obras centrais que moldam essa corrente de pensamento prestam-se, em realidade, a promover análises empíricas bastante específicas. Constitui-se, nesse sentido, mais como um método de pesquisa, um *approach*, uma teoria de alcance médio do que um conjunto de idéias que apontam para uma teoria totalizante. Trata-se, portanto, de uma perspectiva epistemológica marcada pela compilação de procedimentos eminentemente técnicos (MARCH e OLSEN, 1984).

Tal particularidade se junta à outra característica importante concernente ao Neo-Institucionalismo: o fato de haver, “classificadas” dentro do mesmo campo de pensamento, três escolas completamente distintas⁸. O texto de HALL e TAYLOR (2003) nos ajuda a compreender melhor esta singularidade:

8 Não há, assim, univocidade para conceitos centrais como, por exemplo, “instituição”. Para a vertente da “escolha racional”, a idéia de instituição está relacionada à temática das “regras”, enquanto para o “Neo-Institucionalismo sociológico” tal conceito vincula-se à idéia de “rotina”.

O termo Neo-Institucionalismo é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também certas críticas. [...] Uma grande parte da confusão que cerca o Neo-Institucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitui uma corrente de pensamento unificada. Ao contrário, pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de “Neo-Institucionalismo”, apareceram de 1980 em diante [...] Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos.

Nas próximas linhas, de forma sucinta e esquemática, passo a elencar as principais características de cada um dos três métodos mencionados na passagem anterior, iniciando pelo o mais caro ao presente estudo: o “*Neo-Institucionalismo da Escolha Racional*”.

HALL e TAYLOR(2003) informam que tal corrente de pensamento surgiu no contexto dos estudos sobre o comportamento dos parlamentares estadunidenses tendo como objetivo averiguar dois cenários: de que forma os regulamentos do Congresso norte-americano afetavam o comportamento dos legisladores e, também, os motivos que levaram à adoção daquele determinado modelo de regulação.

Por sua vez, ensina-nos WEINGAST (2001) que a vertente em questão propõe um tratamento sistemático das instituições, proporcionando, com isso, microfundamentos para a análise institucional. Essa abordagem se diferenciaria das demais análises neo-institucionalistas por estabelecer uma metodologia sistemática e eminentemente comparativa para os estudos sobre os efeitos exercidos pelas instituições nas relações políticas. O foco recai, portanto, nos constrangimentos impostos pelas instituições que moldam as ações racionalmente calculadas pelos indivíduos. A perspectiva seria útil, pois proporcionaria o conhecimento dos microfundamentos dos fenômenos políticos.

Por sua vez, KATO (1996) enfatiza as características centrais dos teóricos institucionalistas da “escolha racional” ao apontar que:

The rational choice theorists attempt to incorporate institutional constraints upon individual behavior into their original approach, which is based on an assumption of economic rationality. Their approach is ‘new’ in the sense that they add institutional factors to the analytical framework of micro-economics or public choice theory.

Já IMMERGUT (1998) sedimenta o debate ao explicar que a “escolha racional” se presta a fazer análises das decisões tomadas por atores em relação de interdependência e capazes de avaliar racionalmente alternativas e escolher entre elas, em um contexto onde as instituições –e, especialmente, as regras do jogo por elas estabelecidas - afetam significativamente o teor e as possibilidades das escolhas.

Nesse sentido, os estudos se pautam em análises sobre as regras do jogo político, entendidas como o conjunto de arranjos institucionais que restringem as opções e estabelecem o espaço político onde atuam os atores interdependentes. Portanto, o objetivo é prever, a partir de uma perspectiva analítica e formal, o comportamento racional dos indivíduos e das instituições. Faz-se presente, assim, um forte componente normativo, na medida em que a construção teórica determina a condição necessária a uma instituição para seu funcionamento eficaz, qual seja, a presença de indivíduos que a conduzam norteados por escolhas racionais.

Sob esse aspecto, materializa-se uma teoria política pautada na ação, sendo esta uma combinação entre os constrangimentos institucionais (num contexto onde não importam os motivos que levaram à construção daquele arranjo) e a preferência racionalmente calculada pelos indivíduos.

Diferentemente da “escolha racional”, que pretende compreender a interação entre indivíduos e instituições em um contexto de racionalidade e eficiência, o chamado “Neo-Institucionalismo sociológico” preocupa-se, essencialmente, em explicar a durabilidade dos aparelhos institucionais. Para essa vertente Neo-Institucionalista, as instituições são como rotinas que garantem o funcionamento das organizações sociais (MARCH e OLSEN, 1984).

Traçam como características principais dos arranjos institucionais o fato destes serem conjuntos de regras interconectadas que definem as ações possíveis entre as relações hipotéticas e a realidade. Também ressaltam a profunda capacidade das instituições de influenciar na conduta política dos indivíduos, na medida em que estes atuam segundo a chamada “lógica da adequação”⁹.

KATO (1996) descreve da seguinte maneira a vertente sociológica do pensamento Neo-Institucionalista:

Employs traditional methods of political science research, especially historical investigation and qualitative analysis with a renewed focus on institutional changes and dynamics. The alleged novelty of this approach lies not in its research methodology, but in its broadened perspectives of institutions which include factors such as culture, norms and routines.

Nesse sentido, tais estudos se dedicam à explanação sobre os motivos pelos quais as instituições apresentam formas e procedimentos específicos e, também, sobre os mecanismos adotados para a difusão das práticas institucionais.

9 Segundo MARCH e OLSEN (1984), a “lógica da adequação” refere-se ao fato de que as regras são cumpridas, pois são vistas como naturais, corretas, esperadas e legítimas. Os atores procuram, assim, cumprir as obrigações encapsuladas em um papel, em uma identidade, na adesão a uma comunidade política e nas práticas e expectativas de suas instituições. Envolvidos na coletividade social, os atores fazem o que consideram apropriado para eles mesmos nas situações específicas.

Já o “*Neo-Institucionalismo histórico*”, última vertente a ser brevemente examinada, apresenta uma definição de “instituição” que guarda muitas similaridades com aquela proposta pelo Neo-Institucionalismo sociológico. Concordam ao analisar as instituições como organizações, regras e procedimentos formais que estruturam e deixam suas marcas nos resultados das relações entre indivíduos na política e na economia. Porém, em certa medida, estendem o entendimento sociológico ao acrescentarem a idéia de instituição como “estruturas de constrangimentos”.

Quando se compara a “escolha racional” ao Neo-Institucionalismo histórico percebe-se que a última vertente não recusa a racionalidade estratégica, fundamental ao pensamento da primeira. A busca pelos micro-fundamentos da política ocorre em ambas. Contudo, divergem a respeito da frequência e das situações onde a escolha racional efetivamente se materializa. Nesse sentido, “os históricos” priorizam as análises relacionadas aos processos de gênese e adaptação dos arranjos institucionais, tendo em vista a relevância dessas particularidades para o processo de “tomada de decisões”. Para esse tipo de abordagem, então, as instituições seriam transmissores de idéias e procedimentos historicamente construídos.

Também, as duas concepções acima mencionadas se diferenciam pelo fato dos “históricos” estarem dispostos a ir além do proposto pela “escolha racional”, ao incorporarem às análises aspectos macroestruturais, tais como as relações de e entre classes sociais.

Não se trata, porém, de uma tentativa de se comprovar uma tese e, sim, de um exercício para melhor compreender o motivo pelo qual os fatos históricos ocorreram de uma maneira e não de outra. Sobre o tema, HALL e TAYLOR (2003) apontam:

Os teóricos do institucionalismo histórico prestam atenção, sobretudo, ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão.

Outra singularidade de grande relevância no pensamento histórico do Neo-Institucionalismo diz respeito à ênfase no caráter episódico da mudança institucional e seu vínculo com a conjuntura social (THELLEN, 1999).

No que diz respeito à metodologia, os estudos que compõem o Neo-Institucionalismo histórico tendem a ser mais descritivos do que explicativos, o que causa problemas quando se tenta falsear e, por conseguinte, conferir cientificidade aos resultados. No mesmo sentido, o número de casos analisados é, geralmente, baixo se comparado à vastidão dos casos estudados a partir da “escolha racional” que,

também, é mais eficiente quanto ao rigor metodológico (pois se vale de estatísticas, equações, etc.).

Por fim, cumpre salientar a problematização de THELLEN (1999), para quem não há razão em opor a “escolha racional” à vertente histórica do Neo-Institucionalismo. Ao contrário, a referida autora as enxerga complementarmente afirmando que uma análise centrada na “escolha racional” nunca é, apenas, a análise do comportamento individual. As diferenças são, exclusivamente, de ordem epistemológica: enquanto a primeira está preocupada em testar hipóteses a segunda procura compreendê-las.

2.2. “Escolha Racional” e participação eleitoral

O texto de ALDRICH (1993) é uma ótima fonte para situar o debate sobre como a questão da participação eleitoral (ou o “ato de votar” ou, ainda, o turnout) se desenvolve no campo teórico da “escolha racional”. O início da argumentação é bastante reveladora e dá a noção exata do quanto o assunto é controverso para a vertente teórica em debate:

In rational choice theory, turnout holds a special place, as the most commonly used example of a major theoretical puzzle. So important is this puzzle that some see turnout as the major example of the failure of rational choice theory [...] While the empirical problem of understanding turnout is common to all know theories, turnout assumes a special place in rational choice theory.

Em conformidade com o apontado nas linhas anteriores deste estudo, ALDRICH (1993) afirma a teoria da “escolha racional” como uma tentativa de se compreender teoricamente a maneira pela qual as preferências determinam o comportamento dos indivíduos. Especificamente no que concerne ao “ato de votar”, a análise recai sobre a situação onde, hipoteticamente, dois candidatos concorrem a um cargo num processo eleitoral. Os cidadãos devem escolher entre três possíveis ações: votar em um candidato, votar no outro candidato ou absterem-se de votar.

Nesse cenário, e sob o prisma teórico da “escolha racional”, entende-se que as preferências dos cidadãos são moldadas pela utilidade quanto ao resultado final da eleição, ou seja, o quanto aquele determinado indivíduo prefere um resultado em detrimento do outro.

A hipótese central para essa teoria é a de que o cidadão sempre preferirá o cenário onde se faz presente um maior grau de *utilidade*, de forma que suas ações convergirão para a busca pelo resultado de sua preferência. As ações seriam, portanto, os meios para se chegar ao objetivo desejado. Nesse sentido, o voto seria um

investimento para atingir resultados racionalmente pretendidos.

Entretanto, o texto de ALDRICH (1993) demonstra que o tema da participação eleitoral é marcado por particularidades que tornam o debate bem mais complexo: a primeira delas refere-se o fato de haver custos para o ato de votar¹⁰. Em tese, se os eleitores decidissem pela abstenção, ficariam livres de pagar os referidos custos, ao passo que se fossem votar teriam que pagá-los. Resta claro, portanto, que do ponto de vista dos “custos”, a opção mais racional para o eleitor seria o não comparecimento às urnas.

Ademais, e esse é outro complicador, deve-se levar em conta que as eleições são ações coletivas onde o resultado depende não só do “tomador de decisão”, mas também de seus pares. Por isso, é esperado dos eleitores, ao se decidirem sobre qual atitude tomar durante um processo eleitoral, que também levem em consideração a forma como os demais eleitores irão se comportar. Dessa maneira, um indivíduo tem todas as razões para encarar o ato de votar como uma parte [que pode ser ínfima] de um processo composto por várias outras decisões que não estão sob o seu controle.

Assim, a hipótese resultante de tal construção teórica apontaria para a situação segundo a qual quanto maior o “peso” do voto, ou seja, a chance de um voto decidir o pleito, maior a probabilidade de o eleitor participar das eleições. Por conseguinte, em se tratando de um eleitorado vasto, não há bases razoáveis para que um cidadão, racionalmente, assuma que seu voto será responsável pela vitória ou derrota de determinado candidato.

É interessante, também, refletir sobre outra variável – esta levantada por MARCH e OLSEN (1989) – que pode ser levada em conta nas análises sobre a “racionalidade” do ato de votar. Os autores apontam para o que eles chamam de “dever do cidadão” (citizen duty), ou seja, o fato de alguns votarem com o objetivo de assegurar a continuidade e vitalidade do sistema democrático, tendo em vista que se ninguém votasse o sistema político entraria em colapso.

ALDRICH (1993), porém, problematiza o uso dessa variável no campo da “escolha racional”, pois afirma que, teoricamente, se o ato de votar origina-se não de

10 Muito embora não seja tarefa fácil quantificar objetivamente tal variável, os custos do “ato de votar” referem-se aos gastos (de tempo e dinheiro) para obter informações, processá-las e tomar uma decisão, bem como os “custos diretos” para cumprir os requisitos burocráticos necessários para estar apto a votar.

uma preferência/utilidade do indivíduo, mas sim de uma noção de dever coletivo¹¹, os modelos pautados no individualismo metodológico típico da escola da “escolha racional” nada teriam a adicionar à explicação sobre como as preferências moldam as ações.

Este mesmo autor, por fim, argumenta que o “ato de votar” não é um bom exemplo para se compreender a *ação coletiva*, pois se trata, para a maioria das pessoas e na maioria das vezes, de uma ação caracterizada pelo baixo custo e pelo baixo benefício. Porém, afirma que modificações nos custos e nos benefícios podem alterar proporcionalmente a decisão de votar [ou a de não votar] para muitos cidadãos.

Com base nessas particularidades, Aldrich (1993) conclui o seguinte sobre o “ato de votar”:

I suspect that the low-cost, low-benefit nature of the turnout decision really means that most of the action is, in fact, in the intrinsic values of voting *per se* [...] The problem is, if voting is primarily an expression of personal values, then there is little political and strategic content to the decision.

No mesmo estudo, porém, ALDRICH (1993) argumenta que as “ações estratégicas dos políticos” devem ser levadas em consideração, pois estas constituiriam uma variável que explicaria de forma satisfatória por que a participação eleitoral é mais alta em eleições com resultados incertos. A resposta está vinculada às atividades dos políticos, que tendem a alocar mais recursos em eleições disputadas do que em pleitos onde há claro favoritismo por parte de um dos candidatos. Por sua vez, tais investimentos serão refletidos em maiores índices de participação eleitoral (mesmo que os eleitores não tenham ciência da paridade da disputa). Ou seja, quanto maior a força das campanhas eleitorais levadas a cabo por partidos políticos e outros grupos maior o estímulo/probabilidade de que o cidadão opte por votar.

3. *Problematização e Considerações Finais*

Apoiando-se num estudo de caso, o presente texto procurou, de forma esquemática, problematizar as principais bases que conformam o pensamento Neo-Institucionalista da “escolha racional”, em especial no que concerne às assertivas formuladas por essa escola de pensamento sobre o fenômeno da participação eleitoral.

11 Nesses casos, o ato de votar deveria ser analisado como uma “opção de gosto” do indivíduo (“matter of taste”). E, os modelos de “escolha racional” não são construídos para entenderem de onde surgem os “gostos”, mas sim com os indivíduos agem, a partir de seus gostos/preferências.

Conforme exposto na última seção, esta vertente caracteriza-se por analisar o “ato de votar” como uma ação individual peculiar, pois, para além do cálculo racional sobre o custo/benefício de determinada decisão feito pelo indivíduo, a referida atividade política também pode ser motivada por fatores subjetivos como, por exemplo, a noção de dever cívico.

Essa explicação é central e, em verdade, constitui um grande problema para o institucionalismo da “escolha racional”, tendo em vista o fato de esta teoria não ter absolutamente nada a dizer sobre o processo de formação dos gostos e preferências dos atores. Sendo assim, a teoria da “escolha racional” pode explicar o desenvolvimento da ação, mas pouco contribui para entender o motivo real que conduz os atores a agir numa ou noutra direção (CODATO e PERISSINOTTO, 2009).

Outra fissura teórica importante consiste em tratar as instituições políticas como uma “variável independente” e desconectada do contexto social/histórico. E, aqui, o caso venezuelano mostra-se capaz de corroborar com tal crítica. Conforme sucintamente demonstrado na primeira parte deste texto, há uma forte relação entre a participação eleitoral e a conjuntura política vigente no país: assim, no início da era *puntofijista*, os índices de abstenção registrados durante o período de bonança econômica e estabilidade política foram baixíssimos em comparação com os demais países latino americanos. Em contrapartida, na medida em que, a partir do final da década de 1970, a crise econômica e social foi se alastrando, a participação eleitoral decresceu exponencialmente.

Por sua vez, a ascensão política de Hugo Chávez gerou importantes transformações no padrão de abstenções estabelecido na Venezuela. Após vencer um pleito do qual participaram, apenas, pouco mais da metade dos eleitores credenciados, a administração comandada Chávez passou a implementar significativas modificações na estrutura política e econômica do país. Tais medidas foram diretamente responsáveis pela formação de dois blocos extremamente polarizados e participativos que passaram a intervir de forma ativa e freqüente no jogo político nacional. Por conseguinte, e as taxas de abstenção eleitoral comprovam essa afirmação, a participação eleitoral aumentou consideravelmente.

Ou seja, resta claro que, ao menos no caso venezuelano, não há como dissociar o “componente político” dos índices relativos à participação eleitoral. Nesse sentido, esta variável explicativa, que pouco aparece nos modelos propostos pelos teóricos da “escolha racional”, mostra-se crucial para instruir as pesquisas teóricas sobre o fenômeno político da abstenção eleitoral

Recebido em janeiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, John. Rational Choice and Turnout. *American Journal of Political Science*. Vol. 37, Nº1, fevereiro de 1993 (p. 246-278).

ALI, Tariq. *Piratas do Caribe*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BONILLA-MOLINA, Luis e EL TROUDI, Haiman. *Historia de La Revolución Bolivariana*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2004.

BUNIMOV-PARRA, Boris. Las Elecciones Venezolanas del 4 de Diciembre de 1988. *Revista Venezolana de Ciencia Política*. Nº 3, março de 1988 (p. 15-42).

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. *Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frias*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N. 2, julho-dezembro de 2009 (p. 243-270).

DELGADO, Rafael. Notas sobre la Abstención Electoral. *Revista SIC*. Nº 549, Junho de 1992 (p.403 – 405).

ELLNER, Steve. Venezuela imprevisible: populismo radical y globalización. *Revista Nueva Sociedad*. N. 183, setembro-outubro de 2003 (mimio).

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. As três versões do Neo-Institucionalismo. *Lua Nova*. N. 58, 2003 (p. 193-224).

HIDALGO TRENADO, Manuel. Consolidación, crisis y cambio de sistema venezolano de partidos. *Politeia*. Nº 21, 1998 (p. 63-104).

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the New Institutionalism. *Politics and Society*. V.26, n. 1, 1998 (p. 5-34).

KATO, Junko. Institutions and Rationality in Politics: Three Varieties of Neo-Institutionalists. *British Journal of Political Science*. V. 26, n. 4, outubro de 1996 (p. 553-582).

LÓPEZ-MAYA, Margarita. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfandil, 2005.

MARCH, James e OLSEN, Johan. The New institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, n. 78, 1984.

_____. *Rediscovering the Institutions*. New York: Free Press/Macmillan, 1989.

MOLINA, José. Participación y Abstención Electoral en el proceso electoral de 1993. *Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES)*. 1995. (p. 29-39).

PETIT, Maibort. *La crisis vista desde las debilidades de la sociedad civil venezolana frente al Estado: un análisis sobre la obra del Dr. Asdrúbal Baptista ‘El Relevo del Capitalismo Rentístico’*. 2006. disponível em: <http://analistaslibres.com/PDF/Crisis-Deb-x-MP.pdf>.

ROSALES, Simón. Participación, Apatía e Indiferencia frente al Sistema Político Venezolano 1958/93. *Revista Venezolana de Ciencia Política*. Nº 12, 1997 (p. 123-158).

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Reviews of Political Science*. N. 2, 1999 (p. 369-404).

WINGAST, Barry R. Instituciones políticas: perspectivas de la elección racional. GOODIN, Robert E. e KLINGEMANN, Hans-Dieter. *Nuevo manual de ciencia política*. Madrid: Istmo, 2001.

VENEZUELA. 1999: *Año de la Fundación de la República*: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005. t.1.

ARTIGO

O PENSAMENTO INTERNACIONALISTA DO PSDB:
DA ADOÇÃO NEOLIBERAL À CRÍTICA AO LULA

Resumo

O presente artigo procura apresentar o discurso do Partido da Social Democracia Brasileira sobre a política externa brasileira. Partindo do pressuposto do aumento da preocupação partidária em relação ao tema da agenda brasileira, esse artigo tentará de forma singela suprir uma demanda daqueles que buscam relações entre partidos e política externa, sistematizando o pensamento do Partido da Social Democracia Brasileira em quatro temas contemporânea da política externa nacional, a saber: Integração Regional, Comércio Internacional, Formação de Parcerias e Inserção, e Segurança.

Palavras-chave

PSDB, Pensamento Partidário, Política Externa Brasileira.

Abstract

This article aims to study the speech of the Brazilian Social Democratic Party on Brazilian foreign policy. Assuming that the increased concern with the topics on the agenda in Brazil, this article will attempt to fill in a simple demand of those who seek a relationship between parties and foreign policy, systematizing the thought of the Brazilian Social Democratic Party in four contemporary foreign policy issues: Regional Integration, International Trade, Integration and Training Partnerships, and Security.

Keywords

PSDB, Partisan Thought, Brazilian Foreign Policy.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

O estudo da política externa é marcado por um tradicionalismo, que ao longo do tempo manteve foco nos *estudos diplomáticos*, os quais abrangiam as relações interestatais, analisados sob o prisma da ação governamental e das chancelarias. Esse tradicionalismo impactou na escassez dos estudos tanto das Relações Internacionais, quanto da Ciência Política brasileira, da relação entre atores não diplomáticos, entre eles a relação entre partidos políticos e política externa.

Tal característica da agenda de pesquisa brasileira também pode ser atribuída à histórica apatia partidária em relação aos temas da política externa brasileira (SCHNEIDER, 1976), confiada exclusivamente ao Itamaraty e aos diplomatas brasileiros. Como bem lembra Souza (2002) no Brasil, a política internacional sempre foi distante da sociedade, mas quadro que vem se alterando muito em função de que a que a política internacional deixou de ser um campo exclusivo dos especialistas e dos diplomatas, passando a ocupar um lugar central na vida pública e no debate brasileiro. (Fiori, 2009).

Nos estudos europeus e estadunidenses já encontramos alguns trabalhos importantes sobre o tema. Cabe citar aqui dois trabalhos que poderiam ser “importados”, dado que versam sobre temas com aplicabilidade a atual configuração da política externa brasileira. A obra de Milner e Judkins (2004) os quais discorrem sobre a existência de um forte impacto entre o posicionamento dentro do espectro ideológico dos partidos políticos europeus e a tomada de decisão em política comercial adotada pelos políticos europeus, e o interessante estudo de Bjererld e Demker (2000) que busca através do caso sueco formular uma hipótese plausível sobre quando e porque os partidos politizam algumas questões da política externa sueca, enquanto outras não são objetos de discussão.

A agenda de pesquisa nacional com temas ligados à relação partidos e política externa ainda é bem escassa. O maior número de trabalhos que decorrem sobre o tema é proveniente do estudo sobre a relação Legislativo e Executivo, mas que devido ao objeto, não se detêm na discussão estrita sobre o papel partidário, ou sobre as posições partidárias em relação ao processo de integração regional (Oliveira, 2003; Onuki e Oliveira, 2006).

Especificamente sobre a participação partidária na PEB além dos excelentes ensaios de Velasco e Cruz (2010) sobre partidos e política externa, é possível citar os estudos de Almeida (1992; 2003; 2004). O primeiro traça em perspectiva histórica o “pensamento partidário” em relação à PEB utilizando como estudo de caso

a análise dos programas dos partidos políticos brasileiros. O segundo trabalha com o pensamento internacional, o último engloba as propostas partidárias no contexto eleitoral. Recentemente Onuki e Oliveira (2010) apresentaram de forma inovadora um estudo que trabalha com a hipótese, com a qual se concorda, de que os partidos políticos brasileiros não apenas têm posições discriminantes em política externa como, a depender da composição governista alteram o curso do comportamento do país no plano externo.

Nesse sentido, esse artigo buscará suprir a lacuna da discussão entre política externa e partidos políticos apresentando de forma breve o posicionamento do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa brasileira. Divido em três partes, o artigo atentar-se-á inicialmente ao breve histórico da criação do partido e suas primeiras propostas à atuação internacional do Brasil até a sua chegada ao poder no governo FHC. Nessa parte será observado o posicionamento do partido, aliado à discussão da conjuntura da política externa quando o partido assume a presidência. Após uma breve nota metodológica apresentaremos o atual discurso peessedebista sobre o sobre quatro temas contemporâneos da política externa nacional, a saber: Integração Regional, Comércio Internacional, Formação de Parcerias e Inserção, e Segurança. Por fim apresentaremos algumas conclusões gerais sobre a temática.

Da Criação ao Governo

Criado em função de um racha interno no PMBD, o Partido da Social Democracia Brasileira inicialmente se declarava no espectro ideológico da centro-esquerda brasileira, porém como é frequentemente afirmado, há um deslocamento ideológico do partido a partir de 1994. Segundo Roma (2002), esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário socialdemocrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL.

O processo de construção da identidade programática do PSDB, segundo Roma (2002), revela um dilema ideológico entre se declarar socialdemocrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. Este dilema inicial, de certa forma, impôs uma diferenciação importante no que se refere à composição dos membros do partido. O discurso ideológico socialdemocrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobi-

lização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem. A tônica liberal, presente no seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos.

Roma (2002) defende que desde a sua criação, ao contrário do que o movimento de reordenação ideológica sugere, a orientação programática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido ao demonstrar que, embora no manifesto de anúncio de seus princípios ideológicos o partido tenha procurado ocupar uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, seu Programa de Governo datado no mesmo momento, orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930.

Na política externa, a posição brasileira no sistema internacional foi moldada pela matriz emergente de inserção internacional do Brasil, a qual nos anos noventa assumiu, segundo Silva (2008), o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, que seria capaz de permitir a superação da crise econômica e da estagnação dos anos 1980. Esse movimento paradigmático, que atingiu diversos países da América Latina, foi acompanhado em parte pelo Brasil, reorientando sua inserção internacional, que desde o final da década de 1980 substituiu sua matriz de política externa desenvolvimentista pela matriz neoliberal.

As primeiras demonstrações do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa foram apresentadas de forma não muito explícita no documento supracitado. O programa pontuava ao longo do texto propostas isoladas, não reservando um campo ao tema da política exterior brasileira, entre elas a promoção do mercado nacional com a integração soberana do país no sistema econômico internacional. O texto também citava o enfrentamento da dívida externa através de uma estratégia compatível com a manutenção da soberania nacional, e por fim afirmava os clássicos princípios de autodeterminação dos povos, da integração latino-americana e da preservação da paz mundial. (PSDB, 1988)

Na campanha presidencial de 1989, o partido lançava Mario Covas à candidatura com uma expressiva plataforma política propondo a reforma de Bretton Woods e do Sistema Financeiro Internacional, inclusive pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, mais justa e equitativa, reflexo da proposta desenvolvimentista do partido (GPRI apud ALMEIDA, 2004).

Nos segunda eleição direta para o cargo máximo da política nacional, se lançou o ex-ministro da fazenda e das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso, que trazia consigo propostas para a política externa refletindo sua postura enquanto ministro.

Com FHC alguns conceitos que seriam posteriormente englobados a política externa, foram apresentados como a inserção competitiva no mundo, a vocação universal da diplomacia brasileira, a integração com a economia mundial, a regionalização aberta, globalização e a democratização das relações internacionais. (ALMEIDA, 2004)

As propostas de FHC eram pautadas na democratização das relações internacionais e a defesa do multilateralismo, com regras e instituições bem definidas e da criação de uma área de livre comércio sul americana, sem exclusividades uma vez que as relações com os EUA eram prioritárias. (ALMEIDA, 2004).

Com o governo FHC o processo de formulação da política externa era pela primeira vez tratado por um partido político, no qual era colocado que a diplomacia brasileira deveria procurar bases internas democráticas e instáveis.

Para o então presidente Fernando Henrique, a diplomacia deveria proceder a um aggiornamento, se adaptando às necessidades, com relações que priorizassem as negociações em termos de configuração de blocos econômicos, atração de tecnologias e aos novos temas na agenda internacional (SILVA e ROSSI, 1994), com isso a política externa se baseava em quatro princípios básicos, a saber: a liberdade econômica, com preocupação social; a economia mais aberta à competição internacional; a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da proteção das minorias; e o combate à criminalidade e ao narcotráfico (CARDOSO, 1995).

Pautada nos princípios acima, a PEB se guiaria por cinco objetivos a ser alcançados, a ampliação da base externa para estabilidade econômica interna, com o fim da retomada do desenvolvimento sustentável socialmente equitativo; mais acesso aos mercados pela melhoria da competitividade e maior produtividade; uma maior participação do processo decisório regional e mundial, nos fóruns políticos e econômicos; a reforma da ONU; e a ampliação da assistência a brasileiros no exterior. (CARDOSO, 1995)

A nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança regional que procurava uma inserção global, como compensação à ampliação da vulnerabilidade externa, bem como buscou uma aproximação com os países desenvolvidos. As demandas passaram a ser menos sistêmicas e mais pontuais. Na matriz da política externa dos anos 1990, que denominamos de neoliberal, o Brasil alterou suas estratégias multilaterais e bilaterais de inserção internacional. (SILVA, 2008)

Segundo Lafer (2001), a globalização e seus efeitos na dinâmica do sistema internacional levaram o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia mundial gerenciado pelo Estado, viabilizado pela lógica do nacionalismo de fins se tornou inoperante encerrando a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do governo Getúlio Vargas. Cardoso (1996) defendia que a globalização significava o aumento do peso das variáveis externas na agenda econômica, e a redução do espaço para as escolhas nacionais, e com isso a “diluição entre o “interno” e o “externo” levava ao questionamento da hipótese de autonomia da política externa em relação à política interna”. (LAFER, 2001)

De acordo com Cervo e Bueno (2002) a política exterior brasileira no período desenvolvimentista manipulava a relação bilateral e a parceria estratégica como uma linha de força da ação externa. O paradigma da globalização das relações internacionais e a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram força ao bilateralismo.

Cervo e Bueno (2002) defendem que embora a política externa do governo FHC tenha se encaixado em uma perspectiva neoliberalizante, o modelo desenvolvimentista não foi completamente substituído pelo “Estado Normal” e pelo neoliberalismo no governo Cardoso.

Segundo eles, durante o governo coexistiu um ensaio de Estado logístico, resultado que acabou gerado uma indefinição programática. Acreditamos, que assim como foi detectado pela literatura uma dança de paradigmas na condução da política brasileira entre um fundamentalismo liberal, e um liberal-desenvolvimentismo, a política externa foi também uma política capaz de sofrer variações conceituais, em torno da sua adequação a realidade política brasileira.

Como pontua Bernal-Meza (2002) “em síntese, a política exterior brasileira foi se adaptando aos novos condicionamentos e cedendo a determinadas pressões que implicaram mudanças em alguns elementos de sua tradição”. O presidente afirmava esse embate de fatores e apontou caminho para uma inserção internacional

Consistente e duradoura, qual seja, o de que ela se faça a partir dos condicionantes domésticos, que não seja uma construção no vácuo. (...) A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, definido no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. Certamente não é tarefa fácil perseguir uma diplomacia sem rótulos, sobretudo quando o mundo em que se busca inserir está em permanente mutação (CARDOSO, 2002, p534).

A crise do Real, e a inflexão do neoliberalismo fundamentalista, impactaram diretamente na política externa brasileira, elevando o discurso da inserção brasileira na globalização assimétrica como conceito chave para a política externa. Silva (2008) observa que no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa brasileira sofreu uma nova correção de rumos, mostrando o esgotamento da matriz neoliberal, em especial após a crise financeira de 1999, que denunciou a vulnerabilidade externa do país, externalizado com a recuperação do discurso de que o sistema mundial está condicionado por assimetrias e uma distribuição desigual de poder, em especial nas negociações comerciais.

Esse processo foi acompanhado de uma redefinição do papel do MERCOSUL e da América do Sul para a política externa brasileira, os quais se tornam o grande caminho a ser trilhado pela diplomacia nacional. Lampreia (apud SOLIANI, 2000) assumia o descarte do projeto do Brasil em ser uma potência mundial, capaz de ser influente nas decisões internacionais.

Acompanhado as conclusões de Silva (2008), avalia-se que matriz neoliberal efetivamente teve influência na política externa do governo Cardoso, substituindo o modelo desenvolvimentista que enfrentava suas fragilidades e estava em crise no início dos anos 1990. Daí em diante, a nova matriz emergente foi sendo implementada, figurando como elementos centrais a adesão aos ideais do Consenso de Washington e a uma nova posição perante o Estado e o Mercado, nesse sentido a política externa foi um instrumento da projeção do que o governo vinha praticando internamente.

Contudo, a política externa do período deve ser explicada a partir de três importantes matizações. Em primeiro lugar, já havia ocorrido um ajuste no discurso neoliberal com o governo Itamar Franco, em segundo, a adesão ao neoliberalismo não foi integral, mostrando a persistência do paradigma desenvolvimentista, e por último a mudança no final da década em razão da inflexão com a crise de matriz neoliberal.

Com a impossibilidade de lançar FHC à presidência, o PSDB lança José Serra como sucessor do então presidente. No tocante as novas propostas de governo sobre a política externa percebe novamente a manutenção das linhas mestres das propostas de FHC, como o reconhecimento da necessidade de inserção no mundo globalizado e a necessidade de fortalecer o MERCOSUL através da revisão do processo integracionista, enfatizando a zona de livre comércio. (SERRA *apud* ALMEIDA, 2004)

As propostas de Serra (*apud* ALMEIDA, 2004) enfatizavam a política de comércio exterior do Brasil, privilegiando os incentivos as exportações e a industrialização

para a substituição das importações, chegando a afirmar sua intenção de criar um ministério capaz de gerir o comércio exterior, retirando do Itamaraty a prerrogativa decisória.

Como relembra Almeida (2004), o candidato defendeu sem equívocos a posição do governo brasileiro em relação aos acordos com o FMI, e na questão da ALCA preferiu deixar em aberto sua posição.

Breve Nota Metodológica

Como instrumento de análise a pesquisa se pautará em documentos e discursos produzidos pelos representantes do PSBD. Consideramos como representantes não somente os “políticos profissionais *stricto sensu*”, mas todos aqueles que de alguma forma se vinculam, ou se vincularam explicitamente ao partido, principalmente no que tange a política externa adotada.

A apresentar o discurso do PSDB em relação à PEB, utilizaremos das declarações de políticos partidários e de atores ligados ao partido, entre eles ex-diplomatas, e ex-chanceleres além de também de artigos, entrevistas e discursos desses e de outros representantes partidários que versam sobre a temática.

Como salienta Saraiva (2010) dentro da política externa brasileira, podemos considerar a existência de três grupos de pensamento, os institucionalistas pragmáticos, os autonomistas, e os independentes. Especificamente sobre o primeiro, a autora os descreve como uma corrente de pensamento e ação no Itamaraty que se fortaleceu e consolidou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia, encontrando identidade no espectro partidário no Partido da Social Democracia Brasileira.

Ficamos tranquilos em vincular essas personalidades ao pensamento partidário, mesmo que esses não sejam diretamente filiados ao PSDB primeiramente por causa de sua postura em relação à política externa, e por ser de conhecimento público a participação desses no pensamento partidário. Exemplo é que ambas as personalidades participaram no ano de 2007 do 3º Congresso do PSBD, em mesas intituladas de *Os Desafios do Brasil no Mundo Globalizado*, as quais versavam sobre política internacional e comércio exterior.

Serão analisados também os artigos e estudos produzidos dentro do Instituto Teotônio Vilela, o órgão de estudos e formação política ligado ao partido, sendo o responsável pelo aperfeiçoamento e pela divulgação da doutrina socialdemocrata no Brasil. Após essa breve explicação, o foco recai sobre os quatro temas da política externa brasileira que serviram de parâmetro para a artigo.

O DISCURSO CRÍTICO DO PSDB À PEB

Integração Regional

A linha mestra da plataforma política do PSDB em relação à integração regional de revisão do processo. O partido defende que tanto o processo de integração, quanto o MERCOSUL são dois aspectos centrais da política externa e comercial brasileira, mas que pouco avançaram no atual governo, muito em função do governo não demonstrar capacidade de liderança para destravar o processo de integração, avançando em áreas de interesse, como a integração física, a qual seria capaz de abrir passagem para produtos brasileiros nos portos do Pacífico. (SERRA, 2010b)

A principal crítica tucana é que o a integração regional foi o aspecto da política externa que mais sofreu com uma “partidarização” (LAFER, 2009), devido principalmente ao alinhamento com países que representam a esquerda latina americana. Nas palavras do ex-embaixador Rubens Barbosa:

Na visão de mundo do Partido dos Trabalhadores, a prioridade para criar um contrapeso aos EUA na América do Sul e a inclusão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, alteraram profundamente os rumos do processo de integração sub-regional. (BARBOSA, 2010c)

Para o partido nos últimos sete anos, a discussão sobre a integração regional ganhou novos contornos. O MERCOSUL, tendo perdido suas características iniciais de um acordo de comércio visando à gradual liberalização do intercâmbio comercial entre os países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), desviou-se da rota preestabelecida e hoje está estagnado e não é mais um instrumento para a abertura de mercado.

De acordo com José Serra (2010a, 2010b) e com o Senador Azeredo (2009) o processo de integração regional está em crise, a Unasul não supriu a necessidade sul americana, o MERCOSUL se encontra com problemas institucionais crescentes. Exemplos são as declarações do Uruguai e Paraguai expressando sua disposição para sair, além dos atritos comerciais entre Argentina e Brasil que de acordo com a visão partidária continuam graves e frequentes

De acordo com os tucanos, (AZEREDO, 2009; SERRA, 2010b; BARBOSA, 2010c) o governo brasileiro deve dar prioridade ao processo de integração, investindo em infraestrutura, energia e intercâmbio comercial, retomando o programa de construção de rodovias e ferrovias na região pelo interesse estratégico de permitir o acesso de nossas exportações para a Ásia, a partir de portos do Peru e do Chile, alegando que a integração da América do Sul avançou apenas retoricamente.

No plano de governo do candidato José Serra, vemos algumas propostas peesedebista para a integração regional e o MERCOSUL, como assegurar maior flexibilidade ao Brasil e aos demais países membros para negociar individualmente acordos comerciais com outros mercados, realizar negociações com os países sul-americanos para obter tarifas mais favoráveis para os produtos nacionais e permitir maior acesso de mercadorias desses países no mercado brasileiro, além de negociar acordos de garantia de investimento com os países da região para proteger os investimentos das empresas brasileiras. (SERRA, 2010b).

Ainda no âmbito do MERCOSUL, o PSBD pensa na redução do bloco, que deixaria de pleitear a condição de união aduaneira – com a regulamentação da Tarifa Externa Comum (TEC), para ser apenas uma área de livre comércio. De acordo com o Serra (2010b), a TEC é marcada por dupla cobrança, e possui uma essência irrealista, e que sua suspensão permitira ao Brasil negociar acordos de forma autônoma ao bloco, permitindo o fechamento de acordos bilaterais extra bloco

Um ponto controverso no plano da política de integração regional foi a adesão da Venezuela como membro pleno do bloco comercial sul americano. Para o partido a entrada do país só agrava o quadro problemático do bloco uma vez que o processo de ampliação atropelou a consolidação do MERCOSUL enquanto mercado comum, e questiona a real capacidade econômica das relações com o país. (AZEREDO, 2009)

Comércio Internacional

Para o embaixador Rubens Barbosa (2010b) a decisão brasileira de privilegiar as negociações multilaterais da Rodada de Doha colocou em segundo plano os entendimentos para avançar em acordos de livre comércio para a abertura de mercados para produtos brasileiros.

As negociações comerciais multilaterais são, reconhecidamente, de alta importância para o Brasil, e economicamente a via mais racional (...). Não obstante, deve-se reconhecer que a estratégia do Itamaraty na atual gestão, privilegiando, por afinidades ideológicas, os países em desenvolvimento (relações Sul-Sul), limitou as possibilidades de o Brasil empreender acordos, com outras categorias de parceiros que desempenham também um papel protagônico no sistema multilateral de comércio. (BARBOSA, 2009)

Para o PSBD existe a necessidade que o comércio exterior brasileiro passe por um amplo processo de revisão. Não somente por meio de sua modernização e eliminação das barreiras internas que dificultam seu crescimento e evolução, mas também pela definição de novas prioridades e pelo estabelecimento de uma organização

institucional mais efetiva (BARBOSA 2010b, SERRA 2010a) e falta uma política econômica eficiente, uma vez que se sobrevaloriza a taxa de câmbio de uma maneira que a importação é incentivada artificialmente e é retirada a competitividade da exportação. (SERRA, 2010b)

Com esse cenário o Brasil, na visão peessedebista (BARBOSA, 2010b), se estagnou e ficou a margem das negociações internacionais, uma vez que não fechou acordos bilaterais devido ao demasiado foco no impasse de Doha

A principal crítica do PSDB em matéria de comércio exterior é a queda das exportações brasileiras. Apesar de reconhecerem o impacto da última crise financeira internacional, o partido acredita que foram os fatores estruturais internos ajudaram a piorar a situação, a qual tende a se agravar, aliado a perda de espaço das exportações brasileiras em favor de competidores diretos, como os chineses em particular e os asiáticos em geral. (BRASIL REAL, 2010; VELLOZO LUCAS, 2010; PSDB, 2007)

Ao analisar o perfil das exportações brasileiras, o PSDB acredita que elas são adversas a atual demanda internacional. Para o partido (BRASIL REAL, 2009) progressivamente, as vendas do Brasil para o exterior estão se concentrando em matérias-primas, fato que considera não ser profícuo para o projeto do Brasil de pertencer, dentro de poucos anos, ao grupo das nações de maior desenvolvimento do planeta. Apesar de não desconsiderar a importância das commodities para a pauta de exportações brasileiras, o partido questiona suas vantagens em comparação a produção de bens manufaturados.

Como mecanismos de solução para os entraves do comércio exterior brasileiro, os tucanos acreditam que uma estreita parceria entre governo e setor privado, o qual inclusive deveria participar como parceiro e influenciador do processo decisório. Essa configuração facilitará as negociações de acordos comerciais, além de adotar uma ampla revisão da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior. (BARBOSA, 2009, p.2)

Não podemos abrir mão da vocação industrial que o país afirmou a duras penas nestes cem anos. Precisamos identificar e ocupar nichos nos quais nossa produção manufatureira de alto valor agregado possa concorrer com vantagens no mercado internacional (...) Para mantê-la e reforçá-la, além de desmontar a armadilha das políticas monetária e fiscal, devemos concentrar esforços naquilo que faz a diferença dos países bem sucedidos no mundo de hoje (...) Sem medo de rótulos ideológicos, entendendo que o interesse nacional exige tanto governos ativos e responsáveis como a mobilização em grande escala de capitais privados nessa tarefa. (PSDB, 2007)

De acordo com o ex-embaixador Rubens Barbosa (2009, p.9) – um dos principais críticos da política internacional lulista e influente formador do pensamento

peessedebista – essas reformas deveriam focar na melhoria da competitividade, por meio da aprovação de reformas que reduzam o custo Brasil sobre a produção nacional, a despolitização das decisões comerciais e o reexame de algumas das regras do MERCOSUL.

Dentre as alternativas possíveis, a nova estratégia deveria focalizar, no tocante aos acordos individuais do Brasil, a abertura de negociações bilaterais com países da região (Brasil/América do Sul) e a ampliação da cobertura e antecipação dos cronogramas de desgravação dos acordos subscritos no âmbito da ALADI. O objetivo deveria ser o de finalizar um acordo de livre comércio com o México e equalizar as tarifas concedidas pelos países-membros da ALADI nos acordos de livre comércio com os EUA (México, Chile, Peru e Colômbia).

No processo de formulação das políticas comerciais as propostas do PSDB vão ao encontro de uma “despolitização da política comercial” (MELLO, 2010). Um dos projetos centrais de reformulação da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior, seria fortalecer a Camex, deslocando a decisão e o comando da política comercial para fora do guarda-chuva do Itamaraty, desvinculando-a do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e elevando seu status ao de ministério, passando a responder diretamente ao Presidente. (BARBOSA, 2009).

Parcerias Estratégicas e o Modelo de Inserção Internacional

O PSDB considera a política externa do Governo Lula como terceiro mundista, muito em função daquilo que o partido chama de uma visão equivocada do atual cenário internacional.

Para o partido o mundo de hoje vive a transformação da ordem mundial, tendo como símbolo o processo de globalização, e para o projeto de inserção internacional o Brasil deve estar atento a essas mudanças e se mover dentro do mundo globalizado com os desafios que surgem devido ao aumento da interdependência que é criada pela rapidez dos fluxos de informações e financeiros, pela abertura comercial e pelo processo de integração econômica. (BARBOSA, 2007)

Para o ex-chanceler Celso Lafer (2010) a diplomacia de prestígio e o voluntarismo da política externa lulista erraram na avaliação das possibilidades externas do País, postura que vem descapitalizando de maneira crescente o soft power da credibilidade internacional do Brasil, comprometendo, desse modo, o próprio prestígio do País. Para o ex-chanceler a diplomacia deve mudar ficando cada vez mais atenta ao jogo das grandes potências, no qual desapontam novas parcerias da China e da Índia com os EUA.

Sobre a inserção brasileira no oriente médio, e a parceria estratégica com o Irã, o PSDB não vê com bons olhos a prática. Inúmeras foram os discursos contrários a prática brasileira alegando perda de credibilidade da e quebra do tradicionalismo da política externa. Para o PSDB (AZEREDO *apud* SHOLL, 2010; BARBOSA, 2010a), a pretensão brasileira em resolver os conflitos do Oriente Médio é utópica e até de certa prejudicial às parcerias históricas brasileiras – leia-se a parceria com os Estados Unidos.

Para o PSDB, a política externa brasileira deve se ajustar a visão peessedebista do cenário internacional, ou seja, a aceitação da liderança dos países desenvolvidos, sobre tudo a liderança estadunidense.

O Brasil não está aproveitando o momento positivo do cenário internacional em termos de Política Externa (...) a política do governo Lula, se recusa a se ajustar ao mundo atual. Há uma recusa em aceitar o cenário político internacional debaixo da liderança dos países desenvolvidos e, sobretudo da posição dos EUA. (BARBOSA, 2007)

A proposta tucaça (*apud* MELLO, 2010) é minimizar a política de diversificação dos destinos de exportação brasileira, sob alegação que a estratégia seguiu motivos políticos e não trouxe benefícios concretos, pois as vendas para África e Oriente Médio, continuam sendo inexpressíveis. Uma aposta mais acertada – de acordo como argumentam os defensores do pensamento social-democrata, seria pertinente aprofundar os acordos na América do Sul, liberar o Brasil para mais acordos bilaterais e intensificar as relações com os EUA.

Na visão do partido (AZEREDO, 2009) a proximidade com o governo venezuelano de Hugo Chávez, a comparação de presos políticos de Cuba a criminosos comuns brasileiros, a defesa do programa de desenvolvimento nuclear do Irã, que desafia a comunidade mundial com a criação de bomba atômica, são casos que têm colocado em xeque a credibilidade da política externa do Brasil.

Alguns Parlamentares do PSDB criticam o papel do Brasil no cenário político internacional e lamentam que o país esteja perdendo a postura de neutralidade e a qualidade de árbitro em contenciosos diplomáticos. “Na direção oposta da tradição diplomática nacional, o governo Lula conduz o Itamaraty para um caminho pragmático e perigoso” (PSDB, 2009).

Segurança e Defesa

O PSDB na questão da segurança internacional foca em temáticas bem pontuais. A principal crítica do partido no tocante a segurança internacional é a tentativa do governo brasileiro em mediar o conflito no Oriente Médio.

De acordo com o Barbosa (2010a), a atuação brasileira em tentar buscar a paz internacional é louvável, mas o foco de atuação da diplomacia brasileira está equivocada, dado a existência de muito mais campos de atuação para o Brasil na América Latina, onde há uma série de conflitos regionais em que o país se omitiu, ao invés de tentar servir de árbitro no conflito do Oriente Médio.

Para o candidato Serra (2010a) para que ocorra mais presença do Brasil na segurança regional deve-se incluir nas linhas de ação do Itamaraty o componente de defesa e segurança, tendo em vista os desdobramentos recentes nos países da região e as ameaças lindieiras em decorrência do tráfico de drogas e contrabando de armas.

Para o ex-chanceler Celso Lafer (2010), a preocupação brasileira em atuar em conflitos que não seriam do escopo de ação brasileira é indesejável e que a mesma não contribuirá para a sustentabilidade da ação externa brasileira num cenário que se avizinha como mais complexo, seja no contexto das tensões da nossa vizinhança, seja no campo multilateral, seja no jogo das grandes potências, no qual despontam as novas parcerias da China e da Índia com os EUA.

Para os Senadores Eduardo Azeredo (2009) e João Tenório (*apud* DIÁRIO TUCANO, 2010), a atitude brasileira com relação ao Irã é errônea, vai à contra mão do fluxo internacional, num momento em que até mesmo os tradicionais apoiadores do Irã, como Rússia e China, começam a se afastar do país o Brasil avança de maneira atabalhoada em relação ao apoio indiscriminado ao Irã, demonstrando que a política externa brasileira precisa de uma visão que seja coincidente com a tradição de imparcialidade e de equilíbrio que sempre teve.

Historicamente, o PSDB propõe a democratização das relações internacionais, e dentro da gama de medidas para tal o partido apoia a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no entanto vê que a ação da diplomacia nacional em conceder apoios a ditadores e concessões em busca de votos para tentar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU é inadmissível.

Sobre a questão nuclear, o partido se compromete com a manutenção da política nuclear, respeitados os princípios da Constituição, e procurar ampliar a capacitação do Brasil na exploração e no enriquecimento do urânio para fins comerciais. (SERRA, 2010a)

Conclusões

O atual discurso do PSDB em relação a política externa adota uma postura crítica em relação ao governo Lula, defendendo uma política externa que busca o desenvolvimento pela via da estabilidade, além de adotar uma postura mais conser-

vadora na política externa, acreditando que os ganhos do Brasil serão maiores se a inserção se der pela parceria com os países mais poderosos, através das instituições multilaterais e da globalização, quando comparada a seu principal opositor, o Partido dos Trabalhadores, que a nosso ver apresenta uma postura mais crítica a conjuntura interna e externa

No entanto, quando utiliza o padrão histórico da política externa brasileira percebe-se que a grande discussão entre os dois partidos não se distancia da clássica questão sobre a inserção internacional do Brasil. De um lado, aqueles que consideram que somente com a aliança preferencial ao centro do capitalismo mundial, o interesse nacional poderá ser alcançado e o desenvolvimento nacional poderá sair do papel. Do outro, considera tal preferência de alinhamento errônea e entreguista, uma vez que defende a política externa como um dever ser universalista, procurando sua inserção internacional em regiões que possam ser proveitosas para a lógica do desenvolvimento nacional.

Cabe pontuar que a posição ocupada pelos partidos na estrutura governamental e no processo de formulação das políticas públicas brasileiras pode influenciar a formação de tais, em decorrência da posição que os partidos políticos possuem. Nesse sentido é importante perceber que o *lôcus* no qual os partidos estão enquadrados, pode impactar na formulação da política externa.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa teve como linha mestra a visão de mundo propiciada pelo PSDB, enquanto o PT na oposição adotava uma postura mais crítica em relação ao governo. Na época presenciamos inúmeras declarações petistas denunciando a postura neoliberal que a política externa adotava. Com sua ascensão ao governo, o PT passa a ser o responsável pela condução da política externa, e de certa forma revê sua postura enquanto oposição, adotando posição mais moderada à política externa, mas não deixando de transferir para a política algumas linhas de seu pensamento.

Outro fator interessante sobre a importância que a posição política, é a distribuição dos partidários dentro do processo de formulação da política externa. Como apresentado por Cardim (*apud* ALMEIDA, 1992, p.173), os partidos inúmeras vezes confiaram o Ministério das Relações Exteriores e os espaços decisórios a seus cor-religionários políticos, fato que não deixou de ser realizado na nossa “Nova República”, iniciando com Olavo Setúbal – fundador do PP -, passando por Fernando Henrique Cardoso – fundador do PSDB -, o próprio Celso Lafer, que outrora fora Ministro do Desenvolvimento do Governo FHC, até o atual Ministro Celso Amo-

rim, filiado ao PT, e a presença do professor Marco Aurélio Garcia na Assessoria Presidencial de Relações Exteriores.

A diferença locacional pode ser encontrada inclusive nas propostas partidárias nas campanhas presidenciais. Quando o candidato apoiado pelo governo tende a manter as diretrizes da política externa de seu predecessor, enquanto o candidato opositor tenta alterar as linhas da política externa aproximando-a do modelo partidário.

Finalmente, acredita-se que o aumento da participação política partidária não se dá pela possibilidade de transferência dos ideais partidários para a política, mas pela diferença programática dos partidos, que buscam empregar na política externa brasileira seu modelo de política, o que decorre na politização dos assuntos internacionais, e pela lógica da competição política, na qual ao perceber que o partido X passa a propor direções para a política externa e tem a possibilidade de liderar a formulação da política, o partido Y também começa a perceber a importância da mesma e inicia a pensar posições de acordo com a visão do partido.

Observa-se um futuro com grande participação dos partidos na discussão da política externa brasileira, devida à própria evolução do conceito e da atual dos partidos políticos na produção da política pública, os quais a cada dia passam a se preocupar com a condução governamental, e pela crescente importância dos assuntos internacionais na vida política do Estado brasileiro.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil - 1930-90. *Contexto Internacional*. Vol. 14, nº2, jul/dez. 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: Da Fundação à Diplomacia do Governo Lula. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 87-102, jun. 2003

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa nas Campanhas Presidenciais, de 1989 a 2002, e a diplomacia do governo Lula. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004

AZEREDO, Eduardo. *Discurso de análise da atuação da diplomacia brasileira em 2009 em 16/12/2009*. Senado Federal. 2009

BARBOSA, Rubens. *Palestra Concedida no Seminário Desafios do Brasil no Mundo Globalizado – 3º Congresso do PSDB*. 2007. Nov. de 2007. Disponível em: <<http://www.congressodopsdb.org.br/#>> Acesso em: 02 out. de 2010

- BARBOSA, Rubens. O Impasse de Doha e o Comércio Externo Brasileiro. *Revista Interesse Nacional*. Ano 1 - Edição 4 – Jan/Mar. 2009
- BARBOSA, Rubens. *Entrevista concedida a Revista Veja sobre pontos polêmicos na Política Externa Brasileira em 31/08/2010*. 2010a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/brasil-nao-pode-respaldar-ditaduras-diz-o-diplomata-rubens-barbosa>> Acesso em: 27. Out de 2010.
- BARBOSA, Rubens. *Notas sobre Comércio Exterior*. 2010b. Disponível em: <<http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo-notas-sobre-comercio-exterior-25-11-09.asp>> Acesso em: 25 de out 2010
- BARBOSA, Rubens. *MERCOSUL e Integração Regional*. 2010c. Disponível em: <http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo_mercosul_integracao_regional.asp> Acesso em: 25 out. 2010
- BERNAL-MEZA. Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Rev. Bras. Polit. Int.* 45 (1): 36-71. 2002
- BJERELD, Ulf; DEMKER, Marie. Foreign Policy as Battlefield - A Study of National Interest and Party Motives. *Scandinavian Political Studies*, Vol. 23 ^ No. 1, 2000
- BRASIL REAL. *O dilema das exportações* 2009. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 48, Ago.
- BRASIL REAL. *A marcha rê do comércio exterior brasileiro*. 2010. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 56, Jan.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de posse*. Congresso Nacional, a 1.o de janeiro de 1995
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Plano de Governo*. 1998
- CERVO, Amado; BUENO; Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Ed. Unb. 2002
- DIÁRIO TUCANO. *Senado vai cobrar de Amorim explicações sobre apoio ao Irã*. 2010 Disponível em: <<https://www2.psdb.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/senado-vai-cobrar-de-amorim-explicacoes-sobre-apoio-ao-ira/>> Acesso em: 03 de Nov. 2010
- FIORI, J. O debate da política externa: os conservadores. *Agência Carta Maior*, 02.12.2009. Disponível na internet em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4483&boletim_id=622&componente_id=10414>, acessado em 20.09..2010.
- FURTADO, Olavo Henrique *Trajeto e perspectiva-social-democratas : do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil* . Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política Unicamp. 1996
- LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira – Passado, Presente e Futuro*. Ed. Perspectiva S/A. 2001
- LAFER, Celso. Partidarização da política externa, *O Estado de S.Paulo*, 20.12.2009, p.A2.2009
- LAFER, Celso. A candidatura Dilma e a política externa. *Jornal Estado de São Paulo*. 18 de set. 2010
- MELLO, Patrícia Campos, Com Serra, uma diplomacia clássica. *Estado de São Paulo – Caderno Especial “O Brasil no Mundo”*. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,com-serra-uma-diplomacia-classica,592189,0.htm>> . Acesso em:29 de set 2010.
- MILNER, Helen e JUDKINS, Benjamin (2004). “Partisanship, Trade, Policy, and Globalization: Is there a Left-Right Divide on Trade Policy?” *International Studies Quarterly*, 48, pp. 95-119.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *MERCOSUL: Atores Políticos e grupos de Interesses Brasileiros*. São Paulo. Ed. Unesp. 2003
- ONUKI, anina e OLIVEIRA, Amâncio. “Eleições, política externa e integração regional”. *Revista de*

- Sociologia e Política*, no 27, novembro, pp. 145-155. 2006
- ONUKI, Janina e OLIVEIRA, Amâncio. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. *Revista Política Hoje*. Vol. 144 19, n. 1, 2010
- PSBD. *Manifesto, Programa, Estatuto*. 1988
- PSDB. *Programa Partidário*. 2007. Brasília. Nov.
- ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17 no 49 junho/2002
- SARAIVA, Miriam Gomes – “A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático X autonomistas” - Real Instituto Elcano (ARI). Paper publicado em 12 de março de 2010
- SCHNEIDER Ronald M. *Brazil: Foreign policy of a future world power*. Boulder, Co.: Western Press. 1976
- SILVA, André Luiz Reis da. *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008
- SILVA, Carlos Eduardo; ROSSI, Clóvis. FHC quer fim das ‘picuinhas’ com EUA. *Folha de São Paulo*. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. Caderno Mais!, p. 05. 18 dez. 1994.
- SERRA, José. *Programa de Governo -Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil*. 2010a
- SERRA, José. Serra critica comércio exterior. *Jornal O Hoje*. 2010b Disponível em: <http://www. hoje.com.br/politica/19-08-2010-serra-critica-comercio-exterior/>> Acesso em: 25 de out. 2010.
- SOLIANI, André. Lampeira rejeita sonho de potência mundial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abril 2000.
- SHOLL, Paula. *Governo coloca credibilidade da política externa em risco*. Agência Tucana. Disponível em: < <https://www2.psd.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/governo-coloca-credibilidade-da-politica-externa-em-risco/>> Acesso em: 15 de out. 2010
- ZA, Amaury de. *A agenda internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa*. Rio de Janeiro, CEBRI. 2002
- VELLOZO LUCAS, Luiz Paulo. Baixos investimentos retardam o crescimento do país. *Diário Tucano*. 2010. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/baixos-investimentos-retardam-o-crescimento-do-pais-diz-vellozo-lucas/>> Acesso em: 20 de out. 2010

ARTIGO

OS REFLEXOS DA MOBILIDADE HUMANA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM PENSAMENTO COMPLEXO E ECOSISTÊMICO

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a dinâmica de ocupação e organização do espaço amazônico. Para isso, toma como referência os pressupostos do pensamento complexo e ecossistêmico com a finalidade de alertar que a valorização de uma educação ecológica poderá garantir a preservação da natureza de qualquer tipo de agressão.

Palavras-chave

Espaço amazônico; pensamento complexo e ecossistêmico.

Abstract

This article presents reflections on the dynamics of occupation and organization of the Amazon region. To do this, take as reference the assumptions of complex thought and ecosystem in order to highlight the value of an ecological education can ensure the preservation of nature from any kind of aggression.

Keywords

Amazon region; ecosystem and complex thought.

* Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

Introdução

Desde os primórdios da civilização, o homem vem transformando o meio onde vive para satisfazer suas necessidades físicas e naturais. No caso da Amazônia, a realidade não tem sido diferente. A natureza amazônica tem sido agredida desde o início do período colonial brasileiro. Entre as principais causas dessa agressão podemos destacar a fundação de cidades, o desenvolvimento de atividades agropecuárias e de mineração, e a criação da Zona Franca de Manaus.

Diante desse contexto, o complexo cenário urbano amazônico envolve novas dinâmicas socioeconômicas que se tornaram fundamentais para entender as diversas variáveis da dinâmica espacial dos atores sociais que, sem dúvida, estão diretamente interligadas com a ocupação de novas fronteiras. Nesse sentido, conhecer a dinâmica e o crescimento da população amazônica implica compreender a intensidade das transformações da paisagem urbana dessa região, bem como implementar políticas sociais que possam minimizar os problemas ambientais.

Em linhas gerais, a grande mobilidade populacional entre os estados e os municípios amazônicos pode ser associada aos problemas ambientais urbanos. Castro (2004, p.15) esclarece que, na Amazônia, existe uma problemática ambiental de base instalada, isto é, “há uma situação social, econômica e de serviços que em si já representa um problema não resolvido em décadas anteriores, e que hoje, com a urbanização, esses problemas são triplicados, dependendo do município e da área analisada”.

De acordo com Del Priore e Gomes (2003), o povoamento da região amazônica decorre das configurações geográficas do espaço amazônico e dos processos de extração e exploração dos recursos naturais. No contexto atual, predominam, nas zonas consideradas urbanas, a ausência de infraestrutura, a falta de saneamento básico e a pobreza econômica da população. Isso significa que, embora exista na Amazônia o diálogo entre diferentes culturas e saberes, a expansão urbana não conseguiu integrar na prática as estratégias de desenvolvimento ambiental.

Conforme argumenta Gonçalves (2010, p.09-10), existem várias Amazônias na Amazônia: “Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos serrados e dos manguezais. Há uma Amazônia da mata e uma Amazônia desmatada. Há uma Amazônia do latifúndio e uma Amazônia do campo-nês que planta”. Tantas Amazônias acabam remetendo a uma nova imagem sobre a Amazônia: A que denuncia o desmatamento e o perigo para o equilíbrio do planeta, ressaltando o conflito e a violência.

Diante de tantas Amazônias, devemos optar por aquelas que proporcionam uma vida melhor, não só para os seus habitantes, mas também para o planeta. Poucas são as regiões do mundo que nos colocam diante dessa escolha. E esse caminho exige uma visão complexa da natureza. Uma visão que reconheça a natureza a partir do conceito de ecologia profunda. Um conceito que envolve a natureza não somente ao que é externo ao homem, mas envolve também a necessária articulação do local com o universal ao buscar um sentido cósmico da existência humana. Dito em outras palavras, o conceito de ecologia profunda não separa os seres humanos da natureza e reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos, propondo, junto com o pensamento complexo, uma nova compreensão do que é a vida.

Sendo assim, é importante reconhecermos a Amazônia como um ambiente ecológico e como um ambiente humano, que possui uma história social, política e econômica que se inicia antes mesmo do surgimento da própria palavra Amazônia¹. Em decorrência disso, devemos reconhecer que não há uma visão verdadeira do que seja a Amazônia, pois a verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado. Muitas vezes, os diferentes agentes que atuam na região tentam impor sua verdade. Por isso, quando se fala em Amazônia, precisamos estar atentos para sabermos a qual Amazônia estamos nos referindo. Nessa conjuntura, o eixo condutor do presente artigo são as consequências ambientais das condutas sociais e mobilidade humana na organização do espaço amazônico. Para facilitar a compreensão de tais consequências, o presente artigo está dividido nas seguintes seções abaixo descritas.

Na primeira seção, será caracterizado o processo histórico da ocupação e urbanização da Amazônia. Na segunda seção, serão apresentados os principais argumentos referentes aos problemas ambientais decorrentes da urbanização. Por fim, nas terceira e quarta seções, serão realizadas algumas reflexões sobre a consolidação do pensamento complexo e ecossistêmico.

O processo histórico da ocupação humana e urbanização da Amazônia

A dinâmica de inserção dos fluxos migratórios na Amazônia remonta uma discussão sobre a sua ocupação e urbanização. Para Castro (2008, p.17), a ocupação da Amazônia foi movida pelos portugueses, no período colonial brasileiro, “a partir de interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificações, em lugares estrategicamente relevantes, distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa

¹ De acordo com Gondim (2007), a Amazônia não foi descoberta e sequer foi construída. Foi inventada pelos europeus, já que os primeiros viajantes construíram narrativas que caem na cegueira da confirmação das verdades científicas.

região”. A mesma autora reforça esse pensamento argumentando que a referida ocupação foi presidida pelos interesses econômicos, que, aliás, podem ser fundamentados nas ações do Estado Colonial e em sua legislação, como também no modo de produção e exploração da mão-de-obra praticada nos povoados das missões religiosas distribuídas no território do Grão-Pará e Maranhão e em sítios estratégicos, localizados na interseção entre os cursos d’água e a floresta.

Segundo Batista (2007, p.75), “os primeiros povoadores encontraram a Amazônia semivirgem e puderam assim ter atendidas as suas necessidades biológicas em proteínas, gorduras, hidratos de carbono, sais minerais e vitaminas”. Porém, em decorrência da organização dos interesses econômicos presentes na formação do modelo de povoamento iniciado pela colonização portuguesa, que teve como uma de suas consequências a degradação da natureza, essa fartura registrada pelos cronistas viajantes, até o século XVIII, vem se reduzindo aos poucos, uma vez que importantes fontes alimentares, como peixes-bois, já desapareceram, e outras, como tartarugas e peixes, poderão desaparecer.

Desta forma, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia, além de ter causado inúmeros danos à natureza, foi fortalecido pelo avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias, do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil. Nunes (2008, p.49) complementa argumentando que “a Amazônia é uma macrorregião com especificidades que há séculos tem sido submetida a estímulos exógenos do crescimento econômico, o que conferiu características específicas tanto à sua economia, quanto à ocupação do seu território”.

A ascensão da economia da borracha, por exemplo, garantiu diferentes formas de produção e trocas de mercadorias, abrindo novas áreas de povoamento. Conforme evidenciam Acevedo e Castro (2003), a rede que organizava a produção e circulação de mercadorias foi base da produção inicial da borracha, pois, em todas as bocas de igarapés e rios com recursos e possibilidades de exploração, localizava-se um posto ou comércio que tinha a função de garantir o desenvolvimento da produção agroextrativa trazida das terras interiores e de drená-la para os portos de cidades maiores, base da extensa rede de aviamento. Castro (2008, p.18) evidencia, por sua vez, que “a função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é chave para o entendimento da formação da rede urbana na Amazônia”.

O “boom” da borracha foi fundamental para o surgimento de vilas que deram origem posteriormente às cidades. Incentivados pelo governo brasileiro, um número expressivo de migrantes nacionais e internacionais se deslocou para a Amazô-

nia. Entre os anos 1870 e 1900, muitos nordestinos se deslocaram para essa região. Muitos desses migrantes eram recrutados para trabalhar nos seringais, porém não possuíam direito na aquisição de terras, pois, na maioria das vezes, os seringais eram administrados por famílias tradicionais locais.

Esse contexto nos ajuda a ressaltar que o processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não ocorreu de forma linear, visto que os fatores políticos e econômicos foram determinantes para a sua estruturação. A expansão urbana aconteceu na medida em que as bases da economia colonial foram definidas, garantindo a relação campo-cidade e a apropriação das terras em grandes latifúndios.

Se tomarmos como referência os dados dos Censos Demográficos realizados no decorrer do século XX pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), veremos que as taxas de urbanização da Amazônia não eram tão díspares. Na década de 1940, essa região, que ainda era considerada isolada do resto do país, já que possuía vias de comunicação restritas principalmente à navegação marítima e à aviação aérea, apresentava uma taxa de urbanização de 27,7%. Na década de 1970, muitas pessoas ainda continuavam vivendo em áreas rurais, entretanto, 45,10% passaram a viver em áreas urbanas. As taxas passam de 51,7% em 1980, para 57,8% em 1990, e atingem 69,8% em 2000.

Os números mencionados acima reforçam a idéia de que, a partir de meados do século XX, o Estado brasileiro passou a ter grande importância na definição de estratégias de intervenção do território amazônico para garantir a sua urbanização e integração, por meio da expansão de sua fronteira. Nunes (2007) complementa afirmando que, na Amazônia, a expansão da fronteira recebeu influência do sistema político brasileiro. No governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, ocorreu a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, deixando transparecer que o Estado orientou-se para a promoção do desenvolvimento e da acumulação capitalista, a modernização das instituições econômico-financeiras e a industrialização.

Loureiro (1992) destaca que a experiência de urbanização da Amazônia não se restringe somente aos processos decorrentes do avanço da fronteira a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e muito menos se trata apenas de núcleos urbanos surgidos em regiões de fronteira. O surgimento do espaço urbano amazônico foi produto não só do planejamento estatal, mas da recriação social, das relações construídas por várias gerações que acabaram se envolvendo em um projeto de desenvolvimento regional.

Para Castro,

a análise das condições sociais dos fluxos migratórios existentes na Amazônia implicam no entendimento dos lugares de origens dos vários tipos de migrantes, dos valores culturais por eles carregados, das representações sociais, do capital social e simbólico investido nas relações de produção e nos novos modos de vida e das relações de poder que se atualizam continuamente nos espaços urbanos. Implica também no reconhecimento de que a urbanização traduz as contradições e conflitos de interesses entre capital e trabalho, materializado nas relações de poder. (CASTRO: 2008, p.23)

Oliveira (2011) defende que a urbanização é um fenômeno intimamente atrelado à modernização da sociedade mundial, que tem na lógica da sociedade capitalista a base determinante de seu desenvolvimento, apresentando como consequências o espaço urbano marcado pela desigualdade social influenciada principalmente pela segregação social e análise da qualidade de vida dos grupos sociais que integram essa sociedade urbana, proporcionando-nos avaliar que a Amazônia e as pessoas que vivem nela são complexas.

Neste sentido, é necessário compreendermos essa complexidade. Tal compreensão não exige somente a interpretação da condição humana, mas exige principalmente preocupações voltadas para o humanismo no sentido de possibilitar com que as preocupações de ordem social sejam mais evidenciadas que as questões de ordem política e econômica, impostas pelo sistema capitalista global.

Diante dessa realidade, os empreendimentos humanos que têm sido implantados na Amazônia nos proporcionam a seguinte reflexão: Desenvolver essa região é uma tarefa difícil, e garantir um processo de desenvolvimento que ocorra dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que resulte na adequada utilização dos recursos naturais e na conservação dos ecossistemas, é mais difícil ainda.

Conforme sustenta Machado (1999), a facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas fez da cidade uma condição para a sua existência. Portanto, o processo de urbanização da Amazônia não se refere somente a uma simples função de apoio ao povoamento. Vai muito mais além: é o elemento que organiza o sistema de povoamento, definindo sua estrutura e evolução. Nesse contexto, é importante discutir os significados desse processo e suas implicações na organização do espaço amazônico.

A organização do espaço amazônico: problemas ambientais decorrentes da urbanização

Na atualidade, a problemática ambiental ganha destaque em razão do excessivo consumo de recursos naturais, aliado ao processo de urbanização acelerado, ao crescimento econômico, à desigual distribuição de renda, dentre outras problemáticas sociais vivenciadas na sociedade contemporânea. Na Amazônia, tal questão traz à tona a preocupação referente à questão da preservação e conservação da fauna e da flora, incluindo os recursos hídricos.

Para compreender as estratégias de sobrevivência da população amazônica, é necessário saber como as relações entre os homens e a natureza são instituídas ao longo do processo histórico. Diversos estudiosos argumentam que, ao longo dos anos, o homem desenvolveu organizações sociais sustentadas pela apropriação comunal dos espaços e dos recursos naturais.

Entretanto, a concepção tradicional de que o homem é o sujeito e a natureza é o objeto a ser dominado nos remete a pensar que essa visão está equivocada, uma vez que o homem é parte indissociável da natureza e que, por isso, ele também é natureza. Essa noção se expressa por meio da visão de que a relação homem-natureza, contrária à relação sujeito-objeto, pressupõe um diálogo permanente.

Dentro desse raciocínio, Gonçalves (2010, p.79) nos informa que é possível identificarmos dois padrões de organização do espaço amazônico, considerados contraditórios entre si. “Um refere-se ao padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta* e o outro ao padrão de organização do espaço *estrada-terra firme-subsolo*”. Cada um desses padrões foi sendo desenvolvido ao longo do surgimento de conflitos ocasionados por interesses das diferentes classes sociais que se instalaram ou que mantêm algum tipo de influência na região.

Tocantins (2001, p.278) complementa que “até meados do século XX foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas”. Para o autor, os rios contribuíram para o progresso da Amazônia, pois tornaram possível a sua conquista ao assegurarem a presença humana na região. Desse modo, podemos dar ênfase à seguinte concepção: os rios serviram para diferentes atividades que foram desenvolvidas com a finalidade de explorar a floresta, os campos e as várzeas.

Entretanto, Gonçalves (2010, p.79) afirma que “a partir da década de 1960 os rios deixaram de ter tanta influência na vida dos povos amazônicos, já que os interesses se deslocaram para as riquezas minerais da região que poderiam ser encontradas no subsolo”. Além do mais, gestores territoriais civis e militares passaram a defender

um discurso político interessado em integrar o espaço amazônico ao resto do país. Para isso, o regime ditatorial ofereceu as condições necessárias para atrair os grandes capitais do centro-sul do país e internacionais. Porém, não se atentou para as consequências desse processo, visto que os diversos sentidos de valorização dos recursos naturais da Amazônia passaram a ser razão de intensos conflitos dos seres humanos com a natureza.

A exploração da natureza amazônica pelos seres humanos permitiu a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. Rampazzo (1997, p.24) argumenta que essa inferência pode nos ajudar a entender que a exploração da natureza está intimamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta, “através da erosão e a perda da fertilidade dos solos; destruição da floresta; dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos”.

Como as diferentes fases de modernização têm como base o sistema capitalista, o novo padrão de organização do espaço amazônico, que se instaurou a partir dos anos 1960, tem na construção de rodovias seu eixo de estruturação. Esse contexto nos estimula a reconhecer que, para Gonçalves (1998, p.103), “a abertura de estradas e o barramento dos rios, para fornecer mais energia, foram tarefas assumidas pelo Estado”. Nessa idêntica perspectiva, o mesmo autor alerta que, embora as estradas estejam abertas a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade.

Fica evidente, portanto, que o conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que organizaram o espaço amazônico é intenso e desigual, principalmente para os povos tradicionais da região e para as famílias de trabalhadores migrantes, as quais se deslocaram para a região, atraídas pela forte motivação, que traduz o desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações poderão ser concretizadas.

Como já foi ressaltado, embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta e aos rios, sua geografia humana tornou-se essencialmente urbana. Dentro de uma ótica global, a configuração da paisagem social urbana passou a ser dotada de contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que, sem dúvida, proporcionou a desestruturação do espaço amazônico por meio da “desordem ecológica e social”.

Sendo assim, é importante enfatizar as implicações dos problemas ambientais decorrentes da urbanização na Amazônia para posteriormente realizarmos algumas reflexões sobre qual poderá ser o futuro dessa região. Becker (1998) alerta que, de

forma geral, o processo de urbanização não obedece a qualquer consideração ambiental e se faz, muitas vezes, sem ser planejado. Nota-se que, em muitas áreas urbanizadas da Amazônia, a moradia ainda é desprovida de qualquer sistema de infraestrutura, de saneamento e de equipamento urbano.

O processo de transformação urbana da Amazônia nos estimula a reconhecer que os problemas ambientais das cidades da Amazônia estão nitidamente interligados com os problemas sociais. Martine e McGranahan (2010) lembram que os problemas supracitados têm suas origens na falta de uma atitude proativa e realista com relação ao crescimento urbano e o descaso com os problemas da população de baixa renda. Na falta de uma orientação espacial e de um manejo ambiental adequado, o rápido crescimento urbano, causado, na maioria das vezes, pelas práticas migratórias, acentua a degradação dos recursos naturais de terra, água e vegetação. Neste sentido, a falta de serviços básicos nos assentamentos urbanos contribui com o surgimento de problemas ligados à saúde ambiental.

Além de ser relacionada com a abertura de estradas, a migração para a Amazônia está relacionada com os processos de extração e exploração dos recursos naturais, de atividades agropecuárias e agroindustriais. Segundo Becker (2001, p.45), uma grande parte da população amazônica está concentrada em áreas desmatadas, que abrangem todos os estados brasileiros que compõem essa região. Isso significa que existe uma forte correlação entre as cidades e os processos de exploração e degradação da natureza.

O discurso de Djalma Batista (2006; 2007), nas obras “Amazônia: Cultura e Sociedade” e “O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento”, evidencia que a urbanização, por ser complexa, pode ser relacionada com os processos migratórios. Portanto, esse autor considera que, nesta região, a maior parte do povoamento das áreas urbanas provém das práticas migratórias que, em alguns casos particulares, aumentam ainda mais os problemas ambientais decorrentes de lixo acumulado em lugares inadequados, da falta de tratamento das águas e da poluição do ar.

Se tomarmos como referência a obra de Fritjot Capra (2002), intitulada “As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável”, veremos que falta para a população que vive na Amazônia a existência de uma consciência ecológica que pode ser fortalecida a partir do reconhecimento de que é preciso que o indivíduo aceite reformar seus pensamentos com o intuito de garantir a existência de uma sociedade sustentável.

Carvalho (2007, p.02-03) reforça essa ideia afirmando que “a sustentabilidade precisa deixar de ser desenvolvida a partir de um discurso oportunista”. Por isso, uma sociedade só será, de fato, sustentável, quando as gerações adquirirem a consciência de garantir a continuidade e a preservação dos organismos vivos. Ainda, para o mesmo autor, é preciso que haja a construção de uma memória planetária que proporcione o direito à diversidade e garanta o surgimento de novas possibilidades de pensamentos.

Algumas reflexões sobre a consolidação do pensamento complexo e ecossistêmico

As relações que o espaço urbano amazônico mantém com a natureza, sejam elas de exploração ou não, exigem o reconhecimento de que há distintas formas de intervenção humana nos processos naturais e abarcam também a existência e a condição humana em todas as suas dimensões. A partir desse entrelaçamento recíproco, Freitas (2006, p.20) reconhece que “tanto a natureza quanto a cultura são processos que estão em constante movimento, proporcionando a consolidação de diferentes possibilidades de pensamentos, que se materializam por intermédio das idéias e dos conceitos estruturados”.

O próprio ato de pensar em novas possibilidades de pensamentos, para proporcionar possíveis reflexões acerca da consolidação do pensamento complexo e ecossistêmico, constitui uma dimensão importante para a condição humana, uma vez que as ideias, os costumes e as qualidades individuais dos membros de uma sociedade são desenvolvidos sob a influência dos impactos causados pelas relações de produção, já que vivemos em uma sociedade capitalista.

Desse modo, analisar os conflitos econômicos e sociais decorrentes dos impactos ambientais sugere buscarmos respostas em questões referentes à educação, maior recurso não só para o entendimento do mundo e da vida, mas também para os valores que remetem às verdadeiras necessidades dos seres humanos.

Capra (2002) expõe que a educação representa a capacidade de entender as conexões entre os fenômenos ocultos. Isso significa que, para proporcionarmos uma nova compreensão sobre a vida, precisamos buscar auxílio na teoria da complexidade.

É possível reconhecer, neste sentido, que os fundamentos da complexidade ajudam os seres humanos a pensarem a sua realidade, por meio do conhecimento proporcionado pela educação, que sempre reforça a necessidade da formação e da aprendizagem continuada ao longo da vida.

Morin (2002, p.59) reforça que o sistema educacional precisa estar associado ao estudo da complexidade humana, pois só assim poderá mostrar o entrelaçamento entre os destinos individuais, sociais e históricos, “conduzindo a capacidade de apreender problemas globais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais, proporcionando a necessária diversidade dos indivíduos e das culturas”.

Logo, despertar nos indivíduos o interesse em compreender a complexidade do mundo requer para Morin (2000) reintegrá-lo em sua identidade complexa, auxiliando-o a criar estratégias para enfrentar as incertezas da realidade e do conhecimento. Gutiérrez e Prieto (1994), de forma similar, defendem a necessidade de uma educação que promova a convivência por meio da partilha e na crença no outro. Uma educação que desperte nos indivíduos o reconhecimento de que o pensamento ecossistêmico apresenta o ecossistema como um sistema aberto e composto por organismos vivos e o meio com qual interagem, trocando material e energia.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, Lipton (2007) estimula a realização das seguintes reflexões: Quem poderá educar para o futuro da humanidade? Quem poderá ajudar na formação das futuras gerações? Tais questionamentos aperfeiçoam a concepção de que os comportamentos e crenças que aprendemos com nossos pais, amigos e professores podem não ser os mesmos que imaginamos para a nossa vida. Lipton (2007, p.215) reforça que “crianças precisam de pais que incentivem sua curiosidade, criatividade e as descobertas do mundo ao seu redor”. Obviamente, o que nós, humanos, necessitamos desde nossa infância é de apoio e de amor para desenvolver nossa habilidade de religar os saberes, praticar a solidariedade e a compreensão.

Precisamos reconhecer que o pensamento complexo e ecossistêmico nos ajuda a pensar o homem e a sociedade inseridos em uma ecologia profunda. Para Morin (2000, p. 35), “os objetos da ecologia são as interlocuções que acontecem em um ecossistema, fortalecendo o desenvolvimento do pensamento ecossistêmico, que trabalha com conceitos epistemológicos advindos de teorias sistêmicas”.

Segundo Capra (2002), o pensamento ecossistêmico tem como um de seus elementos o diálogo, que indica a existência de um processo de significados que tem como elementos a ética, a solidariedade, a alteridade e a inclusão, que, sem dúvida, reforça a concepção de que os seres humanos são complexos, pois possuem a capacidade de se adaptar em um ambiente cheio de dificuldades para planejar, imaginar e criar.

Gleiser (2007) apud Schechtman (2001) reafirma essa complexidade dizendo que temos algo que vai além do meramente animal: a capacidade de nos maravilhar

com o mundo, com os que estão ao nosso lado, de refletir e aprender com o que sabemos e não sabemos. É essa capacidade que nos faz ir além do óbvio, em busca de novos significados, novas formas de expressar quem somos e compreender o mundo em que vivemos.

Morin (2000, p.90) reforça esse pensamento deixando claro que “a complexidade está no conhecimento, no cotidiano político e filosófico, e de agora em diante, de forma aguçada, no conhecimento científico”. Dessa maneira, pensar de forma complexa e ecossistêmica significa estar disposto a enfrentar as incertezas do conhecimento. É reconhecer que a complexidade não é apenas um fenômeno teórico, e sim a própria configuração da natureza e da sociedade.

Nessa mesma perspectiva, Botelho (2006) ressalta que assim como a vida, a natureza é complexa e abarca uma multiplicidade de elementos que se entrelaçam e interagem. Portanto, tudo o que foi exposto até aqui nos estimula a compreender que a complexidade do mundo é o novo desafio para uma nova forma de pensar.

Notas conclusivas

A realização desse artigo facilitou o entendimento de que o pensamento complexo e ecossistêmico engloba um conjunto disciplinado de práticas, mas também representa de forma considerável o corpo de conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade. Pensar de forma complexa e ecossistêmica nos ajuda, de um modo geral, a olhar para o passado da Amazônia com a finalidade de encontrar possíveis soluções para o seu futuro. Motiva-nos, também, a corrigir nossas impressões e desafiar nossas opiniões, além de reconhecer que nossas ações podem ser descritas e explicitadas em diferentes planos da experiência.

A situação atual da Amazônia consiste na persistência da condição de periferia, dependência e destruição gradual da floresta, fortalecida pela constante disputa pela terra. Como cenário alternativo, podemos mencionar a valorização da prática de uma economia sustentável, que minimize a desigualdade social e a destruição acelerada da floresta.

Diante do quadro de desigualdade social presente na Amazônia, o pensamento complexo e ecossistêmico nos conduz a uma série de problemas fundamentais do destino humano. Estimula-nos a desenvolver a habilidade de compreender nossos problemas essenciais, por intermédio da capacidade de enfrentar as incertezas e de encontrar os meios que nos ajudam a ter consciência da existência de um futuro in-

certo que, ao mesmo tempo, nos incentiva a ter coragem e esperança para facilitar o diálogo entre todos os grupos sociais com o intuito de transformar as estruturas de dominação, exploração e exclusão.

Para Carvalho (2007), a educação ecológica em todos os níveis de educação seria o primeiro passo para dar novos rumos ao sentido da vida. Ser alfabetizado ecologicamente significa preservar a natureza de qualquer tipo de agressão, sobretudo, no sentido de alertar as novas gerações dos perigos que as esperam. Carvalho (2007) reforça ainda que nossa salvação pessoal reside no amor e na fraternidade. Já a salvação coletiva, em evitar o desastre de uma morte prematura da humanidade.

Sem dúvida, a construção do paradigma ambientalista proporcionou para a realidade da Amazônia uma longa reflexão em torno da crise ambiental, pondo em cheque diretamente o lugar da espécie humana na natureza. Deste modo, o processo de urbanização no espaço amazônico demanda transformações que possibilitam a necessidade de efetivas ações no que diz respeito à questão sócio-ambiental, uma vez que a degradação ambiental é um processo que repercute na vida social, econômica, política e cultural da sociedade em geral.

Recebido em janeiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do trombetas*. Belém: CEJUP, 2003.

BATISTA, Djalma. *Amazônia: Cultura e Sociedade*. 3 ed. Manaus: Valer, 2006.

_____. *O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*. 2 ed. Manaus: Valer e Impa, 2007.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BOTELHO, Francisco. *Avaliação da afetividade de cursos a distância e os processos interativos em ambientes virtuais de aprendizagem*. (Tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. *O Estado Brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre*. Rio Branco: 2004.

CAPRA, Fritjot. *Conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Edgard Assis. *Da perdição à esperança: Terra-Pátria 14 anos depois*. São Paulo: PUC, 2007.

CASTRO, Edna. Desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: *Ciclo de Estudos sobre a Amazônia*. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

_____. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2003

FREITAS, Marcílio de. *Projeções estéticas da Amazônia: Um “olhar” para o futuro*. Manaus: Valer, Edua, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Geografando: nos varadouros do mundo – da territorialidade seringalista a territorialidade seringueira ou do seringal a reserva extrativista*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. *Amazônia, Amazônia*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. *A mediação pedagógica: Educação à distância alternativa*. Campinas: Papirus, 14.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos de 1940 a 2000*. Disponível em: www.ibge.gov.br / Acesso em: 14/11/2011.

LIPTON, Bruce. *A biologia da crença: Ciência e espiritualidade na mesma sintonia: o poder da consciência sobre a matéria e os milagres*. Butterfly: São Paulo, 2007.

LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: Cejup, 1992.

MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira*. Cadernos IPPUR, vol. XIII, n.1., Jan./jul, 1999.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetórias, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Workshopsy, 1995.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTIM, F. M.; SILVA, J. M. (Org.). *Para navegar no século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.

_____. *Os setes saberes necessários à Educação do futuro*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: A fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2007.

_____. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, Luzianne Fernandes de. *Urbanização, programa de saúde da família e impactos na qualidade de vida da população local: Vila da Barca, 2000 a 2009*. Belém: Unama, 2011.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. Manaus: Valer, 2001.

SCHECHTMAN, Sheila. *Interatividade entre orientador e aprendiz em curso virtual prática ou teoria*. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: www.raw-tu.unicamp.br / Acesso em: 13/11/2011.

ARTIGO

MIGRANTES NORDESTINOS NO VALE DO RIO BRANCO

Resumo

O presente artigo discute a migração de nordestinos para o vale do Rio Branco entre 1890 e 1930. Dessa forma, dentro da dinâmica do movimento migratório desencadeado entre o Nordeste e a Amazônia nos tempos áureos da borracha, vale ressaltar que o Rio Branco permaneceu à margem desse processo. Exceto pela presença de algumas famílias cearenses, paraibanas, piauienses, ligadas principalmente à criação de gado, além de trabalhadores desmobilizados após a crise da borracha. Busca também analisar alguns aspectos do cotidiano da vila de Boa Vista, utilizando como fonte os diários dos viajantes que percorreram a região nesse período, permitindo vislumbrar a formação de uma sociedade na qual os migrantes buscaram reproduzir as características do lugar de origem.

Palavras-chave

Corrente migratória; Nordestinos; Amazônia; Vale do Rio Branco.

Abstract

This paper discusses the migration from the Northeast to the White River Valley between 1890 and 1930. Thus, within the dynamics of the migratory movement triggered between the Northeast and the Amazon in the heyday of rubber, it is noteworthy that the White River remained outside this process. Except for the presence of some families of Ceará, Paraíba, Piauí, linked mainly to livestock, and demobilized workers after the crisis of the rubber. It also seeks to analyze some aspects of everyday village of Boa Vista, using the diaries as a source of travelers who visited the area during this period, allowing a glimpse of the formation of a society in which migrants sought to reproduce the characteristics of the place of origin.

Keywords

Chain migration; Northeasterners; Amazon, Vale do Rio Branco.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima – UFRR e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Introdução

Não obstante estar economicamente ligado às áreas de extração da borracha, como fornecedor de gado vivo para Manaus, seu principal mercado consumidor, o vale do Rio Branco permaneceu praticamente à margem desse movimento migratório. Entre as razões que possam explicar o reduzido fluxo de migrantes nordestinos para a região, a principal delas pode estar ligada ao fato da pecuária extensiva – base da economia local – depender de poucos trabalhadores, atividade que já vinha sendo executada por vaqueiros indígenas desde a introdução das primeiras cabeças de gado, no final do século XVIII.

A crise da economia da borracha na Amazônia, a partir do início da década de 1910, acentuando-se nos anos 1920, se por um lado trouxe desemprego para toda a região, por outro pode ter contribuído para aumentar a migração de trabalhadores, principalmente nordestinos empobrecidos egressos dos seringais para o Rio Branco. Sobre esse aspecto, Vieira (2007, p. 56) destaca que “fazendeiros já estabelecidos em Boa Vista teriam acumulado algum capital com a venda de gado para Manaus, no auge da borracha, e que teriam se encarregado de recrutar e financiar a vinda” desses trabalhadores, que passaram a trabalhar sob o sistema de sorte.

Concomitantemente à crise da borracha, ocorrem os primeiros sinais da exploração de ouro e diamantes nos leitos dos rios Maú e Cotingo, ao norte do Município de Boa Vista. Segundo Rodrigues (1996, p. 04) essa atividade “iniciou-se em 1912 com as descobertas dos primeiros garimpos”, dando um novo impulso na migração para o Rio Branco. Mas adverte que os garimpos só passaram a exercer efetivamente atração populacional, ainda que de forma incipiente, no final dos anos 1930, com a descoberta dos diamantes da serra de Tepequém.

Tais fatores, em conjunto, certamente contribuíram para estimular a chegada de novos migrantes, principalmente, a partir do início dos anos 1920, quando eventos de ordem política e econômica propiciaram a formação de uma nova conjuntura mais favorável à migração. Este artigo, que faz parte da pesquisa “Migração de nordestinos para o vale do Rio Branco (RR) entre 1890 e 1930”, trata da presença de nordestinos no Rio Branco, privilegiando as relações trabalhistas, o cotidiano e a influência na sociedade local. Antes, porém, mesmo que de forma sucinta, é importante um breve relato da ocupação portuguesa nas terras da região.

Breve relato da ocupação portuguesa no vale do rio branco

Segundo Farage (1991, p. 55-6), “os historiadores do Rio Branco em geral localizam o avanço para a região nas últimas décadas do século XVII, tomando-o como uma consequência da expansão portuguesa para o Rio Negro nesse período”. Dentro desse processo, percebe-se a urgência da política oficial do Estado português no sentido de ocupar a região, não só pela sua importância para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravos índios, mas, principalmente, pela sua posição estratégica para a defesa da Amazônia de possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses.

Dessa forma, a ocupação efetiva do vale do Rio Branco tornou-se uma questão central para os portugueses. Por conta disso, o embate contra os espanhóis, no Rio Uraricoera¹, que resultou na expulsão destes, forçou a Coroa a iniciar entre 1775 e 1776, a construção do Forte São Joaquim e o aldeamento dos índios da região (FARAGE, 1991, p. 123). O local escolhido estrategicamente foi a margem direita do Tacutu, na junção deste rio com o Uraricoera para formar o Branco, inibindo assim possíveis investidas dos vizinhos ao Rio Negro.

No tocante à política de aldeamentos, sustentada por novos descimentos de indígenas de suas comunidades, segundo Vieira (2007, p. 19), pode ter sido este tipo de investimento a forma encontrada pela Coroa portuguesa para garantir a ocupação do território tornando os índios atores importantes, capazes de sustentar a própria posse da região. Entretanto, da forma como foi conduzida tal política, marcada pelo desrespeito e a violação dos códigos culturais indígenas, o sistema estava fadado ao fracasso, fato comprovado pelas constantes revoltas por parte dos índios aldeados.

Sobre o fracasso dos aldeamentos, Farage (1991, p. 125) observa que a despeito das trágicas consequências desses levantes, ocorridos entre 1780 e 1781, não foi suficiente para dissuadir a Coroa portuguesa de uma nova tentativa de reorganização dos aldeamentos, em 1784, ainda que tivesse curta duração, pois uma nova revolta, em 1790 encerrou a experiência de aldeamentos no Rio Branco, durante o período colonial.

Vieira (2007, p. 28) lembra que a “segunda tentativa de submeter os índios a novos aldeamentos” consista no fato da Coroa portuguesa estar em dificuldades financeiras para trazer não-índios, evidenciando que o domínio do Rio Branco naquele momento passava pela aliança com os indígenas da região, especialmente os Macuxi

¹ Segundo Farage (1991, p. 122) a presença dos espanhóis foi detectada nos domínios pretendidos pelos portugueses, em 1775, quando estavam aquartelados no Rio Uraricoera onde já haviam formado dois aldeamentos indígenas.

e Wapixana, além de outros grupos menos numerosos. Ainda segundo Vieira (2007, p. 33), o fracasso dos aldeamentos, no final do século XVIII resultou na adoção de um novo projeto visando à ocupação definitiva do Rio Branco: o projeto pecuário, que será abordado a seguir.

Origem da pecuária no Vale do Rio Branco

A criação de gado nos campos e savanas do alto Rio Branco teve seu início no final do século XVIII, quando o governo português instalou três fazendas estatais, denominadas de Fazendas Reais: a de São Marcos, a de São Bento e a de São José. O objetivo da instalação das mesmas era assegurar, por meio da “pata do boi”, a posse portuguesa no extremo norte da Colônia e vincular esta região – oferecendo gado vivo – às áreas do Rio Negro e do Rio Amazonas, voltadas para o extrativismo e roças (BARROS, 1995, p. 47).

Segundo Barros (1995, p. 47), “as três fazendas localizavam-se acima do ponto onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista”. Vieira (2007, p. 34), seguindo o mesmo raciocínio, fornece algumas informações a mais sobre a localização das Fazendas Reais: a do Rei, registrada com o nome de “São Bento”, foi fundada a oeste, entre os rios Uraricoera e Branco; a “São José” foi instalada nas proximidades do Forte São Joaquim; a terceira e última, de nome “São Marcos” foi criada no setor norte, entre os rios Uraricoera e Tacutu.

A implantação da pecuária nos campos do Rio Branco – por Manuel da Gama Lobo D’Almada, que ali introduziu as primeiras cabeças de gado em 1787, criando primeiro a fazenda da Coroa e, depois, as outras duas fazendas – iniciativa que obedecia à política oficial do governo da capitania de São José do Rio Negro, visava integrar a região ao mercado interno colonial, e assim torná-la um pólo de atração e fixação de colonos (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 272).

No entanto, essa política oficial não surtiu de imediato o efeito desejado, posto que no contexto da economia extrativista da Amazônia, a pecuária, ao longo do tempo, representou uma atividade apenas marginal e de baixa rentabilidade. O quadro era agravado pela lentidão e irregularidade da comunicação entre o alto Rio Branco e Manaus, tornando essa atividade menos atraente (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 273). Além das dificuldades de se chegar à região, sua economia não despertava a atenção de migrantes.

De acordo com essa fonte, a pecuária constituía, até as últimas décadas do século XIX, uma atividade de subsistência, complementar ao extrativismo, iniciada enquanto atividade de colonos pobres, que ali chegavam em levadas migratórias pro-

vocadas pelas secas que devastavam o Nordeste do país nas últimas décadas daquele século. No entanto, o modesto aproveitamento econômico da região motivou a formação de um núcleo pecuário que passara a pressionar as terras estatais e as terras indígenas (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 273).

Assim, a colonização civil no vale do Rio Branco, iniciada na segunda metade do século XIX, consolida a economia pecuária na região, fixa a mão-de-obra indígena e inaugura a espoliação dos territórios indígenas. O uso excessivo dos índios em todas as modalidades de trabalhos levou o viajante francês Henri Coudreau, em 1887, a afirmar que a economia regional dependia inteiramente da mão-de-obra indígena, desde serviços domésticos à navegação, as construções ou a agricultura (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 270).

Com o advento da República e a criação do Município de Boa Vista (1890), uma série de dispositivos legais presentes na Constituição de 1891 favoreceu a consolidação da ocupação fundiária no Rio Branco, além de ter sido omissa quanto à situação jurídica dos povos indígenas, que viram-se expropriados de boa parte de seus territórios (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 274-8). Esta forma de ocupação, ao lado da grilagem de terras estatais e indígenas, ao que parece, propiciou o enriquecimento de grandes proprietários, membros de famílias já estabelecidas no Rio Branco.

Influência nordestina na sociedade local

Desde as últimas décadas do século XIX, e um pouco antes, que famílias de origem nordestina passaram a se estabelecer no vale do Rio Branco. Desse modo, a presença de cearenses, piauienses, paraibanos, maranhenses, entre outros, contribuiu para formar uma sociedade na qual o Nordeste brasileiro pode ser visto em múltiplas manifestações, sejam elas culturais, políticas, religiosas. Claro, não sem antes adaptar-se aos usos e costumes locais.

Assim, uma leitura atenta da obra de Barros (1995) permite vislumbrar uma pequena população de migrantes, envolvida basicamente com a atividade pecuária:

Cerca 30 anos de “boom” da borracha teria adicionado à população das terras do Rio Branco cerca de 6.000 habitantes, vivendo em quase totalidade no bolsão pecuário em torno de Boa Vista, onde se cristalizou uma sociedade pastoril, com roças de subsistência, e recurso à caça e pesca. Dessas fazendas e dos migrantes nordestinos emergiu uma cultura material baseada no couro, não tão intensa quanto no semi-árido do nordeste do Brasil – sertão –, provavelmente, pelo menos quanto ao vestuário de couro para o cavaleiro e cavalo, postos que as savanas e campos são coberturas vegetais abertas, e não de arbustos entrelaçados e plantas espinhosas como a caatinga. (BARROS, 1995, p. 52).

Observando atentamente a citação acima, pode-se constatar que a preferência por parte desses cerca de 6.000 migrantes pela zona de pecuária do Município de Boa Vista, ao lado da cultura material baseada no couro, denotam sua origem no sertão nordestino. Essa cultura material moldada a partir daí, cuja importância foi percebida por Rice (1978)², quando visitou as fazendas do alto Rio Branco em 1924, evidencia a influência nordestina na região, principalmente nas atividades ligadas à criação de gado.

Esta influência também pode ser constatada na labuta diária das fazendas, na lida dos vaqueiros com o gado bravo dos lavrados (campos nativos de Roraima), conforme verificou Pereira (1917)³, quando esteve no alto Rio Branco no inverno de 1917. Percorrendo as fazendas da região, a convite de pecuaristas locais, inclusive a Fazenda Nacional São Marcos – então pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) –, este mesmo autor acabou percebendo que aí o trabalho com o gado era realizado por indígenas.

Ainda nessa mesma visita às fazendas do entorno de Boa Vista, notou Pereira (1917, p. 29) que os vaqueiros da comitiva da qual fazia parte “eram todos do Piauí e do Ceará, em cujas famílias nunca se conheceu outra profissão”. A leitura do relato desse autor permite verificar algumas semelhanças entre o vaqueiro do sertão nordestino e o dos campos do Rio Branco. As técnicas de manejo do gado e o sistema mais usual de pagamento – a sorte –, além de alguns artefatos de trabalho e mesmo de uso doméstico, eram tipicamente nordestinos.

Uma dos aspectos que permite constatar tais semelhanças diz respeito à cultura do couro, presente tanto no Rio Branco como no sertão. Assim, para enfrentar os galhos secos e os espinhos da caatinga, o sertanejo usava um uniforme resistente, formado pelo gibão, peitoral, pernas, luvas e chapéu desabado, todos de couro. O vaqueiro dos lavrados, área que oferecia poucos obstáculos ao seu trabalho, só não dispensava o chapéu e as pernas. O restante dos artefatos de trabalho, inclusive o cordame de laçar os bois, era feito de couro.

Segundo Queiroz (1997, p. 19-20), o boi impusera sua marca na civilização do sertão, a ponto de esta ser chamada por muitos autores – a exemplo de Capistrano de Abreu – de “civilização do couro”. No sertão, de acordo com essa autora, um sem-número de objetos era feito de couro, além dos uniformes que protegiam os

2 O norte-americano Hamilton Rice, membro da “American Geographical Society”, realizou uma expedição com destino ao vale do Rio Branco (1924/1925), relatada na obra: “Exploração na Guiana Brasileira. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978” (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

3 Ex-Deputado Federal pelo Estado do Amazonas que, após visitar o Rio Branco em 1911, elaborou o relatório “O Rio Branco: Observações de Viagem. Manaus: Imprensa Pública, 1917”.

vaqueiros e os cavalos na lida diária com o gado das caatingas. Entre esses artefatos estavam as portas das casas, alforjes, mantas, mochilas, além de outros utensílios utilizados na rotina doméstica pelo sertanejo.

A esse respeito, Rice (1978), quando esteve na Fazenda Alagadiço, na região do Rio Amajari – alto Rio Branco — observou que algumas redes e cadeiras dessa localidade eram feitas de couro de vaca, sendo as primeiras fabricadas de couro cortado em tiras compridas, de uma polegada de largura, trançadas como um cesto e formando rede (RICE, 1978, p. 26). Isto evidencia um modo de vida rural e fortemente influenciado pela presença nordestina, percebido de imediato por quem visitava as fazendas da região.

Por conta disso, Pereira (1917, p. 22) percebeu que “das colônias brasileiras de outros Estados as mais numerosas são a piauiense, a cearense e a paraibana, notadamente, as duas primeiras, principais fornecedoras de vaqueiros às fazendas. Há também alguns maranhenses e pernambucanos”; além da colônia turca, ligada ao comércio de Boa Vista. Do mesmo modo, Eggerath (1924, p. 22)⁴ também confirma essa informação, ao se referir à forte presença de nordestinos (piauienses, cearenses, paraibanos, maranhenses) entre a população local.

Quanto às relações de trabalho presentes nas fazendas do alto Rio Branco, assim como nos seringais amazônicos, prevalecia o sistema de aviamentos, por meio do qual, o patrão fornecia ao vaqueiro desde gêneros alimentícios, ferramentas de trabalho, até roupas e remédio, a serem pagos com o fruto da sorte, relação de trabalho que consistia na partilha anual do gado, conforme explica Vieira (2007):

Fazia-se antes o rodeio do gado, o fazendeiro trazia os ferros de marcar, que guardava sempre consigo na cidade. De cada quatro bezerros, o vaqueiro recebia um, escolhido por sorteio. Ocorre que durante todo o ano o fazendeiro fornecia aviamentos de toda ordem ao vaqueiro: alimentos, remédios, utensílios, munição, dinheiro, etc. O vaqueiro efetuava no momento da partilha, o pagamento desses aviamentos com os bezerros a que tinha direito. Primeiro machos e, esses não sendo suficientes, fêmeas, o que ocorria com frequência (VIEIRA, 2007, p. 56).

Este autor afirma ainda que esse tipo de pagamento era uma forma de atrair mão-de-obra, mesmo havendo aí uma exploração do vaqueiro. Essa exploração, segundo ele, se dava por duas maneiras: “primeiro pela subavaliação dos bezerros e, segundo, porque os preços dos aviamentos eram sempre mais caros nos barracões das fazendas” (VIEIRA, 2007, p. 57).

4 O Abade da Ordem dos Beneditinos, D. Pedro Eggerath, realizou um estudo sobre o vale do Rio Branco no início dos anos 1920, intitulado “O vale e os índios do Rio Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924”.

Divergindo desse ponto de vista, Pereira (1917, p. 40) obteve informações com alguns fazendeiros do Rio Branco sobre esse sistema de partilha, onde estes se queixavam que lá, o mesmo tinha sempre dado os piores resultados para o dono da fazenda, posto que depois de alguns anos de trabalho o vaqueiro tinha mais gado que o próprio patrão.

Santos (2004) após consultar alguns estudos sobre a pecuária no Rio Branco, além de outros aspectos, confirma essa possibilidade da qual se beneficiavam alguns poucos vaqueiros nordestinos tornando-se fazendeiros, ascendendo social e mesmo politicamente.

Uma leitura da obra de Freitas (2000b) sobre a origem de inúmeras famílias tradicionais roraimenses permite vislumbrar-se um modelo do surgimento destas a partir da atividade criatória, enquadrando-se no afirmado acima: entre o fim do século XIX e início do XX, um nordestino ou paraense, relativamente jovem, vem para Roraima, assume a condição de vaqueiro e, como tal, desfruta da sorte, isto é, da participação de um quarto das novas rezes e, alguns anos depois, “situa” ou funda uma ou mais fazendas. Exemplo disso foi Domingos Braga, nascido no Ceará, que após trabalhar algum tempo no Pará, foi atraído pela notícia da existência de gado na região do rio Amajari, em Roraima. Depois de alguns anos como vaqueiro transformou-se em fazendeiro, situando, isto é, fundando, duas fazendas (SANTOS, 2004, p. 162).

A leitura dos diários e relatórios de alguns políticos e viajantes estrangeiros que percorreram o vale do Rio Branco nesse período permite vislumbrar a forma preconceituosa como eram vistos os habitantes do Município de Boa Vista. Para Pereira (1917), por exemplo, que havia viajado bastante pelo país, era patente a falta de iniciativa dos moradores da vila de Boa Vista. Ele, assim como certos viajantes, foi incapaz de perceber que não havia muitas opções para a população dessa região distante e isolada.

Uma das primeiras coisas percebidas por Pereira (1917, p. 47) foi a pouca inclinação dos moradores de Boa Vista para trabalhos mais onerosos, pois “não gostavam de movimentar-se, podendo ficar parados”. Em sua opinião, levando em consideração o avultado rebanho bovino, era para haver na região uma indústria de laticínios, para aproveitar melhor a carne e o leite, oferecendo emprego para a população local, o que traria mais vantagens econômicas para o município do que o comércio de gado vivo para Manaus.

Dessa forma, autores como Pereira (1917), Rice (1978), entre outros, perceberam a negligência da agricultura no vale do Rio Branco, que às vezes era praticada de forma primitiva por alguns nordestinos. Em relação à pecuária, Pereira (1917) percebeu sérios problemas, como a extrema magreza do gado, fato atribuído ao

baixo teor nutritivo do pasto nativo dos lavrados, renovado anualmente por meio de queimadas, a falta de organização do sistema de trabalho nas fazendas, o descaso dos vaqueiros. Tais fatores, ao lado do precário sistema comunicação, talvez possam explicar o atraso da região.

Aspectos do cotidiano em Boa Vista na visão dos viajantes

Uma análise mais atenta da vida cotidiana da população de Boa Vista nesse período, deixa transparecer uma completa falta de atividades econômicas que pudessem elevar o baixo padrão de vida de seus moradores. De todo modo, não resta dúvida de que a pecuária representou a atividade econômica principal e uma das poucas opções de trabalho no alto Rio Branco. Mas nem por isso deixou de ser marcante a presença de migrantes nordestinos, a partir do final do século XIX, contribuindo para moldar uma sociedade formada por fazendeiros, índios, vaqueiros, militares e religiosos.

A leitura da obra de alguns autores locais, a exemplo de Magalhães (1986), Brasil (1996) e Freitas (2000), possibilita vislumbrar mais de perto o cotidiano das pessoas que habitavam Boa Vista no período em análise, assim como permite constatar a origem nordestina de muitas famílias que habitam atualmente na capital do Estado de Roraima, descendentes das famílias tradicionais. De acordo com esses autores, muitos nordestinos, das mais variadas profissões e classes sociais, marcaram presença na vida política, econômica e social da região entre o final do século XIX e início do século XX.

Conforme lembra Freitas (2000, p. 123), a migração de nordestinos para a região se intensificou entre o final do século XIX e o início do XX. Segundo ele, nesse período era forte a presença de famílias paraibanas (Queiroz, Lucena, Melo, Freitas), também era marcante a presença de piauienses, cearenses, rio-grandenses do norte, pernambucanos, sendo os maranhenses em maior número, em especial os provenientes dos vales dos rios Mearim e Pindaré: cidades de Bacabal, Santa Inês, Lago da Pedra, Pedreiras, Pio IX.

Magalhães (1986, p. 41), por seu turno, informa sobre uma colônia de paraibanos que se estabeleceu na localidade Passarão, margem do rio Uraricoera, alcançando grandes lucros com o cultivo do tabaco, chegando mesmo a superar a exportação de bois, no que se refere ao valor monetário. A próspera comunidade teve início com a chegada do pioneiro João Pereira de Melo, proveniente do Estado da Paraíba, em 1910. Seu exemplo logo foi seguido por outros paraibanos, membros das famílias Lira, Queirós e Lucena.

Koch-Grünberg (2006)⁵, navegando pelo rio Uraricoera, no inverno de 1911, visitou essa comunidade. Este viajante a encontrou em completo estado de decadência. A tarde que passara ancorado na localidade Passarão, onde se localizava o pequeno povoado de paraibanos, foi o suficiente para perceber a sujeira espantosa que reinava nas cabanas miseráveis, e que seus moradores sofriam de todas as doenças possíveis da civilização, dando uma impressão de decadência (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 46).

Analisando a sociedade que se formou a partir da atividade pecuária no alto Rio Branco, Da Silva (2003, p. 19) caracteriza-a como sendo uma sociedade “rústica, rural, e formada principalmente por fazendeiros, vaqueiros, além dos militares, religiosos e pequenos comerciantes”. Onde:

A pecuária extensiva era o principal meio de vida. Nesta sociedade observa-se algumas características comumente conhecidas no Ceará, como, por exemplo, a criação baseada no sistema de Quarta⁶. [...] Trata-se de uma sociedade com participação importante de migrantes que, com exceção dos oriundos da Região Norte, eram, majoritariamente, nordestinos: Desde os primeiros momentos da colonização de Roraima, cearenses, maranhenses, e paraibanos se destacaram como um dos principais grupos constituintes desta sociedade (DA SILVA, 2003, p. 19).

Com sutileza e sensibilidade essa autora apresenta um cenário de Boa Vista do início do século XX, quando “a pequena sede era formada por grupos sociais ligados ao comércio localizado na Rua Jaime Brasil⁷, onde também viviam famílias de fazendeiros, funcionários públicos e garimpeiros”. Revelando uma comunidade que se constituía por um cotidiano semelhante ao de um povoado “onde geralmente a maioria das pessoas se conhecia e se reunia no fim de noite para conversar”, tecendo fortes relações sociais (DA SILVA, 2003, p. 63).

Do mesmo modo, as noites enluaradas eram ocasiões propícias para as visitas entre amigos. Nestas ocasiões, “as crianças se reuniam nos terreiros para brincar de roda, de corre, de cipó-queimado, cemitério [...], enquanto os adultos ficavam

5 O etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, em 1911, percorreu a tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela. Desta viagem resultou a obra “Do Roraima ao Orenoco, observação de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora UNESP, 2006”, na qual existem extensas descrições culturais da vida cotidiana dos povos indígenas da área fronteira (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

6 A sorte ou quarta, consistia em um contrato oral pelo qual o dono de um rebanho entrega um lote de seu gado para um vaqueiro que, como pagamento, tem direito a uma de quatro crias nascidas durante o período combinado (DA SILVA, 2003, p. 19).

7 Atual Avenida Jaime Brasil, que concentra boa parte do movimento comercial do centro de Boa Vista. No período em análise, o comércio estava nas mãos de “alguns portugueses, sírio-libaneses e brasileiros”, que deram impulso à economia local (ASSIS et al., 1987, 48).

em frente às suas casas sentados conversando” (DA SILVA, 2003, p. 63; ASSIS, et al., 1987, p. 48).

Durante o dia, enquanto os adultos se ocupavam das tarefas do dia-a-dia, as crianças se divertiam com suas brincadeiras, entre elas, a de empinar pipas ou papagaios. O uso do “cerol” era comumente adotado. Nessas ocasiões, as rabiolas coloridas tremulavam ao sopro dos ventos contrastando com o azul dos céus de Boa Vista dos anos 1920 (MAGALHÃES, 1986, p. 27-8).

Em ralação à moradia, “a maioria das casas eram de taipa ou madeira. Raramente encontravam-se casas de alvenaria que tinham como matéria-prima tijolos duplos. A iluminação nas casas era feita com carburetos e querosene, vindos de Manaus, bem como sebo de gado e óleo de mamona, produtos nativos” (ASSIS et al., 1987, p. 48). Observando a citação, percebe-se a simplicidade do pequeno povoado e sua forte dependência em relação a Manaus, de onde vinha a maior parte das mercadorias e gêneros de primeira necessidade consumidos no local.

De acordo com Assis et al. (1987) e Da Silva (2003), os momentos de maior sociabilidade de Boa Vista eram as festas religiosas, comemorações de casamento, batizados, aniversários e as tradicionais serenatas. Essas comemorações, em geral, eram realizadas nas casas das famílias ou no salão de baile local. Reforçando o exposto, o *Jornal do Rio Branco*, nas edições de 1916 e 1917, dá muita ênfase às atividades ligadas à Igreja (novenas, arraiais, festejos, arrecadação de donativos) noticiadas sempre em primeira mão e ocupando várias páginas.

Desse modo, os festejos de São Sebastião, realizados de 11 a 20 de janeiro, representavam um dos acontecimentos sociais mais aguardados pelos habitantes do Rio Branco e mobilizavam não só a população de Boa Vista, como também os fazendeiros com todos os moradores das fazendas. Para Magalhães (1986) e Freitas (2000), esses fazendeiros patrocinavam com muito fervor as festas religiosas organizadas pela Igreja Católica: a Festa de São Sebastião, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo, a Festa de São Francisco, entre outras.

Por ocasião da festa de São Sebastião, de acordo com Magalhães (1986, p. 29-30), “rara era a fazenda que não ficava de porteira aberta”, pois nem mesmo os empregados permaneciam no interior, tamanho era o interesse despertado pelo festejo. Viajando a cavalo, carro-de-boi ou de canoa – era forma como se viajava para Boa Vista naquele tempo –, pouco importava, o importante era prestigiar o acontecimento, que naquela época contava ainda com corridas de cavalos, soltura de balões, quermesses, leilões, jogos de azar, etc.

Em Boa Vista da década 1920, a educação feminina era promovida pelas freiras da congregação dos beneditinos⁸. Este sistema de ensino consistia no regime de internato para meninas indígenas e meninas pobres da região e, regime de externato para filhas de fazendeiros, cujos pais pagavam uma mensalidade. Este tipo de educação religiosa coordenada pelas irmãs beneditinas perdurou até a década de 1940 (DA SILVA, 2003, p. 64).

Em relação à educação formal, o Estado do Amazonas designava alguns professores para o Município de Boa Vista, promovendo um sistema de ensino bastante irregular e deficitário. Desse modo, conforme assinala Assis et al. (1987, p. 49), “dada a inexistência de prédios escolares, alguns professores lecionavam em suas próprias residências ou em casas alugadas para tal fim, pois, não raro, ministravam também aulas particulares”.

Entre as descrições referentes à vila de Boa Vista nesse período, merecem destaque aquelas feitas por Ourique (1906)⁹, Koch-Grünberg (2006), Pereira (1917), Eggerath (1924), Rice (1978), entre outros. Tais descrições revelam aspectos de um povoado rural fortemente ligado à atividade pecuária, mas que também deixam perceber a atuação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo ditando as relações sociais e os costumes, fazendo-se presente no cotidiano da sociedade boavistense.

Dessa forma, em sua passagem por Boa Vista, Ourique (1906, p. 13) observou que a vila apresentava “perspectivas em geral encantadoras e, de alguns pontos de vista, realmente belas. Possui boas casas, algumas de alvenaria e uma capela (matriz de Nossa Senhora do Carmo) edificada singelamente, mas com relativa elegância”, e que a vila podia ser considerada “como o centro mais importante de todo o movimento comercial, industrial e agrícola do alto Rio Branco”. Além da presença de “duas escolas primárias para ambos os sexos [...], com regular frequência, na sede do município”.

Viajando de Manaus para o alto Rio Branco no inverno de 1911, o etnólogo alemão Koch-Grünberg (2006), enfrentou uma série de percalços, cuja narração ajuda a dimensionar o grau de perigo e dificuldades que esse percurso através do rio – o único até então – oferecia ao transporte de pessoas e do gado vivo.

8 Esta congregação chegou ao Rio Branco no início do século XX, tendo como principal missão o acompanhamento e a evangelização dos indígenas (DA SILVA, 2003, p. 64).

9 O Engenheiro Jacques Ourique, no ano de 1906, a mando do Governador do Amazonas, Dr. Antônio Constantino Nery, fez um relato geográfico e histórico do vale do Rio Branco, descrevendo aspectos econômicos e sociais da região, na obra: “O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas – Edição Especial, 1906” (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

Assim, as dificuldades começaram bem antes do início da viagem, quando este viajante teve que esperar dia após dia pelas lanchas das linhas de vapor para o alto Rio Branco. Ao embarcar, ele constata que a embarcação não era barco para passageiros: “Servem ao transporte de bois, alguns milhares de cabeças fornecidas anualmente para Manaus como gado de corte, vindos das grandes savanas do Rio Branco” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 29).

Durante a viagem, o arguto viajante não deixou de perceber e de participar da convivência amigável que se estabeleceu entre os passageiros – funcionários públicos, latifundiários e lavradores pobres do alto Rio Branco – que lotavam a pequena embarcação, tornando o longo percurso menos tedioso. Para passar o tempo, jogavam cartas até altas horas da noite, as mulheres catavam piolho nas cabeças das crianças, além de outras atividades corriqueiras, tais como atirar em animais e aves na margem do rio. As conversas travadas apontavam para as tensas relações políticas em Boa Vista¹⁰, envolvendo altos membros da política local.

No Porto de Caracaraí, o embarque de 105 bois descidos de Boa Vista chamou a atenção dos passageiros não só pela quantidade de gado e pela sua demora (cerca de 4 horas de trabalho pesado), mas, principalmente pela brutalidade com os animais. Eis a operação:

Então vem de cima, movida pela máquina, uma forte amarra de aço com um laço de corda, que é posta em volta dos chifres curvos do boi. Com essa espécie de guindaste, o pobre animal é içado; ficando algum tempo suspenso de maneira lastimável entre o céu e a água, com o pescoço cada vez mais esticado; então é abaixado cuidadosamente pela escotilha e, quando o porão fica cheio, até o deque. Um acontecimento e tanto! Agora, os bois é que desempenham o papel principal. A barca toda está cheia deles. Eventuais passageiros são apenas hóspedes tolerados e, onde quer que estejam, só incomodam [...]. Onde antes havia redes de dormir a torto e a direito, agora há bois. Onde ficava nossa mesa comprida, à qual comemos e bebemos tão bem e fartamente, e onde os jogadores agitavam incansavelmente suas cartas, bois. Onde nossa bagagem estava alojada, bois. Nada além de bois (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 37).

Ao chegar a Boa Vista, depois de quase quinze dias de viagem, Koch-Grünberg (2006, p. 39-40) descreve a vila como “uma fileira de casinhas claras e agradáveis, na alta e rochosa margem direita”. Para ele, a iluminação das ruas em Boa Vista era nula. Os caminhos (as ruas) estavam cobertos de mato alto, e a rua principal também era área de lazer dos animais, tais como bois e porcos que descansavam em buracos fundos de lama e grunhindo indignados com a aproximação de alguém.

10 Sobre o estado de tensão política reinante no Rio Branco, envolvendo os dois maiores latifundiários da região (J. G. Araújo e Bento Brasil), ver Koch-Grünberg (2006, p. 30).

A presença de bois e porcos perambulando pelas ruas do vilarejo revela o caráter rural da comunidade, assim como sua estreita ligação com a atividade econômica principal: a pecuária extensiva praticada nas fazendas e campos vizinhos.

As poucas horas passadas na vila foram o suficiente para o viajante alemão presenciar um baile na casa de Terêncio Lima, considerado um dos moradores mais influentes de Boa Vista e conhecer um pouco da cultura local.

O baile é bastante monótono, como todos desse tipo. Nada original. Danças européias: valsa, mazurca, quadrilha, como em nosso país (Alemanha). Algumas moças são bem bonitas, de todos os matizes; algumas delas estão usando vestido sem cintura que lhes caem bem, outras estão meio fora de moda, todas em tons claros e leves; os homens vestem ternos escuros de confecções de Manaus. Orquestra: violão, flauta, gramofone. Bebidas: cerveja em garrafa [...]. O salão de baile é uma espécie da varanda, e os empregados índios ficam olhando por sobre a mureta de adobe. Dança arrastada. Muita poeira [...] (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 39-40).

Na Fazenda São Marcos, administrada pelo baiano Neves, Koch-Grünberg (2006, p. 41-2) não deixou de observar a hospitalidade dos anfitriões, que segundo ele “é um traço característico dos habitantes do Rio Branco”. Essa mesma hospitalidade foi percebida também por Pereira (1917) e por Rice (1978). O dia-a-dia na localidade é marcado pelo trabalho rotineiro dos vaqueiros indígenas. Para começar o dia, leite espumante e “fresquinho da vaca”, boa comida e farta. O viajante destaca ainda a fartura de frutas e animais domésticos (porcos, galinhas) além da forte presença dos índios das redondezas.

Pereira (1917), quando de sua visita a Boa Vista, fez uma descrição da vila, em alguns aspectos, muito parecida com a de seus contemporâneos e que confirma uma característica desta possuir ruas largas:

Boa Vista, de longe, parece ser muito maior do que realmente é. Situada à margem direita do Rio Branco, em uma posição dominante, apresentando casas bem construídas de pedra e cal, cobertas de telhas e geralmente pintadas a cores, impressionando o viajante de modo bem favorável [...]. As ruas da vila são largas como boulevards e não obstante a falta de calçamento, são limpas e secas, mesmo na estação invernososa (PEREIRA, 1917, p. 18).

A população, residindo em 49 casas e barracos – estimada em 500 almas –, conservava “a tradicional hospitalidade brasileira, religiosamente cultivada no Rio Branco e tida como um dever. O hóspede é a pessoa sagrada para a qual está sempre reservado o melhor quarto da casa e o lugar de honra na mesa”. Tinha uma única

farmácia e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo estava em ruínas¹¹. Não contava com água encanada, iluminação pública e, nem mesmo um serviço municipal organizado, apesar do município dispor de um orçamento anual decorrente dos onerosos impostos pagos pelos fazendeiros (PEREIRA, 1917, p. 18-21).

Uma descrição de Boa Vista muito parecida com esta, pode ser encontrada em Veras (2009, p. 69) apresentando alguns pontos positivos a respeito da vila na década 1920, quando esta:

[...] já apresentava casas bem construídas, com misturas de pedra e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causavam boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nove residências, entre casas e barracos, que eram dispostas separadas umas das outras, por certa distancia, dando uma impressão de espaço ocupado bem maior do que o real. A Vila já se destacava pela largura das suas ruas, semelhantes a avenidas das grandes cidades. E, apesar de não possuir calçamento, as ruas eram mantidas limpas e bem conservadas.

Assis et al. (1987) apresenta uma descrição de Boa Vista, feita por Joaquim Gondim quando de sua visita à vila em 1922, que depois foi publicada no Boletim n.º 6 da Diocese de Roraima. De acordo com esta descrição:

Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte e uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta com catorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento “canto da fortuna” do Senhor João Secundino Lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se no preparo de seus produtos, de maquinismos especiais. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento d’água, achava-se provido de instalações elétricas (ASSIS et al., 1987, p. 48).

Entre os religiosos que viajaram pelo Rio Branco na década de 1920, o beneditino Eggerath (1924) deixou uma descrição pormenorizada da Vila de Boa Vista. A população por ele estimada (1.300 habitantes) se aproxima da estimativa feita por Rice (1978) – 1.200 pessoas –, para meados dessa mesma década. Segundo ele:

O aspecto das casas, construídas em parte de pedra e cal, cobertas de telhas dispostas ao longo de ruas largas, é difícil de descrever, muito embora esteja a sede deste enorme município representado apenas por 200 edificações, entre casas e barracas, distantes umas das outras, o que explica a razão das muitas ruas e o fato de parecer Boa Vista, de longe,

11 Segundo informação do Jornal do Rio Branco (dezembro de 1916, p. 02), a frente e parte do telhado da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo haviam desabado em função da infiltração das águas das chuvas, ajudada pela ação das formigas saúvas.

muito maior do que realmente é. A sua população que se pode estimar em 1300 habitantes, compõe-se na sua maioria de famílias de fazendeiros do Rio Branco. Perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N. S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo consertada condignamente. O edifício da municipalidade fica logo em frente ao porto; é de feição simples, mas sólido. As demais edificações são em sua maioria casas de famílias, afora alguns negócios e barracas (EGGERATH, 1924, p. 12).

Na sua descrição de Boa Vista¹², Rice (1978, p. 25) esclarece que a vila, em 1924, era o único agrupamento nas margens do Rio Branco que tinha a honra de ser chamado de vila. Segundo este mesmo autor, o tecido urbano da povoação era formado por três ruas paralelas ao rio Branco e três perpendiculares, por onde se distribuíam as residências e o comércio. Em seu território havia 164 casas, algumas construídas com tijolo (como a igreja, a intendência, casas e armazém), sendo a maioria feita de reboco e pau-a-pique. Abrigava uma população estimada em 1.200 pessoas, entre portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos da Guiana.

Rice (1978, p. 25) notou a presença marcante de soldados, que faziam parte do “Contingente Especial” de Manaus, mas que terminavam se casando e virando colonos no Rio Branco. Percebeu também a influência que as freiras e os monges beneditinos exerciam nas relações sociais e familiares da população de Boa Vista. Para ele, essa população (brancos e mamelucos) possuía um elevado grau de moralidade, percebido em seus trajes, suas maneiras e sua amabilidade. Todavia, não deixou de observar a negligência da agricultura, e seu aspecto insalubre, em razão do regime alimentar, geralmente carente de frutas e legumes.

Para o final da década de 1920, Said Salomão, influente comerciante local, que chegara a Boa Vista no ano de 1929, tece algumas informações importantes a respeito da cidade¹³ naquele período. Começa contestando as estimativas populacionais estabelecidas por Rice (1978) e Eggerath (1924), acreditando que a população era estimada em 850 habitantes. De acordo com Veras (2009, p. 72), Said Salomão informou a respeito de Boa Vista que:

[...] as construções estavam situadas em sua maioria nas margens do Rio Branco, dada sua importância como via de navegabilidade na época. A infra-estrutura em termos de serviços básicos era inexistente; não havia água encanada e nem energia elétrica. Todavia, havia um hospital de Nossa Senhora de Fátima sob a administração das Madres Beneditinas, que,

12 Durante a expedição ao Rio Branco, com apoio de um hidroavião, Hamilton Rice realizou algumas fotografias aéreas de Boa Vista mostrando seu traçado ortogonal, restrito a um reduzido número de ruas cruzando-se em ângulos retos (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

13 No dia 27 de agosto de 1926, o Governador do Amazonas, Ephifânio Ferreira Sales, concedeu foro de cidade à vila de Boa Vista, em cumprimento à Lei estadual nº. 1262” (VERAS, 2009. p. 58).

apesar de não ter um médico permanente, possuía três enfermeiras e um dentista, era tudo que existia no setor de saúde. Em Boa Vista devem existir apenas 15 casas de comércio.

Com efeito, as descrições de Boa Vista nesse período, sob alguns pontos de vista, revelam-se bastante contraditórias. Por um lado os autores concordam em relação à acanhada estrutura física do vilarejo, com a inexistência de serviços básicos como água encanada, iluminação, calçamento. Por outro, verifica-se uma completa discordância quando se trata dos números da população. Na década de 1920, quando prevalece a maioria dessas estimativas, as cifras oscilam entre 620, 850, 1.200 e 1.300 habitantes.

Um ponto onde todos estão de acordo é em relação às ruas largas, impressionando os visitantes. Esta, aliás, é uma das características que a atual capital de Roraima conserva daquela vila rústica e acanhada das últimas décadas do século XIX e das primeiras do XX. São bastante divergentes as referências quanta a conservação dos prédios e limpeza das ruas. Koch-Grünberg (2006) as encontrou cheias de mato crescido e com animais (bois e porcos) descansando em pleno leito. Pereira (1917) as encontrou limpas e secas.

Durante os anos 1920, Boa Vista foi bastante retratada, deixando transparecer um certo ar de decadência à medida em que se aproximava o final desta década. Entre os dados informados por Eggerath (1924) e Said Salomão (1929), a vila teve sua população diminuída em 450 habitantes. Ora, algumas fontes utilizadas neste trabalho demonstram o inverso. A crise da borracha, ao que parece, propiciou um pequeno fluxo de nordestinos para o Rio Branco, atraídos pelos garimpos de ouro e diamantes e também pela pecuária.

Esse decréscimo não justificaria nem mesmo a atração exercida pelas áreas de garimpos sobre a população da sede municipal, posto que esta só ocorreu de fato, no final dos anos 1930. Por outro lado, comprova que as estimativas dos autores citados, não levavam em consideração os números fornecidos pelo censo do Estado do Amazonas realizado em 1920, quando então foram contadas 7.424 pessoas vivendo no Município de Boa Vista, sendo 1.200 na vila sede. Portanto, não há razão que possa justificar essa perda populacional.

Considerações finais

A inserção de migrantes nordestinos na sociedade formada por fazendeiros, indígenas, comerciantes e religiosos estabelecida no alto Rio Branco se deu por meio da reprodução de alguns aspectos característicos da Região Nordeste – especialmente do sertão –, como o trabalho ligado à atividade pecuária, a cultura do couro, o

sistema de pagamento dos vaqueiros, as relações trabalhistas nas fazendas e a religiosidade. Estes fatores em conjunto, conforme estabelece a teoria das migrações, evidenciam que nesse processo migratório os migrantes buscaram reproduzir características do seu lugar de origem.

A utilização do couro na fabricação de utensílios domésticos (cadeiras, redes) ou de artefatos de uso diário dos vaqueiros (cordas, gibão, perneiras), observada por Rice (1978) nas fazendas do alto Rio Branco, fato mencionado por Queiroz (1997) ao referir-se ao sertão nordestino, comprova uma estreita ligação entre essas duas regiões. Esta relação também pode ser percebida quanto aos aspectos religiosos, principalmente aqueles ligados aos santos de devoção e às festas religiosas, como a Festa de São Sebastião.

Os moradores de Boa Vista nesse período, considerados como apáticos, preguiçosos, entre outros termos depreciativos, na verdade, faziam parte de uma população esquecida, como a grande maioria da população do interior do país e mesmo das periferias das grandes cidades durante a Primeira República. Tal fator, no entanto, não representou um entrave para que houvesse momentos de sociabilidade, de troca cultural, de vidas transformadas pela migração, de devoção, de conflito, de convívio amigável na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que ditava os valores a serem seguidos.

Além do mais, a pequena povoação também era vista como uma terra na qual a hospitalidade de seus moradores era um dos traços característicos. Fato observado por alguns viajantes estrangeiros. Estes perceberam também a influência positiva que as freiras e os monges beneditinos exerciam nas relações sociais e familiares da população. Todavia, não deixaram de pontuar alguns aspectos negativos, como a carestia dos gêneros de primeira necessidade, a negligência da agricultura e a carência de frutas e legumes na alimentação.

Atualmente, a presença marcante de nordestinos vivendo na capital Boa Vista, com seus sotaques inconfundíveis disseminados pelas lojas, bancos, feiras, mercados e repartições públicas; fachadas lembrando o Nordeste em restaurantes, lojas, farmácias, representam fortes indícios dessa influência disseminada pela cidade. Desse modo, os fatores ressaltados aqui comprovam a historicidade da corrente migratória estabelecida entre a Região Nordeste e a Amazônia, especialmente para o vale do Rio Branco, cujas origens remontam ao período colonial.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Antônio Alves de; et al. *Série Monográfica – 1 – Município de Boa Vista. Território Federal de Roraima/Secretaria de Educação e Cultura*. Boa Vista. 1987.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio & FERREIRA, Efreim Jorge Gondim. *Historiografia das Expedições Científicas e Exploratórias no Vale do Rio Branco*. In: *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.
- BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Roraima: Paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995.
- BRASIL, Amazonas. *Berço Histórico de Boa Vista*, il, 1996.
- DA SILVA, Raimunda Gomes. *Reinventando um novo viver: mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). 2003. UFRJ/IFCS/PPGHIS, Rio de Janeiro.
- EGGERATH, Pedro. *O vale e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. *Estado de Sítio: territórios e identidades no Vale do Rio Branco*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. (p.267 a 278).
- FREITAS, Aimerê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista, 2000.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orenoco: observação de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MAGALHÃES, Dorval. *Roraima – Informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- OURIQUE, Jacques. *O Vale do Rio Branco: Estado do Amazonas – Edição Especial*, 1906.
- PEREIRA, Luciano. *O Rio Branco: Observações de Viagem*. Manaus: Imprensa Pública, 1917.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997. (História Popular; 11).
- RICE, Alexander Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“GARIMPANDO” A SOCIEDADE RORAIMENSE: Uma análise da Conjuntura sócio-política*. Dissertação (Mestrado). 1996. Universidade Federal do Pará. Belém.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 2004. Universidade Federal do Pará, Belém-PA.
- VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP, 2009. (Tese de doutorado).
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 – 1980*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Jornais

Jornal do Rio Branco. Boa Vista: Edições de 1916.

Jornal do Rio Branco. Boa Vista: Edições de 1917.

ARTIGO

GÊNERO E AGÊNCIA FEMININA MAKUXI

Resumo

A partir de uma observação feita pelo naturalista alemão Robert Schomburgk sobre as mulheres indígenas, esse artigo discute alguns aspectos relativos ao gênero e a agência feminina, considerando experiências recentes entre as mulheres Makuxi de Roraima; pretende-se mostrar que as mulheres são agentes ativos, particularmente no âmbito da comunidade e nos movimentos sociopolíticos, além de sugerir que a situação histórica a qual se instalou no Brasil nas últimas décadas não apenas ampliou os espaços para a ação feminina, como também inovou aqueles já ocupados por elas.

Palavras-chave

Gênero; agência; Makuxi.

Abstract

From an observation by Germany naturalist Robert Schomburgk in 1838 on the indigenous women, this article discuss the some aspects of gender and agency among the Makuxi women in Roraima, mainly in the context of their communities and in the sociopolitical activism. The article also suggests that the historic situation that have raised in Brazil, in the last decades, not only have browed the spaces of female action as well as have innovated those already occupied by them.

Keywords

Gender; agency; Makuxi.

*Professora Adjunta do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: olendinacavalcante@gmail.com. Uma primeira versão desse texto foi apresentada no IX Congresso Argentino de Antropologia Social, em 2008.

[...] The females rise early and attend to their domestic concerns; after having prepared the breakfast for their husband, they go to their provision fields to put them in order for the ensuing season, to weed or to carry the ripe provisions to their homes in order to prepare the Cassada root into their substitute for our bread. Much has been complained by travelers that the Indian women were the mere drudges of their husbands. If attending to their domestic work, renders them drudges, they are it; but I put the question, is it different with the lower classes in Europe? [...] With regard to Germany I say she has not [...] (Schomburgk, [1838] 2006).

Nessas observações, feitas durante a permanência em uma aldeia Makuxi¹, no vale do Rupununi, o naturalista alemão Robert Schomburgk faz uma instigante ressalva para o seu tempo. Ele critica a posição de viajantes europeus que percebem as mulheres indígenas como escravas dos maridos, em razão das tarefas diárias que assumem para garantir o sustento da família. Se assim fosse, nota Schomburgk, o mesmo se poderia asseverar acerca das mulheres europeias, em particular daquelas das classes baixas, cuja posição como esposa e trabalhadora não as diferenciava muito das indígenas. Parece que o naturalista chama nossa atenção para um olhar mais atento sobre as relações de gênero entre os povos indígenas da América do Sul.

Em que pese essas observações, a abordagem acerca do gênero na Amazônia tomou outro caminho; ao longo da região difundiu-se uma visão sobre as relações de gênero em que a mulher era vista em uma posição de dominação e subordinação em relação aos homens. Em outras palavras, tais estudos não conseguiam vislumbrar uma agência feminina. Considerando experiências recentes entre as mulheres Makuxi de Roraima, tentaremos mostrar que as mulheres indígenas são agentes ativos, em particular no âmbito da comunidade e nos movimentos sociopolíticos. Sugeriremos ainda que a nova situação histórica que se instalou no Brasil, nas últimas três décadas, não só ampliou os espaços para a ação feminina, como inovou aqueles já ocupados por elas.

As pesquisas na Amazônia: breve panorama

Ao fazer um balanço da produção antropológica na Amazônia nas últimas décadas, E. Viveiros de Castro aponta os recentes avanços relativos às pesquisas nas áreas da ecologia humana, arqueologia, história e antropologia social. Nesta última, identifica pelo menos três “estilos analíticos” nas pesquisas em andamento na região que resumidamente são: 1) economia política do controle, com ênfase no controle

1 Os Makuxi são um povo de filiação lingüística Caribe, habitantes da região de campos e serras de Roraima, cuja população é estimada em 29.931 pessoas (FUNASA, 2010). Em território guianense sua população é estimada em 9.500 (ISA, 2001, online).

de certas categorias de pessoas sobre outras, notadamente do sogro sobre o genro; tais pesquisas têm contribuído para a compreensão dos processos políticos nativos; 2) economia moral da intimidade, cujo foco é a filosofia social e as práticas de sociabilidades cotidianas nas sociedades indígenas; esse estilo teve grande repercussão na temática do gênero ao enfatizar a complementaridade entre homens e mulheres; 3) economia simbólica da alteridade: de inspiração estruturalista, concentra-se nos processos de trocas simbólicas – guerra e canibalismo, caça, xamanismo, ritos funerários – que perpassam as fronteiras sociopolíticas, cosmológicas e ontológicas, desempenhando um papel “constitutivo na definição das identidades coletivas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.337).

Esse quadro indica uma maturidade da produção etnográfica sobre a região que a coloca em posição comparativa a outras regiões com maior produção e, consequentemente, com maior impacto na teoria antropológica. Um bom exemplo disso é a publicação de um volume dedicado a comparar o gênero na Amazônia e na Melanésia. De acordo com os organizadores da coletânea, o gênero é o aspecto que apresenta maior semelhança entre as duas regiões, além de ser um poderoso tópico de integração que reflete o interesse de muitos pesquisadores que trabalham na Amazônia e na Melanésia (GREGOR E TUZIN, 2001), daí a escolha do mesmo como foco da comparação. Contudo, nem sempre foi assim, como nos mostram alguns comentadores dos primeiros trabalhos sobre a temática, na Amazônia.

Até meados da década de 1980, a maioria das pesquisas sobre o gênero enfatizava as relações de gênero partindo do pressuposto que essas eram institucionalizadas na relação homem-mulher; alguns dos trabalhos mais influentes desse período com o de Yolanda e Robert Murphy (1974), sobre os Mundurucú, o de J. Siskind (1973) sobre Shahanahua, e o de T. Gregor (1985), concernente aos Mehinakú foram os principais representantes dessa abordagem, tendo os ritos como locus privilegiado das discussões de gênero. No contexto de alguns ritos indígenas, homens e mulheres formavam grupos que rivalizavam entre si, sendo comum a mulher desafiar o homem com palavras e gestos, provocando-o tanto para as atividades produtivas, como para as práticas sexuais. Tais comportamentos foram interpretados como expressões de hostilidade ou de “guerra entre os sexos”, já que no cotidiano, a situação das mulheres era bem diferente. No cotidiano, as relações de gênero eram hierarquizadas e as mulheres assumiam posições de subordinação em relação aos homens, ficando relegadas às tarefas de procriação e a uma discreta participação na produção, em acordo com a divisão sexual do trabalho. Esses autores também buscaram uma justificativa para a “dominação masculina” nas ideologias presentes nos mitos indígenas

(LASMAR, 1999, 2005; McCALLUM, 2001). Como mostrou V. Lea (1999, p. 178), as pesquisas, desse período, sofreram forte influência das idéias feministas, que ao longo da década de 1970 tentou “estabelecer a universalidade da dominação masculina através da associação das mulheres à esfera doméstica e a natureza, versus a associação dos homens à esfera pública e à cultura”.

Cecília McCallum (2001) faz ainda outras críticas a esses trabalhos. Sobre os trabalhos dos Murphy e de Siskind, ela argumenta que a ênfase é colocada na separação entre os dois sexos, concebidos como grupos duradouros tanto durante os rituais, quanto no cotidiano. A atribuição de pertença é assumida como natural, em vez de ser problematizada; além de explorar a dimensão psicológica, sugerindo que o homem necessita se opor ou dominar a mulher e experimentar a sensação de solidariedade masculina. Para os Murphy, continua a autora, o ritual Mundurukú seria uma forma de o homem fantasiar o poder sobre as mulheres; já para Siskind, os rituais denominados de “caça especial” dos Sharanahua aparecem como uma expressão aberta de hostilidade entre os sexos, que estende seus antagonismos a certos limites e cria uma sensação benéfica de unidade masculina de grupo. A análise de Gregor segue a mesma orientação ao enfatizar a dimensão psicológica dos ritos; ainda, ao fazer uma interpretação neo-freudiana dos mitos, Gregor defende uma noção de homem universal, um conceito nascido na tradição sociológica ocidental cuja aplicação à situação indígena é problemático.

Com a publicação de alguns trabalhos, nesse mesmo período, tais visões começariam a mudar. No final da década de 1970, A. Seeger, R. da Matta e E. Viveiros de Castro publicaram um artigo que iria mudar os rumos da pesquisa etnológica feita nas terras baixas da América do Sul ou Amazônia. Embora reconhecessem a contribuição dos estudos de ecologia cultural, predominante naquele contexto, para a compreensão da organização social da região, sublinharam que tais estudos “não foram capazes de gerar conceitos antropológicos para a descrição e a comparação dos fenômenos de organização social”. Sugeriram, então, que as sociedades indígenas da Amazônia fossem equacionadas pela noção de pessoa, uma vez que “a noção de pessoa e uma consideração do lugar do corpo humano na visão que as sociedades indígenas fazem de si mesmas são caminhos básicos para uma compreensão adequada da organização social e cosmologia dessas sociedades” (SEEGER, DA MATTA, VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p.3).

A preocupação em torno da noção de pessoa e de corporalidade teve desdobramentos na obra de Viveiros de Castro e recebeu formulações mais amplas e complexas, traduzindo-se no que tem sido chamado de perspectivismo ameríndio.

Em breves palavras, essa teoria reivindica um pensamento ameríndio próprio em que “o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.115). Nessa abordagem, o corpo ou mais especificamente a corporalidade recebe um fundamento cosmológico, possibilitando entender melhor porque as categorias de identidade sejam elas individuais, coletivas, étnicas ou cosmológicas, “exprimem-se tão frequentemente por meio de idiomas corporais, em particular pela alimentação e pela decoração corporal... essa universalidade manifesta justamente a idéia de que o conjunto de hábitos e processos que constituem os corpos é o lugar de emergência da identidade e da diferença” (idem, p.130).

O movimento de construção dessa visão alternativa acerca do gênero se beneficiou largamente das contribuições de M. Strathern, que já na década de 1980, começaria a publicar trabalhos que tiveram grande repercussão nas discussões de gênero. Em *The Gender of the Gift* (1988) ela critica o que chama de prática comum entre os antropólogos ocidentais de pressupor que o gênero é produzido antes das outras relações sociais e assume que essa postura não pode ser imposta às sociedades da Melanésia. Na introdução e na conclusão de *Dealing with Inequality* (1987), ela discute o problema da desigualdade (*inequality*), demonstrando sua construção através da diferença sexual. Elaborado no contexto da sociedade ocidental, o conceito de desigualdade tem raízes política e legal, devendo passar por uma crítica antes de ser aplicado às sociedades indígenas, que são conhecidas como sociedades igualitárias. Assim, é necessário, antes, examinar as noções nativas de agência (*agency*) e precisar em que sentido a desigualdade é percebida, para não reduzi-la às relações de dominação e subordinação. Em relação à noção de agência, Strathern (1987, p.23) escreve:

It refers to the manner in which people allocate causality to one another and thus sources of influence and directions of power. To ask about the exercise of agency is also to ask about how people make known to themselves that ability to ask. Instead of asking how we know whether women are oppressed by men, rather there is a question as to how *they* know: that is, how do they know how men and women affect one another? We would not dealing in the first place then with individual motivation, but rather with the more general issue of how social effects are registered.

A noção de agência, com efeito, recoloca as perguntas sobre a desigualdade e a dominação, revelando-se um importante instrumento para se pensar a pessoa e sua autonomia. A partir desse direcionamento, as abordagens de gênero procuraram apreender a concepção do nativo acerca do gênero em vez de pressupor valores e significados associados a ele (McCALLUM, 1999), pois o gênero, tal como a pessoa, é construído e não dado.

Os trabalhos de P. Gow relativos aos Piro da Amazônia peruana, também oferecem pistas interessantes para a compreensão do gênero. Em *Of Mixed Blood* (1991), ele analisa o parentesco e a economia Piro através de um modelo processual baseado nas construções coletivas dos mesmos, relacionando o ciclo socioeconômico com a produção e a distribuição, e o consumo com a reprodução. Gow desloca o problema do gênero da esfera das trocas (matrimoniais), onde costumeiramente encontrava-se alocado, para a esfera das relações sociais. Em vez de perguntar se o homem controla e domina a mulher, ele pergunta se a troca e o controle entram na constituição da identidade de gênero. A resposta a essa indagação é sim, mas isso não torna as mulheres objetos de troca entre os homens; ao contrário, trata-se de trocas entre homens e mulheres como maridos e mulheres, cuja relação de demanda constitui a identidade de gênero, em que o “controle não opera na constituição do gênero porque a diferença nas comunidades nativas do baixo Urubamba não se encontra baseada na hierarquia, autoridade ou poder. Gênero é apoiado na habilidade dos adultos em satisfazer os desejos específicos de gênero dos esposos/as e o que eles/elas fazem como pessoas autônomas” (GOW, 1991 p.120, minha tradução).

Essa abordagem encontra paralelo entre os Kaxinawá do estado do Acre, tal como analisada por C. McCallum, concernente à pessoa e ao gênero. O processo de construção da pessoa começa após os sete anos de idade, já que até essa idade, as crianças são consideradas sexuadas, mas não generizadas (*gendered*). A partir dos sete anos, tem início o processo de preparação para a vida adulta, quando terão desenvolvido plenamente as suas capacidades produtivas e reprodutivas. Sem a capacidade produtiva, as crianças não podem fazer com que os outros consumam, um aspecto fundamental na construção do parentesco Kaxinawá. Até que as capacidades produtivas e reprodutivas sejam formadas, as crianças não podem ser consideradas pessoas propriamente ditas. “Logo, a construção do corpo e a construção das pessoas adultas constituem o fundamento da organização social Kaxinawá. Construir o corpo envolve inscrever diferenças em forma de gênero” (McCALLUM, 1999 p.160). Sobre o problema conceitual do gênero essa autora propõe que:

Gender may be understood as an epistemological condition for social action, one that accumulates in the flesh and bones of proper beings as either male or female agency... gender constitutes sociality itself when human agency is exercised within an independent set of social relations. These relationships are organized in gendered configurations. They generate sociality through a series of productive transformations in the economic cycle linking predation, work, appropriation, distribution, exchange, circulation and consumption.

Considerando essas observações, passamos a ponderar o gênero e a agência feminina Makuxi, pensados a partir da inserção das mulheres nos movimentos socio-políticos contemporâneos, nas atividades relativas aos chamados projetos de desenvolvimento econômico e nas atividades comunitárias remuneradas. Antes, porém, faremos uma breve visita ao passado.

Os Makuxi: um pouco de história

As primeiras informações mais seguras sobre os Makuxi datam da segunda metade do século XVIII, quando os portugueses se estabeleceram na região do Rio Branco, atual estado de Roraima. No contexto da política colonial, para a Amazônia, os portugueses construíram um forte na região entre os anos de 1775-76 e, ao mesmo tempo, iniciaram a política de aldeamento dos povos indígenas. No entanto, os aldeamentos não tiveram vida longa devido às constantes rebeliões e fugas protagonizadas pelos índios, levando o governo português a encerrá-los no ano de 1790. Inúmeros fatores são apontados para o fracasso desse empreendimento, tais como a imposição de uma rotina de trabalho estranha aos índios, doenças, mortes e proibição de práticas tradicionais como a poligamia, entre outros (FARAGE, 1991; SANTILLI, 1994). A poligamia, entre esses aspectos, é o que mais afeta o gênero. Ao longo de suas viagens ao interior da Guiana, Robert Schomburgk, repetidas vezes, mencionou tal prática entre os índios, levando-se a crer que esse dado deve ter pesado na conjuntura dos aldeamentos. Após o fracasso nos aldeamentos, os portugueses não tentariam outras políticas para a região, a exceção da introdução do gado.

Desde as primeiras incursões portuguesas ao Rio Branco, seus extensos campos impressionaram os colonizadores que alentaram o sonho de introduzir o gado como uma forma eficaz de colonização; ainda no final do século XVIII, as primeiras cabeças de gado chegariam à região, com a instalação das fazendas da Coroa. Inicialmente como atividade governamental, a pecuária se tornaria atividade privada durante o século XIX e início do XX, estimulando a fixação de colonos civis. O aumento dos criatórios de gado ou fazendas incidiu sobre os territórios indígenas que passaram a ser sistematicamente ocupados pela pecuária, praticada de forma extensiva, isto é, sem limites de pastos (FARAGE e SANTILLI, 1992). Em relação ao território Makuxi, tais fazendas se expandiram, inicialmente, em direção ao vale do rio Tacutu e posteriormente para outras áreas (SANTILLI, 1994).

A ocupação sistemática dos territórios Makuxi se estendeu até os anos 70 do século passado, quando uma nova situação histórica se estabeleceu para os índios no Brasil. Trata-se do início da articulação das chamadas organizações indígenas, cuja

agenda principal era a demarcação dos territórios indígenas. Em Roraima, embora em áreas descontínuas, os processos demarcatórios tiveram início na década de 1970. Ao longo das décadas seguintes, 1980 e 1990, a agenda indígena ganhou força com a conquista de direitos constitucionais e as articulações com organizações não governamentais, nacionais e internacionais; além de fóruns importantes como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) que receberam líderes indígenas que denunciavam o governo brasileiro pelo não cumprimento dos acordos internacionais, assim como, a própria Constituição brasileira. A Constituição de 1988 estabeleceu um prazo para a demarcação dos territórios indígenas em todo o país; o seu não cumprimento resultou em inúmeras mobilizações dentro e fora do Brasil.

Com seus territórios demarcados, nos dias que correm, os Makuxi enfrentam o desafio de consolidar as demarcações, principalmente, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol cujo processo se completou recentemente. A preocupação em manter os seus territórios – cujo principal objetivo é fazer com que a população indígena viva, produza e se reproduza neles –, tem resultado na elaboração de projetos de autossustentação em parceria com governos e ONGs.

As mulheres Makuxi estiveram presentes nos movimentos sociopolíticos acima mencionados, inicialmente de maneira tímida e de forma mais ativa depois. Em 1993, elas protagonizaram uma revolta ao enfrentar a polícia que tentava desbloquear uma estrada que dava acesso a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O bloqueio pretendia impedir o acesso de garimpeiros à região das serras, norte da terra indígena, e com estes, a entrada de bebidas alcoólicas. Em 1999, elas articularam a primeira assembléia das mulheres indígenas de Roraima, que resultou na criação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). A criação de uma organização própria se justificava, em primeiro lugar, pela “necessidade de organização e representatividade da mulher indígena, que sempre teve participação decisiva na luta dos povos indígenas, mas não era reconhecida pelos tuxauas”.² (CIR/Notícias, 2005). As mulheres reivindicavam ainda uma participação mais ativa nos processos de tomada de decisão no contexto regional, já que até então, elas participavam das grandes reuniões dos líderes indígenas apenas como cozinheiras ou babás, sem direito a voz e voto. Uma das líderes do movimento, Lindalva Peixoto afirmou que “a mulher tinha que falar ao homem e ele falava para toda a assembléia” (CIR/Notícias, 2005).

2 Tuxaua é o chefe nas aldeias indígenas da região se campos e serras de Roraima.

Falar sem intermediários era uma reivindicação das mulheres, que em anos anteriores já vinham reivindicando um espaço de atuação política no Conselho Indígena de Roraima (CIR), a maior organização indígena do estado de Roraima. As primeiras líderes da organização das mulheres, como Lindalva, tinham uma estreita relação com as missionárias da Missão Consolata e seus discursos em muito lembravam os discursos das “oprimidas”, que não se encaixavam com o perfil das mulheres Makuxi e conviviam nas aldeias. Enfim, com o passar dos anos, esse discurso foi cedendo lugar a outro, muito em razão de novas articulações políticas, como o grupo de mulheres feministas de Boa Vista, capital do estado. Nos dias que correm, as mulheres indígenas falam em “discutir relações de gênero”, na implementação da lei Maria da Penha nas aldeias, entre outros projetos; a mudança no discurso indica, a meu ver, uma nova fase na organização, cuja avaliação foge ao escopo desse trabalho.

Ainda no âmbito dos movimentos sociopolíticos, as áreas de educação têm concentrado grande participação das mulheres. A Organização dos Professores Indígenas (OPIR) elegeu a professora Pierlandia como coordenadora, para o biênio 2005-2006. No período de 2000-2009, a professora Natalina ocupou o cargo de coordenadora da Divisão de Educação Indígena (DEI), departamento ligado à Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima, cuja função é gerir as escolas indígenas mantidas pelo governo do estado. A indicação de seu nome aconteceu nas assembléias de líderes indígenas, realizadas anualmente. As mulheres têm ainda participado de processos eleitorais, candidatando-se a cargos públicos como de vereadora e vice-prefeita. Nos últimos anos, uma delas ocupou o cargo de vice-prefeita no município de Pacaraima.

Porém, o caso mais notável de agência feminina em Roraima não pertence a uma Makuxi, mas a uma Wapixana, Joênia de Carvalho, que merece algumas considerações. Ela se tornou a primeira advogada indígena do Brasil e, atualmente, trabalha como assessora jurídica do CIR. Em 2003, ela ganhou o prêmio Reebok de Direitos Humanos, e nesse mesmo ano fez um pronunciamento na OEA denunciando o Estado brasileiro por desrespeito aos direitos indígenas. Foi membro do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e do Conselho Nacional de Biodiversidade. No ano de 2005 foi indicada, entre outras mulheres brasileiras, para compor a lista do projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”, projeto que se propõe a dar visibilidade política às mulheres que trabalham pela paz (CIR/Notícia, 2005). Em agosto de 2008, ao fazer uma defesa oral no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em favor da manutenção da homologação da Terra Indígena Rapo-

sa Serra do Sol, Joênia também se tornou a primeira indígena a fazer uma defesa na mais alta Corte do país.

Entre os povos indígenas da Amazônia, além das atividades mais tradicionais, como aquelas voltadas para o cuidado com a casa, crianças e as atividades nas roças, ressaltadas por R. Schomburgk em 1838, as mulheres passaram a ocupar novas (e remuneradas) atividades que se estabeleceram nas suas comunidades, tais como educação escolar, ocupando as funções de professora, cozinheira e faxineira; na área de saúde, atuam como agentes de saúde e parteiras; nos movimentos sociopolíticos, como liderança local, regional e nacional. As novas funções ou atividades exercidas pelas mulheres, em grande medida, encontram-se articuladas às políticas públicas conquistadas pelos indígenas ao longo das últimas décadas.

Ao ocupar esses novos espaços de trabalho e ação política, as mulheres vêm transformando as suas relações com os homens, especialmente os maridos, e as mulheres mais velhas que não tiveram acesso à educação escolar. Não estou, no entanto, sugerindo que esse empoderamento surgiu com o contato, mas que a intervenção das políticas públicas, seja de origem governamental ou não governamental, tem impactado as relações de poder entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres; veja-se o caso da educação e da saúde, onde as mulheres são um contingente significativo, atuando como professoras e agentes de saúde. Tais dados indicam também que as mulheres têm aproveitado bem as oportunidades que se colocam para os indígenas de modo geral. E, como consequência de um trabalho assalariado, atividades que geram renda, e participação nos movimentos sociopolíticos, elas passaram a se sentir mais seguras para tomar decisões que afetam a sua própria vida e a de suas famílias, como aconteceu com algumas mulheres da aldeia Makuxi Raposa cujas vidas ganharam novos sentidos ao transformar as tradicionais panelas de barro em produto de consumo para venda na cidade, como mostraremos a seguir.

A aldeia Raposa³

Localizada no baixo rio Tacutú, porção sul da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, essa aldeia conta com uma população de cerca de 700 pessoas, uma das maiores da região de campos e serras de Roraima. Possui uma estrutura não tradicional considerável, com construções que abrigam uma escola com capacidade para 300 estudantes, da pré-escola ao segundo grau profissionalizante em técnicas agrícolas; duas

³ Os dados relativos à aldeia Raposa foram extraídos do meu trabalho de mestrado (Cavalcante, 2002).

igrejas (uma católica e outra protestante), duas casas de apoio para a hospedagem de visitantes; um Posto de Saúde, um Posto da Secretaria Estadual de Agricultura, o clube de mães e uma cantina⁴. Dispõe de serviço de telefonia pública, energia elétrica e rede de água encanada que atende à parte central da aldeia. Semanalmente, uma empresa de ônibus passa pela aldeia, cobrindo praticamente toda a região sul da TI Raposa Serra do Sol, aumentando a capacidade de mobilização da população entre as aldeias e a cidade de Boa Vista. Os moradores também mantêm intensa relação com Normandia, pequeno núcleo urbano a menos de 100 km da aldeia. As viagens mais frequentes ocorrem, principalmente, nos finais dos meses, quando os funcionários públicos – professores, técnicos em enfermagem, pessoal que cuida da água, da casa de força e aposentados –, deslocam-se aos núcleos urbanos para receber seus vencimentos e benefícios, realizar compras mensais e acessar serviços diversos.

A atividade produtiva se apoia na horticultura de corte e queima, com o predomínio das roças de mandioca, milho, arroz, feijão e frutíferas variadas como laranja, manga, banana, coco, caju, maracujá, acerola entre outros. Os Makuxi são também criadores de gado, cujas origens são os projetos situados pelo CIR/Igreja Católica, FUNAI e do governo do estado⁵. Há ainda, a criação de animais de pequeno porte como porcos, ovelhas, patos e galinhas. A pesca é mais praticada no período da seca e a caça é raramente realizada devido à escassez da mesma nas imediações da aldeia. Todas essas atividades se destinam ao consumo da comunidade. As mulheres participam dessas atividades, destacando-se na horticultura e na criação de animais, além das já mencionadas atividades remuneradas.

Ao longo da segunda metade do século XX, aldeia foi alvo de alguns programas ou projetos governamentais os quais, de alguma forma, impactaram a economia aldeã; destaco alguns desses programas com a intenção de demonstrar a trajetória da comunidade frente às chamadas políticas públicas de desenvolvimento e sua relevância para o tema em foco, isto é, o gênero e a agência feminina. Tais políticas tinham por objetivo dinamizar a produção agrícola indígena e gerar renda para a aquisição de produtos industrializados, além de proporem o seu gerenciamento pela própria comunidade. A maioria desses programas foi financiada com verbas públicas federais, repassadas aos governos estaduais e municipais.

4 Cantina é um tipo de mercadinho presente nas aldeias indígenas, resultado de projetos desenvolvidos pela Igreja Católica nos anos 70 do século passado.

5 O primeiro projeto de gado entre os índios dos campos de Roraima foi iniciativa da Igreja Católica em parceria com o CIR, em fins da década de 1970, no contexto da luta pela demarcação dos territórios indígenas. Com o passar dos anos, a FUNAI e o governo do estado também passaram a fomentar a criação de gado entre os indígenas.

O primeiro “projeto” que se tem conhecimento na aldeia Raposa, na década de 1970, foi uma cooperativa agrícola voltada especialmente para a produção de cereais, como milho e arroz. Por ocasião da colheita, uma parte da produção foi distribuída entre os participantes e a outra se destinou à venda ao governo do Estado, que, por sua vez, as teria enviado às vítimas da seca na região Nordeste; os lucros auferidos com a venda também foram distribuídos entre os participantes da empresa.

Já na década de 1990, o projeto Tipiti, de “valorização da agricultura indígena” se destinou a dinamizar a produção agrícola, dessa vez, tendo como foco a produção de farinha de mandioca. Em uma área de mata ciliar, os índios plantaram roças coletivas, cujo objetivo era atender o mercado regional. O terceiro projeto, Plano de Execução Descentralizada (PED) se inseria em um programa maior de proteção às florestas tropicais brasileiras, financiado pelos sete países mais ricos do planeta, o PPG-7. Em uma grande área localizada nas margens de um lago, estabeleceu-se uma plantação de frutíferas – laranjeiras, coqueiros, melancieiras, mangueiras e outras, cujo objetivo primeiro era atender as necessidades da comunidade.

Embora tenham parcialmente alcançado seus objetivos, esses projetos enfrentaram dificuldades em função de se contrapor ao modelo de produção indígena, cuja unidade produtiva é a família nuclear. As roças indígenas fornecem os alimentos à família, especialmente a farinha de mandioca, alimento básico para a maioria dos povos indígenas na Amazônia, sua principal fonte de carboidratos. No caso da farinha, a que é produzida pelos índios é pouco competitiva no mercado regional que exige uma farinha mais fina, ou seja, com grãos bem pequenos. Quanto à gestão desses projetos, esbarrou no problema da falta de experiência dos indígenas em cuidar de roças ou plantações grandes, visto que suas roças são de responsabilidade da família nuclear.

As mulheres estiveram envolvidas em todos esses projetos com suas famílias, todavia, o programa que as atingiu mais de perto foi o “Projeto Fortalecimento do Artesanato Indígena”, implementado pelo governo do estado através da Secretaria do Bem Estar e Ação Social, SETRABES, em 1998, que assim se justificava:

Com o objetivo de realizar uma estratégia de intervenção na produção artesanal do Estado, estimulando os artesãos a partir de suas experiências e técnicas, a dinamizarem o setor produtivo, privilegiando os valores da identidade local a fim de ampliar as demandas atuais e futuras do mercado consumidor e conseqüente aumento da renda familiar (1998: 8).

Seus objetivos:

Organizar as comunidades indígenas constituindo-se uma opção para promover o autogerenciamento das ações do artesanato indígena; estimular a produção do artesanato

indígena como fator de geração/ocupação e aumento da renda destas comunidades, privilegiando e preservando os seus valores sócio-culturais; disponibilizar nas comunidades, instalações físicas adequadas para à produção e a comercialização de seus produtos, através da construção de centros destinados a esse fim; promover eventos como alternativa de divulgação e comercialização do artesanato indígena (1998: 9).

O projeto propunha, ainda, outras ações como a construção de “Centros de Produção”, que significava criar espaços destinados à produção do artesanato. No caso da aldeia Raposa, as mulheres já dispunham de um espaço destinado à sociabilidade das mulheres, o “Clube de Mães”⁶ o qual se converteu no lócus da produção das cerâmicas, chamada pelas mulheres de panelas. Nesse espaço, as mulheres já desenvolviam outras atividades tais como corte e costura, crochê, pintura em tecido, cuja produção era vendida ou trocada na própria comunidade. Os compradores eram geralmente os “funcionários” (professores, agentes de saúde) e os aposentados que também têm uma renda mensal. As mulheres costumavam se reunir no Clube geralmente às tardes, quando se encontravam livres de outras atividades como aquelas voltadas para a casa e a roça. Elas mencionaram que as panelas de barro caíram em desuso com a introdução da panela de alumínio que é mais fácil de manusear. Com a chegada do projeto de fortalecimento do artesanato, elas se sentiram encorajadas a reaprender a fazer as panelas de barro; uma mulher mais velha, que produzia as panelas, foi convocada para ensinar às outras as técnicas de fabricação das mesmas. É importante notar que essas mulheres, com idades acima de 30 anos, quando mais jovens, foram expostas às panelas, que eram feitas pelas suas avós ou mães. Elas estariam assim, retomando algo que tinham familiaridade, o que ficou claro ao falarem sobre “os segredos” das panelas - os saberes que envolvem o barro e as suas interdições. Ao tempo que realizavam essas atividades no Clube, as mulheres também, atualizavam as informações da aldeia. Apresento, a seguir, o processo de elaboração das panelas e os rituais a ele associado.

A cerâmica Makuxi

Antes da revitalização das panelas na aldeia, como aludimos, apenas algumas mulheres idosas produziam-nas, para uso próprio. Com a possibilidade de participação em feiras de artesanato na cidade de Boa Vista, capital do estado, as idosas foram mobilizadas para ensinar às mais jovens a “trabalhar no barro”. Foram essas mulheres que nos narraram as “histórias” relacionadas ao barro e ao processo de ela-

6 O Clube de Mães é um espaço destinado à sociabilidade da mulher e sua implantação nas comunidades indígenas foi uma iniciativa dos missionários católicos.

boração das panelas. Embora as mulheres não observassem todos os rituais que suas avós e mães praticavam, elas os conheciam; foram as suas avós ou tias, as “velhas”, que lhes repassaram tais histórias, enquanto as ensinavam a trabalhar com o mesmo.

O barro que dá origem às panelas se chama “vovó barro” e, é extraído das serras que circundam a aldeia, ao norte, portanto, não é qualquer barro. Para identificar a “vovó”, as mulheres extraem um pouco do mesmo e o amassam com as mãos para ver se tem a consistência necessária para ser manuseado. No passado, somente as mulheres idosas faziam as panelas, pois trabalhar no barro era interdito às mulheres jovens, aos homens e às crianças. Era uma atividade perigosa que somente aquelas que dominavam o conhecimento sobre a vovó barro podiam realizar. As mulheres faziam incursões às serras para extrair o barro, observando alguns rituais que começavam por colocar oferendas no lugar que iria ser cavado para a extração do mesmo, como pedaços de tecido, tabaco ou pedaços de peixe assado. Em seguida, as mulheres pediam permissão à vovó barro, dizendo: “vovó, eu vim aqui te buscar, para gente ir comer peixe, veado, prá nós tomarmos caxiri”⁷.

O barro era coletado, cavando-se de cima para baixo, observando-se a forma da serra, e depois transportado até a aldeia nos jamanxi⁸. Antes de iniciar o processamento do barro, as idosas benziam os seus braços para evitar enfermidades, pois o “barro é frio”. A produção das panelas era feita em um lugar reservado, de preferência longe da presença de homens, crianças e mulheres de outras gerações. Sobretudo, aos homens, a restrição era maior: eles sequer podiam ver as mulheres fazendo as panelas. Também, não era permitido fazer ruído, quaisquer que fossem, pois a “vovó não gostava”, podia quebrar. Elas faziam panelas de um mesmo modelo, que chamam tradicional, além de fornos de barro para a produção de farinha. As interdições também atingiam as grávidas ou aquelas com bebês pequenos sob o risco de a criança ficar paralisada.

Tais interdições se encontram vinculadas à noção de “donos” “mães” ou “mestres”, bastante difundidos na Amazônia, espíritos dotados de “intencionalidade análoga à humana, funcionam como hipóteses das espécies animais a que estão associados, criando um campo intersubjetivo humano-animal mesmo ali onde os animais não são espiritualizados (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.354). No caso aqui analisado, o dono ou mestre seria a vovó barro, a quem as ofertas de pano, peixe e tabaco evitariam possíveis danos às pessoas que manuseiam o barro.

7 O caxiri é a bebida fermentada da região, feita a partir da mandioca.

8 Cesto feito de talas de jacitara, transportado preso às costas.

Com a revitalização das panelas, as mulheres continuaram coletando o barro nas serras próximas à aldeia, mas dessa vez utilizando um transporte motorizado, um trator. De acordo com as mulheres, a vovó já havia se acostumado com elas, com as suas conversas, e mesmo com o barulho do trator. Ela, a vovó, não quebra mais em função do barulho. Até se acostumou a ir à cidade. Uma das mulheres informou que sempre conversava com a “vovó” antes de partir: “vovó, vamos pra cidade, cuidado vovó, não vai se quebrar não, prá nós irmos pra cidade comer galeto (frango assado), pra irmos à festa...”.

Com a demanda por panelas para as feiras e as vendas realizadas na própria aldeia, as mulheres passaram a dedicar mais tempo à produção das mesmas. Todavia, essa produção não depende apenas da disponibilidade das mulheres, mas também das condições climáticas. Produzir as panelas na estação das chuvas, de fins de março a início de agosto, era um problema. Tais limitações impostas pelo clima não estavam previstas no projeto que exigia certa regularidade na produção. Vejamos como se dá a produção das panelas e isso fica claro.

O processo inicia com a coleta do barro de uma camada do subsolo com certa umidade; após o transporte até a aldeia, é colocado sob o sol para secar. Depois de seco é amassado com pedras redondas e em seguida peneirado em uma peneira fina, transformando-se numa espécie de pó. O próximo passo é molhar gradativamente o pó até transformar-se em uma massa que é deixada por cerca de dois dias para descansar – esse período em boas condições climáticas. Após essa primeira fase, as mulheres começam a produzir as panelas propriamente ditas. Elas sobrepõem cuidadosamente as finas tiras de barro até a altura desejada, passando a modelar a mesma. Essa técnica é muito comum entre os indígenas da Amazônia que produzem cerâmicas. Para evitar todo esse processo, considerado longo, algumas mulheres desenvolveram outra técnica que consiste em modelar a panela a partir do seu interior, fazendo uma bola de massa que é cavada até ganhar a forma de panela. No processo de modelagem da panela é utilizado um pedaço de cabaça. Quando a panela apresenta forma definida é deixada para secar lentamente. Enquanto isso, as mulheres têm que tirar o excesso de barro para que a panela não fique muito pesada, além de corrigir as possíveis rachaduras. Para remover o excesso, elas utilizam uma faca, e para corrigir as rachaduras usam uma pedra pequena extraída dos rios chamada *kaimé*. Depois disso, a panela é colocada próximo ao fogo para que receba o calor gradativamente até ficar bem seca.

O próximo passo é queimar as panelas, colocando-as no fogo de ponta cabeça, cobrindo-a completamente com lenha; método que é feito utilizando somente dois

tipos de madeira: o caimbé (*americana de Curatella - Dilleniaceae*) ou mirixi (*sp de Byrsotria - Malpighiaceae*), plantas nativas da região de campos e serra, que queimam rapidamente, evitando, assim, transformarem-se em carvão. Essa é a parte mais dura do trabalho, já que as mulheres se expõem a temperaturas muito altas. Quando a panela fica incandescente é o momento de ser retirada do fogo com o auxílio de um pedaço de madeira ou um galho de árvore. Ainda quente, as panelas são tingidas com resina do mirixi, de coloração vermelha, na parte externa.

Após todo esse procedimento, antes de serem utilizadas, as panelas devem ser impermeabilizadas, sendo levadas ao fogo cheias de tucupí ou untada com óleo de cozinha. No caso do tucupí, deve-se deixar o líquido ferver até que evapore quase completamente; no caso do óleo, a panela deve ser aquecida por alguns minutos. Quando as mulheres participaram das primeiras feiras de artesanato na cidade, elas levavam apenas as panelas que são conhecidas como tradicional. Com o aumento das vendas, pessoas da cidade passaram a sugerir que as panelas tivessem tampas e pegadores; também sugeriram que elas diversificassem a produção, isto é, produzissem outros modelos de panela. Assim, as mulheres passaram a testar modelos como de frigideira, refratário, em forma de frutas, como banana e maçã, além de potes pequenos. Uma das mulheres nos informou que essa diversificação “não pode ser de brincadeira porque a vovó pode se zangar e quebrar”.

A renda obtida com a venda das panelas produzidas no Clube de Mães era dividida entre as mulheres, de acordo com a quantidade de panelas que cada uma produzia. Na década de 2000, com o sucesso das panelas Makuxi na cidade, o governo do estado, através da Secretaria do Bem Estar Social, tentou produzir as panelas em torno para aumentar a produtividade, mas a vovó barro não se adequou e quebrou inúmeras vezes. Parecia que a vovó se recusava aos encantos da cidade. No entanto, as panelas logo conquistaram a cidade sendo vistas como objetos de decoração em lugares públicos, em restaurantes, além do uso doméstico. O governo do estado também transformou as panelas em item do artesanato regional, fazendo-as constar em catálogos turísticos; uma mulher da aldeia Raposa, que chamarei de Rosa, uma das mais ativas no processo de revitalização das mesmas, chegou a participar de várias feiras de artesanato em outros estados e cidades, como São Paulo, Brasília e Recife.

Em 2006, o governo do estado entregou aos indígenas o “Centro de Artesanato Indígena *Ko’ko* Damiana”⁹, localizado no interior do Parque Anauá, um grande

9 *Ko’ko* significa vovó na língua Makuxi.

espaço de lazer, situado na área central de Boa Vista. *Ko'ko* Damiana era uma antiga moradora da aldeia Raposa que emprestou seu nome ao centro de artesanato; esse fato diz muito sobre a revitalização das panelas Makuxi na aldeia Raposa. O projeto do artesanato atingiu, ainda, outros povos indígenas do estado que já participavam das feiras esporádicas realizadas em Boa Vista; com a criação do Centro, os indígenas ganharam um espaço permanente para a venda dos seus produtos. O Centro conta com 25 boxes e neles atuam, além dos Makuxi, os Wapixana, Waiwai, Ingaricó e os Yekuana; o artefato indígena de Roraima é bastante diversificado e, além da cerâmica, há peças feitas a partir de sementes (colares), de fibras (trançados diversos), madeira e cipó. Atualmente, esse espaço encontra-se desativado, o que, a meu ver, demonstra, mais uma vez, um mal planejamento nas ações de governo, já que o Centro se encontra em uma área fora do alcance dos poucos turistas que visitam Boa Vista.

Considerações finais

Como os demais projetos estabelecidos na aldeia Raposa, o projeto de artesanato enfrentou problemas de gestão que foram superados pelas mulheres. Como indicamos, nos primeiros anos as cerâmicas eram produzidas no espaço do Clube de Mães e as peças eram identificadas individualmente e levadas à cidade para serem vendidas. Assim, cada mulher recebia o equivalente a quantidade de peças que vendia; após a saída de Rosa da aldeia, as mulheres passaram a produzir as panelas de forma individual, mas continuaram levando ou enviando as mesmas para serem vendidas na cidade. A venda das panelas possibilitou, para algumas mulheres, o acesso a uma renda, contribuindo também para elevar a suas autoconfianças. Rosa, a mais ativa das mulheres no processo de revitalização das panelas, estabeleceu-se na cidade de Boa Vista, onde se tornou uma artesã conhecida. Suas habilidades como artesã tem resultado em renda para ela e sua família; sua articulação com agências governamentais ainda lhe possibilita participar de feiras fora do estado, além da divulgação do seu trabalho a nível local.

A participação nos movimentos sociopolíticos, em atividades remuneradas nas comunidades e, em particular, nos programas governamentais de estímulo à geração de renda são bons para pensar o gênero e a agência feminina Makuxi. Tentamos mostrar ainda que ao incorporar as noções de pessoa e agência, as discussões em torno do gênero na Amazônia ganharam um novo impulso, desconstruindo imagens “desgastadas” entre homens e mulheres; tentamos mostrar que o rompimento

da hegemonia do paradigma da dominação pode produzir importante contribuição para a ampliação e compreensão do gênero nas sociedades indígenas.

Recebido em fevereiro, aprovado em abril.

Referências Bibliográficas

- CAVALCANTE, Olendina de C. *Understanding Changes in Macuxi Politics and Society: a case study of village fissioning*. Gainesville, Master Thesis, 2002.
- FARAGE, Nadia *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- FARAGE, N. & SANTILLI, P. Estado de Sítio: território e identidade no vale do rio Branco In: CUNHA, M. C. da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, São Paulo, 1992.
- FAUSTO, Carlos. *Donos demais: maestria e domínio na Amazônia*. Mana. Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 14(2), 2008, p.329-366.
- GOW, Peter *Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia*. Oxford, Clarendon Press, 1991.
- GREGOR, T. & TUZIN, D. Comparing gender in Amazonia and Melanesia: a theoretical Orientation In: GREGOR, T. & TUZIN, D (org.) *Gender in Amazonia and Melanesia: an exploration of the comparative method*. Los Angeles: University of California Press, 2001.
- LASMAR, Cristiane *Mulheres Indígenas: representações*. *Estudos Feministas*, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFCS. Florianópolis, 1997, pp.143-156.
- _____. *De Volta ao Lago de Leite. Gênero e transformações no alto rio Negro*. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.
- LEA, Vanessa R. Gênero feminino Mebêngôkre (Kaiapó). *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994, nº 3, pp.85-116.
- _____. 1999. “Desnaturalizando gênero na sociedade Mebêngôkre”. *Estudos Feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFCS. Florianópolis, pp.176-192.
- McCALLUM, Cecília A aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. *Estudos Feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFCS. Florianópolis, 1999, pp. 157-175.
- _____. *Gender and sociality in Amazonia: how real people are made*. Oxford/New York: Berg Press, 2001.
- MURPHY, Yolanda & MURPHY, Robert. *Women of the forest*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- SHOMBURGK, Robert *The Guiana travels of Robert Shomburgk 1835-1844*, V. I, London: The Hakluyt Society, 2006.
- SANTILLI, Paulo *As Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi do vale do rio Branco*. São Paulo, NHII-USP/FAPESP, 1994.
- SISKIND, Janet *To hunt in the morning*. Londres: Oxford University Press, 1980.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “*Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*”. Mana. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, vol.2, nº 2, 1996, pp.115-144.

_____. “Imagens da natureza e da sociedade” In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

SEEGER, A. e outros. “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, nº 32, 1979, p. 2-19.

STRATHER, M. (org.). Introdução in: *Dealing with inequality: analyzing gender relations in Melanesia and beyond*. Cambridge, CUP, 1987.

_____. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Los Angeles, University of California Press, 1988.

Fontes online

“Advogada do CIR participa de audiência na OEA”. www.cir.org.br, consultado em 12/12/05.

“Advogada do CIR é nomeada para a Comissão Nacional de Biodiversidade”. www.cir.org.br, consultado em 12/12/05.

“Mulheres indígenas relatam detalhes de violência contra comunidades e cobram providências”. www.cir.org.br, consultado em 12/12/05.

“Joênia Wapichana está na lista de mulheres selecionadas para o Prêmio Nobel da Paz”. www.cir.org.br, consultado em 12/12/05.

“Mulheres têm papel fundamental na organização”. www.cir.org.br, consultado em 12/12/05.

ARTIGO

TECENDO A HISTÓRIA: INDÍCIOS DO SURGIMENTO DA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM RORAIMA

Resumo

Este artigo buscou refletir sobre o surgimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a BR-210, conhecida como Perimetral Norte, no período de 1975 a 1990. Neste processo a migração foi analisada enquanto uma importante estratégia de resistência frente a um longo processo de expropriação da terra em seus estados de origem esta interpretação foi proporcionada pela utilização da História Social que viabiliza o estudo das múltiplas formas de organização, resistências e luta, valorizando a identidade e a experiência como parte da reflexão investigativa da construção social. A utilização da história de vida foi importante para identificar as estratégias de sobrevivência, estas foram analisadas enquanto resultado de conflitos, contradições e construídas no tempo, no espaço e no cotidiano. Após o acesso à terra, as vicinais e lote tornaram-se o espaço de convivência e surgimento da (re) organização de suas vidas e posteriormente de sua organização política.

Palavras-chave

Migração; Sindicalismo Rural; Resistência.

Abstract

This article sought to reflect on the emergence of the organization of rural workers to the BR-210, known as the Northern Perimeter, in the period from 1975 to 1990. In this case the migration was viewed as an important strategy of resistance to the long process of expropriation of land in their home states this interpretation was provided by the use of Social History that enables the study of multiple forms of organization, resistance and struggle, valuing identity and experience as part of the investigative reflection of social construction. The use of the life history was important to identify coping strategies, these were analyzed as a result of conflicts, contradictions and built in time, in space and everyday. After access to land, and the vicinal lot became the living space and the emergence of (re) organization of their lives and then his political organization.

Keywords

Migration; Rural Unionism; Resistance.

* Professora da Universidade Estadual de Roraima – UERR, mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Indícios do surgimento da luta dos movimentos sociais do campo em Roraima.

A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história transformando “os objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.

Paul Thompson

No Brasil vivencia-se uma das maiores concentrações agrárias do mundo, o que explica em parte os constantes conflitos, assassinatos e manifestações públicas, provocados pela questão agrária evidenciando a necessidade de um debate nacional sobre a distribuição e redistribuição da terra e as condições sociais no campo.

A questão agrária em todo o País, especialmente na Região Amazônica, vem sendo alvo de constantes discussões e debates sobre qual o melhor modelo de exploração a ser seguido, onde a proposta vencedora até o momento tem sido a do agronegócio. Dentro desse contexto tem havido resistências por parte das populações tradicionais: seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, dentre outros, emergidos principalmente a partir do início da década de 1980. Estes movimentos tiveram como consequência o aumento dos índices de conflitos e assassinatos de lideranças rurais.

Estes conflitos foram e são mais intensos nos Estados de Rondônia, Pará e Acre, neste último a resistência e organização dos seringueiros são históricas na luta contra a expropriação dos seringueiros e a destruição da floresta pelos empresários do agronegócio, madeireiros e especuladores. No estado do Pará estes conflitos rurais ficaram mais evidentes a partir da divulgação na mídia de vários assassinatos de trabalhadores e militantes dos movimentos sociais do campo, exemplo disso foi a chacina de Eldorado dos Carajás em 1996 e mais recentemente o assassinato da freira Doroty Stang, ocorrido em 2004.

No Estado de Roraima a organização social e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foram silenciadas, descaracterizadas e estigmatizada principalmente sob dois aspectos: ora como “migrantes pobres”, “maranhenses despossuídos”, “gaúchos pobres”, “vítimas das políticas militares para a Amazônia”, “camponeses trazidos pelo INCRA”, ora até mesmo como, “preguiçosos”, “transgressores das leis que vendiam seus lotes”, “criminosos por serem considerados os devastadores da floresta”.

Neste sentido este artigo buscou contribuir com a História do surgimento da organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Roraima. Partiu-se da migração, a conquista da terra, a luta em permanecer na terra, momentos importantes para a organização destes no sindicato.

Neste processo selecionou-se algumas estratégias desenvolvida por estes dentre estas a migração que foi analisada como uma forma de resistência e luta, não somente contra o processo de expropriação dos camponeses e a imposição do capitalismo no campo, mas foi uma luta pela sua identidade, seus costumes e tradições frente uma conjuntura estrutural histórica de expropriação da terra.

As palavras a seguir de Argemiro de Souza refletem que existiam alternativas, e a migração para a Amazônia representava apenas uma delas:

Eu fui cedo morar em São Paulo, trabalhei na usina do Francisco Matarazzo na Fazenda Santa Rosa, na época era uma das maiores do país. Lembro-me que dormia numa pensãozinha, não tinha casa, e de madrugada o caminhão pegava a gente pra ir trabalhar, mas era difícil. Depois trabalhei na empresa Camargo Correa em construção e várias outras firmas. Mas trabalhar na terra é questão de gosto, não sei, também tem o fato da gente não ter formação profissional, um curso, mas eu gosto.

Aqui na terra a gente sabe plantar, viver bem, sobreviver bem, criar nossos filhos com fartura, trabalhando junto com a família, os sogros, genros, trocando dias com eles, o serviço de dois é mais que três não é?

A nossa vivência na floresta nos ensinou isso desde cedo. Como eu, eu já sou filho de rural e já trabalhei muito nas roças, aprendi muito com meu pai. (...) Cheguei aqui na beira do Anauá comprei a terra, trabalhei, trabalhando mesmo duro e enfrentando as dificuldades. Conheci minha esposa aqui, casamos, hoje vivo com minha família, meus netos e temos nossa própria terra, casa e eles (filhos) também têm a deles. Apesar de nos sentirmos abandonados pelo governo, a gente foi melhorando de vida¹.

As palavras do senhor Argemiro evidenciam que a migração é resultado de uma escolha e que a relação com a terra não é determinada apenas pela necessidade de trabalho ou a falta dele, mas também pela identidade, representa muito mais do que ter trabalho e emprego.

Em outras palavras, estes migrantes poderiam ter aumentado a estatística do êxodo rural, ou terem se transformado em “bóias-frias”², assim como milhares de camponeses. Eles fogem a essa regra, saindo da posição de sujeitos passivos, diante das transformações do campo e passam à posição de sujeito transformadores desta

1 Entrevista com o senhor Argemiro de Souza, trabalhador rural e migrante oriundo da Bahia. Vila Moderna, Município de São Luiz do Anauá (RR), janeiro de 2009.

2 SILVA, Maria Aparecia Moraes. *A Luta Pela Terra*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

realidade. A migração simboliza, portanto, além da defesa de seus direitos à terra a luta pela defesa de sua História.³

Percebeu-se, por meio das fontes, que as viagens de seus estados de origem para Roraima eram realizadas com poucos recursos, sem planejamentos maiores ou estrutura. A trajetória do deslocamento dos estados de origem era já muito complicada. Na mudança, geralmente, traziam o estritamente necessário. Assim era incluída a pouca roupa, os poucos utensílios domésticos, alguns animais (galinhas, porcos, cachorros, etc.). Tudo vinha em paus-de-arara, e outros vinham em ônibus fretados por grupos de famílias que se uniam para dividir o custo da viagem e depois alugavam embarcações fluviais Manaus a Caracarái.

Aqueles que vinham pela BR-319, seguiam até Rondônia e de lá até a BR-174. Toda a alimentação era feita ao longo da viagem em fogareiros, à beira dos rios e igarapés, áreas que eram usadas para fazer as principais paradas. Esse era o espaço para lavar roupas, tomar banho e fazer as principais refeições do dia durante a viagem. Outros migrantes mais capitalizados chegaram a Roraima com recursos inclusive para comprar sua terra e investir o dinheiro trazido da venda de terra em outros estados.

Na entrevista a seguir, o senhor Eupídio Leite Araújo⁴, fala sobre sua viagem para Roraima, pela BR-319, vindo diretamente de Rondônia para São João da Baliza. Percebe-se neste caso que essa família seguem praticamente o mesmo percurso dos fluxos migratórios. Percebeu-se que em sua maioria saem do Nordeste para o Centro-Oeste, em seguida do Centro Oeste para Rondônia, de lá para o Estado do Pará, e finalmente aportam no Amazonas e Roraima, por via terrestre ou fluvial.

Esta trajetória foi realizada pelo trabalhador rural Eupídio Leite a seguir:

Eu sou da Bahia, fui criado no Mato Grosso, primeiro tive um estágio em Rondônia onde vivi onze anos na cidade de Ouro Preto(...). Em Rondônia estávamos bem estruturados na agricultura, tinha uma área boa de milho, feijão e arroz. Inclusive trabalhava com semente de arroz e milho fiscalizada para plantio em outros estados. Em 1978 até 1981, trabalhei em Mato Grosso e em Rondônia com a semente fiscalizada por causa disso passei a ter conhecimento das regiões da Amazônia, onde vendia muita semente para Roraima, era semente para plantio. Depois meus pais vieram para Roraima e gostaram muito e a gente acabou

3 Sobre a migração, analisada enquanto uma estratégia de reprodução camponesa, ver: SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. *Migrações Rurais no Brasil: Velhas e Novas questões*. Disponível em: http://nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leituras/migracoes_rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso: 20/outubro/2009.

4 Atualmente diretor do sindicato de São João da Baliza e um dos membros mais antigos do sindicato. Tem 55 anos, é cearense, criado no Mato Grosso e reside no município do Baliza com sua esposa e filhos.

mudando, a minha chegada em Roraima foi em novembro de 1983, onde estou até hoje, na época tinha estrada a gente vinha de Porto Velho a Manaus por estrada era a BR- 319, que hoje não existe mais, mas já estão recuperando e vai voltar a funcionar novamente.⁵

A BR-319, citada pelos depoentes, foi inaugurada em 1973 durante o Regime Militar (1964-1985). Por esta rodovia milhares de famílias trafegaram com destino a Roraima. Poucos anos se passaram e esta tornou-se intransponível.⁶

A partir de 1975, se intensifica a chegada dos paus-de-arara e de ônibus, com cinco a seis famílias trazendo suas mudanças, passaram a acampar na antiga vila do INCRA, e ou seguiam direto em busca de tirar seu lote, ou como eles afirmam “fazer sua picada”. A citação a seguir da trabalhadora rural senhora Verônica relembra este período:

Os homens faziam os picadões com os próprios agricultores, uns ajudando o outro e o governador nos dava farda para a escola, calçados, cestas básicas todo mês, cesta de Natal e a minha família ficou morando quando chegamos numa casa alugada no Baliza, cinco meses depois mudamos para a beira da BR 210, então meu marido, os filhos, genros e a filha trabalhava na roça plantando arroz, milho e mandioca. Eles tinham que ficar lá porque o picadão eram muito ruim dava vinte e cinco quilômetros e só dava de ir a pé. Dava muita malária, muita mesma, hepatite, derrames⁷.

Mesmo sem a intervenção oficial, a colonização não era ilegal uma vez que se tratava de terras devolutas ou do INCRA, e existiam regras de organização e distribuição dos lotes criadas pelos próprios migrantes, ou seja, mesmo diante de uma aparente falta de leis e da presença do Estado existia uma organização.

É possível afirmar que estes migrantes poderiam ter ido para Belém, Manaus, ou outras capitais da região Norte, porém, deslocam-se direto para a área rural fato que ratifica nossa afirmação quanto a analisar a migração enquanto estratégia importante no processo de resistência a expropriação e ao latifúndio no campo sofrido por estes em seus estados de origem.

5 Entrevista realizada com o Sr. Eupídio Leite Araújo. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

6 Em 2005 o Governo Federal anunciou a recuperação da BR-319. As obras começaram em 2008, com duas frentes de trabalho partindo dos extremos da rodovia. No entanto, acredita-se que essas obras podem levar ao desmatamento e ocupação desordenada do entorno da rodovia, o que provocou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela Universidade Federal do Amazonas.

7 Entrevista realizada com Verônica Lima, migrante oriunda de Minas Gerais. São João da Baliza (RR), junho de 2006.

As Estratégias de sobrevivência na terra: Construindo as experienciais sociais.

Mas no olhar de todos pode se ler a vontade de vencer e ficar; de oferecer para seus filhos um futuro melhor; através de seus esforços e da união para a vitória. (Jornal Folha de Boa Vista -1978).

A migração constituiu a primeira estratégia de resistência passa a ser o pano de fundo de novos cenários dentre estes a conquista da terra e as dificuldades de permanecer na terra, algo que se tentou sintetizar os indícios ou raízes. O modo de vida dentro das vicinias que se localizavam dentro da floresta fundamentou uma consciência da necessidade de viver da natureza algo que passou a está intrinsecamente ligado a cultura destes migrantes, ou seja, suas vidas se entrelaçaram com a vida da floresta.

A matéria publicada pelo jornal Boa Vista de 22 de Setembro de 1978, evidencia as dificuldades enfrentadas e a necessidade dos trabalhadores viverem da própria floresta:

Agricultores da BR-174 e BR-210, Lutam para Vencer. Como é de conhecimento de todos a agricultura de nosso Território ainda se encontra numa fase crítica, em relação a outras áreas cultivadas do Brasil, afora podemos tomar como referencia a batalha progressiva de agricultores recém instalados em nosso Território vindos por exemplo do Maranhão, Goiás e Rio Grande do Sul . Estes agricultores enfrentam uma fase muito dificultosa, principalmente em relação a inexistência de alimentos portadores de proteínas e gorduras, alguns se encontram no segundo ou terceiro ano de instalação enquanto outros acabaram de se instalar. Portanto nesta região não existe carnes bovina, suína ou galinhas, pato e outros. Eles tem que apelar para a caça selvagem.

A matéria evidencia que foi às duras penas, nos sofrimentos diários, e na ausência até mesmo de alimentos, uma vez que suas roças ainda estavam sendo feitas. Acredita-se que esta integração vida/natureza, está associada diretamente com a própria necessidade de utilizar o conhecimento tradicional. Nas cascas e folhas das árvores, buscaram a cura de suas doenças, por meio da medicina natural⁸, uma vez que havia ausência de médicos, hospitais e medicamentos.

As doenças eram várias, mas a pior era a malária, além disso, outras doenças alcançavam grandes números de colonos como à hepatite, a leishmaniose e a tuberculose. A ausência de estradas e pontes piorava a situação dos doentes, em especial,

⁸ Este fato é confirmado pelos altos índices de doenças que enfrentaram, uma vez que, deixados à própria sorte, tiveram que buscar, assim como os seringueiros, os conhecimentos da cura na própria natureza, na medicina natural, quando possível.

das parturientes, como relembra Enesia,⁹ “Foram inúmeras as mulheres que morreram com seus filhos atravessados na barriga, não tínhamos pontes aqui na Perimetral, mesmo grávida eu e meu marido não tínhamos como chegar a Boa Vista.”¹⁰

Outra dificuldade enfrentada foi a ausência de venda de gêneros alimentícios, assim como a falta de produção agrícola. Dessa forma a alternativa encontrada foram os próprios frutos das árvores, do uxi, da castanha, do piquiá, da bacaba, do buriti, do tucumã que, ao caírem, trazem para baixo destas árvores as caças como a cutia, a capivara, o porco do mato, a anta e outros. Os rios representam à limpeza, a higiene pessoal, a preparação dos alimentos e da terra, além de fornecerem os peixes, as tartarugas, o camarão, pratos essenciais na alimentação regional¹¹.

As bebidas são preparadas à base da mandioca, do milho, do açaí, do buriti, do abacaxi. Assim como os indígenas, os rurais retiram não só produtos utilizados em sua alimentação, mas também como utensílios: jóias, móveis, além da construção de suas casas e transportes como a canoa. Assim, é impossível separar sua identidade, cultura e modo de trabalho, das experiências adquiridas no seu modo de vida¹².

Quanto ao trabalho na terra os mutirões aparecem repetidas vezes nas falas dos migrantes, o que acaba demonstrando que estes eram frequentes, esta relação de solidariedade foi fundamental para sua sobrevivência no início dos assentamentos. A ausência de equipamentos e tratores nas vicinais¹³ dificultava as primeiras derrubadas para o cultivo da terra. Para derrubar a floresta, vários vizinhos se uniam para fazer a derrubada de um lote e em seguida o dono deste lote contribuía na derrubada do lote do seu vizinho. Este sistema também conhecido como “troca” foi uma prática importante e utilizada por vários anos.

Outra importante estratégia foi a Família, esta foi decisiva para a permanência dos migrantes em Roraima. As famílias que chegavam eram constituídas não somente pela esposa, marido e filhos (as), mas, incluía cunhados, netos (as), sogros, sobrinhos, enfim criava-se uma rede dos familiares que estavam aqui com os demais que ficaram em outros estados. Porém, muitos homens solteiros também chegavam

9 Entrevista com a Sra. Enesia na Vila Moderna no município de São Luiz do Anauá (RR), fevereiro de 2009.

10 A ponte sobre o Rio Branco, na BR-174, só substituiu o uso das Balsas no ano 2000.

11 Um fato que chamou a nossa atenção foram as casas feitas de varas e barro e cobertas de palha. Por trás desta simplicidade, no entanto, sempre encontramos fartura de alimentos em seu interior.

12 Ver: OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. “Memórias e Experiências: desafios da investigação histórica”. In: FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 263-281.

13 Devido a esta precária situação dentro dos lotes, a bicicleta era o único instrumento de transporte.

à região e logo se casavam para constituir família. O grupo familiar passava a gerir as principais relações sociais vivenciadas na comunidade, este laço forte pode ter sido influenciado por dois fatores: a separação e a distância dos demais membros da família como pais, avós, irmãos, e o medo da solidão, e a necessidade da força de trabalho familiar na agricultura, além do isolamento do lote, da vicinal, pois estavam distante dos grandes centros urbanos, cujo município mais próximo era Caracarái.

Esta relação com a família fica clara nas palavras do João Pereira:

Casei no Goiás e trouxe a minha família e a família da minha esposa, tivemos sete filhos, lembro que essa mais nova, que é esse aí (aponta para filha), só comia massa de macaxeira lá em Goiás, e aqui nós não tinha onde comprar, não tinha comércio, não tinha nada e eu fui daqui pro Km “500” buscar macaxeira para fazer uma massa. Fui de manhã e cheguei somente no outro dia de tarde. Esse que é dono desse escritório bem aí é filho meu, que hoje é formado, é doutor, é tudo... Quando ele nasceu eu fui comprar, que o maranhense é cheio de chove não molha, não come carne de caça, só frango ou carne de gado quando ganha filho. Assim fui pra Caracarái comprar carne, fui de pé comprar carne pro resguardo dela... Andando na estrada e com medo dos urubus arrodar... eu cheguei no 500 tinha só um quarto de carne... Chegando lá retalhei a carne, botei aquela ossada no varal pra enxugar um pouco, a ossada mais grossa nós comemos na casa do Xicão... e botei nas costas, isso já era umas três horas da madrugada, botei nas costas num jamaxim com a carne dentro. Lá por umas onze horas os pés não agüentavam mais, meio dia, sol quente sai do Km 500, quando foi umas sete , oito horas da noite eu estava aqui, com a carne, mas era uma carne podre, foi uma aventura, o que não se faz pelos filhos e por uma mulher recém parida.

Como se observa no depoimento as relações sociais girava em torno da família, estas se reuniam em visitas nos finais de semana, no lazer, nas festas juninas, nos jogos de futebol, todos os moradores jogavam inclusive as mulheres com os times de queimadas, na dança de boi. As famílias se uniam nos finais de semana na igreja, nas festas, nos almoços, esta relação também deve ser vista como gestação de uma futura organização coletiva.

Dentre estas estratégias um fato despertou grande interesse na pesquisa, o abandono ou a venda do lote dentro dos assentamentos foram constantemente citados nas entrevistas. E este acontecimento já havia sido registrado por Nilsom Crócia de Barros (1995) e Jean HEBETTE (2004). No entanto, este fato era uma incógnita. Buscou-se compreender na fala destes assentados (quando narraram as suas migrações internas dentro das vicinais), o porquê de após tanta luta e dificuldades enfrentadas para chegar à terra própria, estes se desfaziam do lote com uma aparente facilidade.

Não seria irônico lutar pela terra e depois abandoná-la? O discurso no cotidiano social e político apontam a “malandragem”, a “preguiça” e a falta de “vocação” como causas deste acontecimento. O verbo abandonar é muito citado nos

depoimentos, ao relatarem o abandono de sua família, o abandono de seu local de origem, o abandono dos amigos e o abandono de outros estados na própria região amazônica.

Da mesma forma, abandonar seu lote possui significado mais profundo que o simples deixar pra trás, ao perceberem que não iriam melhorar suas condições de plantio, de colheita e principalmente que teriam dificuldades no escoamento da produção, parte desses colonos iniciam uma nova migração interna, no mesmo assentamento ou, até mesmo, dentro da própria vicinal. Outros encontram uma nova forma de obter recursos financeiros, vendiam o lote que já estava com melhores condições para trabalhar, e mudavam-se para lotes mais afastados. Essa estratégia foi muito usada para suprir a ausência de apoio financeiro necessário para realizar alguma benfeitoria, compra de equipamento como motor serra, bombas de água, construção de casa, e a aquisição de animais de criação. Muitas vezes ainda os assentados vendem um lote onde a permanência é mais difícil e buscam novamente ocupar ou “conseguir” outro. Outras vezes, eles conseguem mais de um lote, colocando-o no nome da mulher, do cunhado, enfim, de algum parente mais próximo. Acabam vendendo estes, e com o dinheiro investem em benfeitorias como casa, cerca e curral.

Assim, o abandono do lote não é apenas desistência, mas aqui se encara como uma estratégia de resistência, pois Roraima representa a última esperança e também a última fronteira para muitos que já rodaram o Brasil de Norte a Sul. O que se chamou de abandono do lote, não significou o seu abandono propriamente dito. A fala a seguir do senhor Jaider evidencia o abandono do lote em Rondônia por conflitos com indígenas:

Eu sou Mineiro, morei seis anos em Rondônia, lá consegui uma terra pelo INCRA, só que numa área indígena os índios eram bravos, por pouco não fui flechado. Comecei a trabalhar nessa terra, quando os índios descobriram não deixaram ninguém entrar nas terras. Então abandonei, depois não consegui mais terra. Peguei minha família e vim para Roraima. Vim no pau de arara, caminhão coberto com uma lona em cima, nesse caminhão vem de tudo. Foram seis dias de viagem, tomávamos banho, fazíamos comida, dormíamos na estrada, etc. Éramos quatro famílias, todos rurais... Mas o rural sai pelo espírito aventureiro, conhecer novas pessoas, buscar terra e lá sempre o mesmo trabalho, entra ano sai ano, e nada de crescimento financeiro, com tudo isso sentimos a necessidade de sair pelo mundo a fora, conhecer outros lugares e tentar a vida longe. Eu que morava em Central do Montana (Governador Valadares), em Minas Gerais, quando cheguei aqui, fiz três canteiros de verduras, vendia para sobreviver, com essa venda sustentei minha esposa e cinco filhos, durante oito meses. Então comecei a trabalhar no lote, mas peguei muita malária que ia e voltava, até que abandonei o lote, pois achava que ia morrer de tanta malária, até conseguir outro no local melhor.¹⁴

Nas últimas linhas, Jaider da Silva acrescenta que enfrentou muitas dificuldades em permanecer lá, então abandonou e migrou novamente, já não lembra quantas vezes o teria feito. Ou seja, este processo de mudança e abandono de lote é resultado de diversos fatores e tornou-se uma estratégia também.

Retomar todas estas estratégias nos fez compreender os indícios de um movimento a princípio de resistência individual e em seguida coletiva, este desenvolveu-se dentro das vicinias, com diversos mecanismos desenvolvidos para se conseguir permanecer na terra. Dentre estes: a família, a solidariedade, a medicina natural, os alimentos retirados da floresta, a amizade entre os vizinhos, as reuniões da comunidade de base, e alguns atos de desvio do que era considerado legalmente correto.

Essas experiências sociais passaram a ser trocadas entre si nos momentos de conversa e discussão da realidade vivenciada por todos, até a construção de lutas coletivas.

Todas estas estratégias foram uma espécie de incubadora, um laboratório que deu início a futuras organizações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como: a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) movimento de mulheres camponesas, associações, assim como dos demais movimentos sociais surgidos no sudeste do estado.

Este fato fica evidenciado pelas entrevistas com as lideranças dos movimentos sociais quanto à possível experiência dos assentados em movimentos sindicais ou populares nos seus estados de origem. Em todas as entrevistas realizadas e nas conversas informais, ficou constatado que estes nunca haviam participado de movimentos sociais, ou que a sua organização política tenha partido de uma liderança específica, mas foi movida pelas necessidades comuns a todos e por diversas lideranças.

Mas, constatou-se que todas as lideranças que se envolveram no sindicato eram da Região Sul, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como afirma João Secon, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luiz do Anauá:

A fundação do nosso STR teve o apoio do padre Nilvo e da CPT-Amazonas, naquela época nós que organizamos o Sindicato junto com os companheiros do Baliza, a Rosângela, o Quintino, o Santos e o Pedro Martins. Eu lembro que eram todos sulistas e de Minas, apesar de ter também muita gente do Nordeste aqui, os que estavam à frente eram lá de baixo, nós criamos associações, fazíamos documentos para o Governo, pressionávamos os Prefeitos, a luta pegava fogo. Até hoje lutamos arduamente por educação e principalmente pelas estradas que é o nosso maior entrave.

A conquista da terra veio acompanhada de frustrações e conflitos, e a reivindicação e luta por políticas voltadas à permanência na terra, e para alcançar isto era necessário um movimento organizado, capaz de representar estes anseios.

No entanto, já se observou que, para os migrantes o movimento de resistência iniciou-se desde a saída de seus estados de origem, a conquista do lote, e a sobrevivência na vicinal dentro da floresta. Mas foi a partir de meados da década de 1980 que os trabalhadores rurais marcaram a decisão de seguir em frente na defesa da permanência na terra, pela luta coletiva.

Este foi o mesmo período em que os dados sobre violência, expropriação e grilagem de terras na Amazônia passaram a ser cotidianamente denunciados por padres e freiras da Comissão Pastoral da Terra e que a luta por reforma agrária retomava os noticiários do Brasil.

Na Perimetral Norte as primeiras reuniões para organizar manifestações coletivas em busca da melhoria, principalmente, da estrada, saúde e educação, ocorreu no Município de São João da Baliza. No entanto, já existiam cooperativas e associações criadas pelos trabalhadores rurais.

O surgimento do Sindicato Rural de São João da Baliza durante a década de 1980 deve ser entendido como um processo histórico iniciado muito anteriormente. O despertar da consciência de classe foi sendo construído ao longo das estratégias de resistência já descritas, frente à falta de políticas públicas, muitos rurais abandonaram seus lotes e migraram para a capital Boa Vista, aqueles que decidiram ficar, partiram para o enfrentamento político, primeiro criando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João da Baliza em 1982.

A primeira mobilização foi organizada pela comunidade para levar dezenas de rurais até a capital Boa Vista e pressionar o Governo do ex-Território a designar máquinas para trabalhar na Perimetral Norte que, por três meses ficou sem acesso à BR-174, em virtude do inverno. A situação das famílias era desesperadora sem possibilidade de tráfego, não chegava nem mesmo a ambulância para retirada de doentes. Os ônibus tinham que chegar até certo trecho, depois os moradores seguiam a pé, como relembra um dos precursores deste movimento, Leon Silva: *“Um grupo de trabalhadores veio andando desde o Baliça até o município de Rorainópolis, seguindo até Boa Vista para fazer acampamento em frente ao Palácio do Governo e INCRA”*.¹⁴

A organização desses trabalhadores rurais vem reforçar uma concepção de homem enquanto potencial criativo, como ser capaz de ser ator de sua própria história. Como exemplo da construção histórica Tarso Genro cita o “leão individual” espécie

14 Entrevista com o Sr. Leon Silva, ex-diretor do sindicato de Baliza. Boa Vista (RR), janeiro de 2010.

“Leo”, mas argumenta que o leão individual não sabe disso. Sem ter consciência disso, ele serve a sua espécie e a representa com previsibilidade e silenciosamente. Sua relação com o ambiente natural é instintiva, jamais construída por alternativas, dentre as quais ele escolheria duas ou mais possibilidades. O homem, ao contrário disso, é consciente da sua particularidade. Ele integra um determinado grupo cujas relações internas e externas exigem “escolhas”, das quais derivam sua sociabilidade.¹⁵

Figura 02:
Representação das Viciniais



Fonte: Arquivo da FETAG/RR.

Quanto a esta consciência e participação, E. P. Thompson se refere à resistência dos trabalhadores rurais ingleses, mostrando que não foram apenas as “vanguardas operárias” que empreenderam a resistência face às transformações estruturais causadas pela afirmação do capitalismo naquela sociedade, e nega a submissão e passividade do comportamento histórico ao conjunto de leis e teorias universais que

15 GENRO, Tarso. *Crise da Democracia: Direito, Democracia Direta e Neoliberalismo na Ordem Global*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 36-37.

abrangem todas as esferas da ação humana e, neste sentido, propõe uma interação dialética entre a experiência e a consciência social¹⁶.

Dessa forma, o autor evidencia a importância da experiência social para testar e reconstruir a teoria, e neste sentido, mostra que os camponeses pobres nem sempre foram os perdedores em suas lutas, mesmo que as ações mostrem que “a resistência era mais rabugenta do que vibrante”.¹⁷

Foram as experiências sociais dos trabalhadores rurais que viabilizaram a intensificação das manifestações individuais de resistência destes, e a partilha e identificação destas manifestações individualmente vivenciadas levou à percepção da necessidade de se ter uma entidade representativa, surgindo a discussão da possibilidade de criação de um Sindicato Rural que envolvesse os diversos segmentos sociais, tais como associações, representantes das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e os posseiros, dentre outros.

Com orientação e apoio da Comissão Pastoral da Terra, Regional Amazonas, coordenada na época pelo Pe. Jesuíta Albano Serno, iniciaram-se primeiras viagens dos trabalhadores rurais com destino à cidade de Manaus, para participarem de encontros de formação de lideranças promovidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), como relembra o Pe. Nilvo Pasa:

Quando comecei a viajar pra essa região foi em 1979, dávamos apoio a todas as comunidades da BR-210 e BR-174 da Região Sul e Sudeste. Entramos em contato com a CPT para ajudar na formação das lideranças rurais, chegavam a ir quinze, vinte trabalhadores e trabalhadoras rurais, tinham que viajar de caminhão porque não havia ônibus aqui, eles dividiam era meia carga de banana e meia carga era de gente. Tinha gente do Caroebe, Baliza, São Luiz, Nova Colina, Rorainópolis, eles escreviam boletins que eram publicados pela CPT denunciando a situação dos agricultores, o isolamento na época das chuvas, a produção de arroz, que eram muita forte, mas não tinha como escoar essa produção. Então terminavam vendendo muito barato, eles relatavam o que acontecia em Roraima. Em 1980 conseguimos realizar em Caracará dois encontros sobre sindicalismo, com um formador da CPT de Santarém, nesses cursos estiveram presentes mais de vinte lideranças.¹⁸

Nesta época, parte da Igreja Católica estava inserida fortemente nos movimentos sociais e foi de fundamental importância na construção e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Contavam com o apoio da Paróquia de São João Batista e São Luiz, coordenada pelos Missionários, já citados, Diocesanos de Santa Maria do Rio Grande do Sul: Nilvo Pasa e

16 THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria* ou o planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

17 THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 99.

18 Entrevista com o Padre Nilvo Pasa. Boa Vista (RR), julho de 2010.

Vitélio Pase, todos ligados à Teologia da Libertação contribuíram para a participação das lideranças rurais de Roraima nos encontros de formação política realizados no estado do Amazonas.

Esses missionários realizavam viagens em toda a BR-174, nas vilas de Nova Colina, Martins Pereira, Novo Paraíso dentre outras, esta integração contribuiu com a identificação e formação das lideranças rurais como: Leonídio, Rosangela, Clair, Juarez, Helena, Borba, Santo, Leon, Edivirges, Secon e outros que trilharam caminhos na direção do sindicato, do movimento de mulheres e na construção do núcleo regional no Partido dos Trabalhadores (PT) e mais tarde da própria Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A partir deste período o envolvimento político mais de forma institucionalizada no sindicato começou a se organizar o que fortaleceu as ações e lutas que já vinham sendo desenvolvidas.

Outro discurso que se tentou questionar diz respeito à aparente ausência de conflitos e estratégias de organização coletiva dos rurais. Novamente fez-se uso da memória dos próprios migrantes, e constatou-se que a organização destes teve início nas suas experiências cotidiana, nas relações de solidariedade entre migrantes, nas reuniões para dividir os lotes entre si, na discussão da necessidade de educação para seus filhos, nos mutirões para o trabalho no lote, na sobrevivência dentro da floresta, nas estratégias para driblar a falta de gêneros alimentícios, medicamentos e transporte.

Assim conseguimos compreender que as experiências cotidianas ocorreram em torno de reuniões para organizar as manifestações públicas de reivindicações na capital, para realizar encontros das comunidades eclesiais de base nas comunidades católicas, para mobilizar os rurais a participarem dos encontros de formação realizados em Manaus pela CPT-Amazonas.

Ou seja, a resistência ocorreu muitas vezes de forma individual, outras de forma coletiva, mas é fato que desde a chegada destes migrantes ocorreram lutas pelo acesso a terra conquistada, lutas contra a condição de abandono das vicinais e vilas. Estes reconhecessem entre si as semelhanças na condição de vida dentro das vicinais, e percebessem que esta era uma realidade coletiva, vivenciada por todos. Neste sentido, a união e a organização passaram a ser identificada por todos como uma necessidade.

Desta união foram se constituindo as formas de organizações coletivas como a Associação de Trabalhadoras Rurais das Vicinais, Cooperativas, Grupo de Mulheres e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras daqueles três municípios criados

na Perimetral: São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe. A organização e a participação nestes segmentos estiveram associada ainda aos encontros de formação promovidos pela CPT, que possibilitaram o reconhecimento de que a luta não deveria ser somente no seu grupo, na sua vicinal, mas em toda a Região Sudeste de Roraima, e esta se espalhou até mesmo para a os municípios próximos da BR-174: Caracará e Mucajá, como foi constatado nos arquivos do sindicato.

Recebido em janeiro, aprovado em março.

Referências

- Livros Ata do Arquivo do STR-Baliza.
- Livro Ata do Arquivo do STR-São Luiz do Anauá
- Arquivo do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
- Jornal Boa Vista, 28 de abril 1978.
- Jornal Boa Vista, 19 de maio de 1978
- Jornal Boa Vista, 16 de agosto de 1978
- Jornal Boa Vista, 22 de setembro de 1978

Referências orais

- Entrevista com o Sr. João Secon. São Luiz do Anauá, RR, Setembro de 2003.
- Entrevista com a Sra. Helena Milhomem de Souza. São João da Baliza, RR, Maio de 2005.
- Entrevista com o Sr. Eupídio Leite Araújo. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.
- Entrevista com o Sr. Jaider Ferreira da Silva. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.
- Entrevista com a Sra. Verônica Rosa Lima. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.
- Entrevista com o Sr. Argemiro de Souza. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2009.
- Entrevista com a Sra. Enésia Aparecida Rodrigues. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2009.
- Entrevista com o Sr. João Pereira. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2010.
- Entrevista com o Sr. Leon Silva. Boa Vista, RR, Janeiro de 2010.
- Entrevista com o Padre Nilvo Pasa. Boa Vista, RR, Julho de 2010.

Referências Bibliográficas

AROSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BARROS, Nilson Crócia de. *Roraima – Paisagem e Tempo da Amazônia Setentrional*. Recife: UFPE, 1995.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Cidades da Floresta: uma incursão no Urbano Amazônico. Boletim da Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa, nº 08, 2007.

FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

GENRO, Tarso. *Crise da Democracia: Direito, Democracia Direta e Neoliberalismo na Ordem Global*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2009.

HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. “Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém-Brasília”. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol.1. Belém: EDUFPA, 2004.

HEBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. I. Belém: UFPA, 2004.

HOBBSBAM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito a Terra no Brasil: A gestação do conflito – 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Maria Aparecia Moraes. *A Luta Pela Terra*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ARTIGO

DEGRADAÇÃO DO CORPO HÍDRICO NO URBANO EM BOA VISTA- RR

Resumo

A bacia sedimentar Boa Vista revela, morfologicamente, características de uma planície com relevo suave e dissecação localizada e representada por limitados campos arenosos. Nos estudos do CPRM (1983) a formação Boa Vista está localizada nos melhores aquíferos de Roraima, em Boa Vista. As bacias hidrográficas formadas de acordo com a movimentação de falhas transcorrentes dextrais depositaram sedimentos na estruturação do relevo, no traçado atual da rede de drenagem e do conjunto de lagos. Capital conta com 55 bairros. Dentre eles os da zona oeste, decorrentes do processo de invasão em terrenos públicos e privados formados em períodos eleitorais. Áreas ocupadas inadequadamente geram impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade e refletem a qualidade de vida do homem. As áreas mais afetadas por precipitações intensas, com inundações, assoreamento estão ocupadas desordenadamente, e não possuem saneamento básico. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e trabalho de campo que possibilitou uma melhor condução da pesquisa. O trabalho constou de etapas de pesquisas bibliográficas, sobre o tema ambiental, para a interpretação do período atual que nos faz refletir sobre a situação de inundação presenciada pela população boavistense, quantidade de volume da água e das grandes áreas alagadas, pesquisadas no perímetro entre as coordenadas. O presente artigo tem por objetivo discutir a relação entre a gestão de recursos hídricos e o exercício da cidadania em Boa Vista-RR e intensificar campanhas de sensibilização e de conscientização necessárias a educação, num esforço sinérgico.

Palavras-chave:

Água; Sustentabilidade Urbana; Degradação.

Abstract

The sedimentary basin Boa Vista morphological characteristics reveals a gentle plain with relief and dissection represented by localized and limited sandy fields. In studies of DNPM / CPRM (1983) the formation Boa Vista is located in the best aquifers in the state of Roraima, more precisely in Boa Vista. The basins formed according to the movement of sediments deposited dextral transcurrent faults in the structure of the relief, the current trace of the drainage network and the set of lakes. Capital has 55 districts. Among them the west, resulting in the invasion process public and private lands formed in electoral periods. Areas occupied inappropriately, generating environmental impacts that jeopardize the sustainability and reflect the quality of human life. The areas most affected by heavy rainfall, flooding, siltation are busy disorderly, and not have basic sanitation. The methodology was reviewed through literature and field work which enabled us to better conduct this research work consisted of the following steps of library research on the environmental theme, for interpreting current period makes us reflect on the flood situation witnessed by Boavistense population, as the volume of water and flooded large areas, surveyed the perimeter between the coordinates. This article aims to discuss the relationship between water management of resources and citizenship in Boa Vista, RR and intensify awareness campaigns and awareness necessary education, a synergistic effort means by which man is completed within the global reality and through interaction with the environment, the process of urgency at the local level.

Keywords:

Water; Urban Sustainability; degradation.

* Mestranda em Geografia da UFRR. E-mail: maria_valdira@hotmail.com

** Mestranda em Geografia da UFRR. E-mail: anaveras@cti.rr.gov.br

*** Mestrando em Geografia da UFRR. E-mail: ditur@turismo.rr.gov.br

INTRODUÇÃO

Boa Vista, capital do Estado de Roraima, limita-se ao norte com o Município de Amajari, a Leste com Bonfim e Cantá, Oeste com Alto Alegre e ao Sul com Mucajaí. O município de Boa Vista está localizado (sede) nas margens do Rio Branco, principal recurso hídrico regional e entre seus afluentes, destaca-se o Rio Cauamé e o Ig. Grande, compondo-se ainda o sistema de drenagem de outros igarapés e lagoas que possuem regimes permanentes (perenes) ou temporários (intermitentes).

Ainda sobre a capital, situa-se na margem direita do rio Branco e é a única capital brasileira localizada totalmente ao norte da linha do Equador além de concentrar aproximadamente dois terços da população do Estado, segundo os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE o que equivale a 284.313 de habitantes.

No município de Boa Vista estão aproximadamente 277.684 habitantes, os quais inserem-se na porção centro-oriental do estado, com uma área de 5.117,9 km² (que corresponde a 2,54% do estado). A cidade de Boa Vista é composta pelas zonas urbanas Norte, Sul, Leste, Oeste, Norte e o Centro e composta por 55 bairros.

As zonas urbanas Norte e Sul são as menos ocupadas abrangendo poucos bairros como: Zona Norte corresponde 8,61% da população do município de Boa vista com bairros: 31 de Março, Aeroporto, Aparecida, São Francisco, Paraviana e Estados. A Zona Sul corresponde 4,90% da população do município de Boa vista: 13 de Setembro, Calungá, São Vicente, Marechal Rondon. A Zona Leste corresponde 1,78% da população do município de Boa vista com os bairros: Caçari, Canarinho, Cinco de Outubro e São Pedro.

Dos 82,6% da capital estão localizados na Zona Oeste: Asa Branca, Alvorada, Equatorial, Nova Canaã, Bela Vista, Buritis, Caimbé, Cambará, Caraná, União, Centenário, Cinturão Verde, Jóquei Clube, Jardim Equatorial, Santa Luzia, Senador Hélio Campos, Jardim Primavera, Tancredo Neves, Piscicultura, Santa Tereza, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Jóquei Clube, Liberdade, Mecejana, Pintolândia, Pricumã, Raiar do Sol, Dr. Silvio Botelho, São Bento, Cidade Satélite, Olímpico, Operário, Doutor Airton Rocha, Laura Moreira, Murilo Teixeira, Nova Cidade, Bela Vista, Raiar do Sol e Governador Aquilino Mota Duarte. E o Percentual da população do centro é 1,85 % de habitantes; conforme a Figura 1.

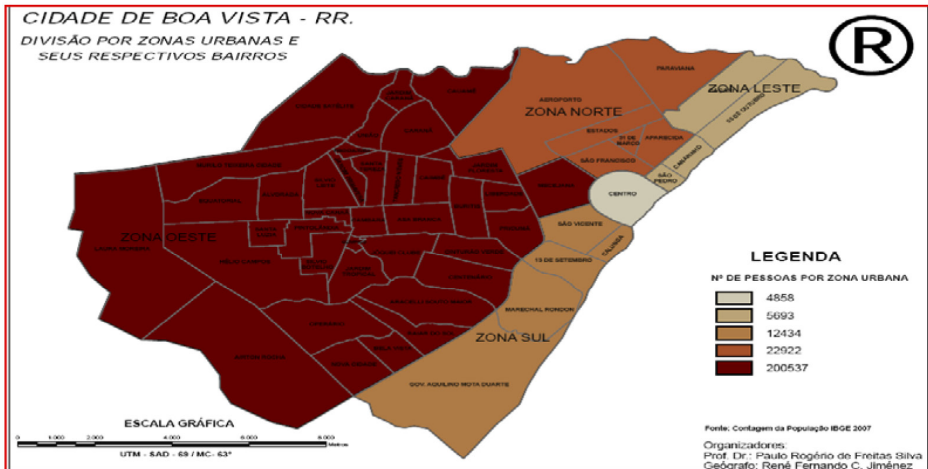


Figura 1: Bairros de Boa Vista-RR. Fonte: René Fernando e Paulo Rogério

Para melhor compreender os corpos hídricos do município, que estão vinculados ao sistema de bacias de acumulação, é necessário entender também as chamadas áreas de retenção que funcionam para acumular o excesso das águas pluviais que ocorrem nos meses de maio a julho, época das cheias, onde drenagens lentas podem evitar inundações no perímetro urbano.

Segundo Branco (2003), a quantidade de água absorvida pelo solo depende dos fatores de declividade e permeabilidade da superfície e da cobertura vegetal. Assim sendo, a permeabilidade vai depender da natureza e da estrutura do material que compõe o solo e de sua cobertura vegetal. Em relação a esse dado científico, Boa Vista possui vegetação preservada especialmente as matas ciliares, o que dá suporte e garante a proteção do solo nos casos de infiltração.

Costa e Costa (1996) descreveram a bacia o município de acordo com a movimentação de falhas transcorrentes dextrais, onde se depositou sedimentos na estruturação do relevo, no qual o seu traçado atual da rede de drenagem assim como demais conjuntos de lagos.

Para CPRM (1999), a bacia sedimentar Boa Vista revela morfologicamente características de uma planície com relevo suave e dissecação localizada e representada por limitados campos arenosos. O que concorda também Costa (1999) sobre essa formação que abriga os melhores aquíferos (areias, arenitos finos, médios e grosseiros) pertencentes à era cenozóica.

O objetivo da pesquisa visa diagnosticar e fazer repensar o que se faz com meio ambiente nas últimas décadas, e um alerta para inexistência de soluções mágicas ou instantâneas que possam resolver a problemática da degradação ambiental.

Com a finalidade de atingir o objetivo proposto desta pesquisa, os procedimentos metodológicos seguiram uma ordem de trabalho, conforme três etapas que são descritas a seguir: revisão bibliográfica, trabalho de campo o qual nos permitiu as observações “*in loco*”, e dados foram obtidos com o GPS (Global Positioning System).

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Situa-se na porção centro-oriental do estado, na microrregião de Boa Vista, mesorregião do Norte de Roraima. Com uma área de 5.117,9 km² (que corresponde a 2,54% do estado), limita-se com Pacaraima a norte, Normandia a nordeste, Bonfim a leste, Cantá a sudeste, Mucajaí a sudoeste, Alto Alegre a oeste e Amajari a noroeste. São áreas indígenas 1.447,35 Km² do município (o que corresponde à 25,33% do território).

Para Veras (2009) a gênese do estado de Roraima, mais precisamente da capital, ocorreu às margens da via fluvial, a partir da antiga fazenda Boa Vista, implantada em 1830, e transformado em município em 1890. Área física que se tornou estratégia da geopolítica, onde foram se instalando povoado, com comércios as margens do rio, área com baixa densidade demográfica, habitações foram sendo construídas em áreas não alagáveis. Até os dias atuais, perduram às margens do rio Branco, e de seu entorno habitações no estilo palafitas (casas de madeiras suspensas) pequenos comércios, bares, casas noturnas, e pescadores.

Na zona oeste há bairros decorrentes do processo de invasão em terrenos públicos e privados que se tornam mecanismos comuns na obtenção de terrenos, induzidos por políticos em períodos eleitorais. Estas áreas são ocupadas inadequadamente, gerando impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade e refletem a qualidade de vida do homem. Conforme figura 02.

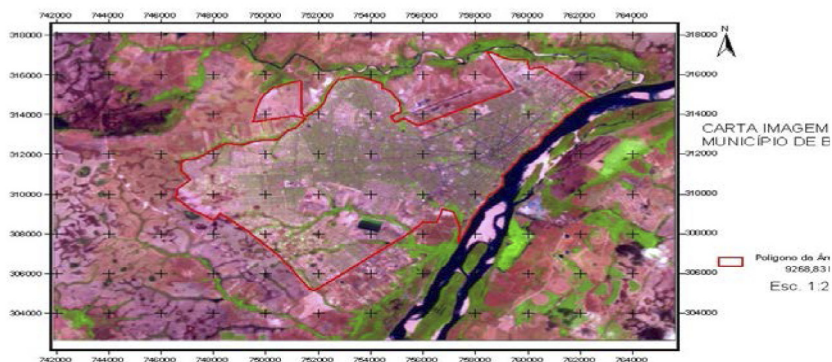


Figura 2: Limites do município de Boa Vista. Fonte: Plano Diretor BV-RR 2005

CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO

Boa Vista possui uma geomorfologia plana levemente ondulada, com dissecação que varia de fraca a muito fraca, desenvolvida sobre rochas sedimentares, que constituem a formação do município. Ocorrem ainda formas de acumulação (planos arenosos) e residuais subordinados (morros isolados, campo naturais e colinas isoladas), apresenta cota média de 120 metros.

A geologia está representada por unidades pré-cambriana, mesozóicas e cenozóicas, conforme CPRM (1999). A bacia sedimentar revela morfologicamente características de uma planície, com relevo suave e dissecado, localizada e representada por limitados campos arenosos com feições de dunas eólicas.

A era cenozóica, compõe a litoestratigrafia e cobertura recente na formação Boa Vista, na qual possui descrição sedimentação modernas areias e argilas semiconsolidadas. Dados do DNPM/CPRM (1983) indicam que Roraima situa-se na Província Hidrogeológica do Escudo Setentrional, onde os melhores aquíferos localizam-se nas áreas de ocorrência das areias e arenitos finos, médios e grosseiros, que constituem os terraços aluviais.

BACIA HIDROGRÁFICA

A bacia hidrográfica é definida como uma área de captação da água de precipitação, demarcada por divisores topográficos, onde toda água captada converge para um único ponto de saída, o exutório. A formação da bacia hidrográfica se dá através dos desníveis dos terrenos em que direcionam os cursos da água, sempre das áreas mais altas para as mais baixas, de acordo com Shiavetti *et al* (2002).

A bacia do Rio Branco domina praticamente toda a área do Estado e é o principal componente do sistema hidrográfico de Boa Vista, com o rio Cauamé, seu principal afluente, pela margem direita no município de Boa Vista. O regime hidrográfico da bacia do Rio Branco é definido por um período de cheia, nos meses de março a setembro, sendo a maior enchente no mês de junho. No período seco, as águas baixam consideravelmente, impossibilitando, inclusive, a navegação no rio Branco.

O sistema de drenagem natural de Boa Vista é formado pelo rio Branco e seus afluentes, sendo os principais: o rio Cauamé e o Igarapé Grande. Além destes, o sistema de drenagem se compõe por uma densa e complexa rede de igarapés e lagoas que possuem regime permanente (perenes) ou temporário (intermitentes) durante o ano.

Botelho (2010) considera que as ciências ambientais provam em seus estudos científicos que a bacia hidrográfica é uma célula básica de análise ambiental, meio que permite conhecer e avaliar processos de interação seja de natureza hidrológica, processos de infiltração, escoamento, erosão, assoreamento, inundação, contaminação, avaliar o equilíbrio e a qualidade ambiental.

Com base nesses princípios, ao refletirmos sobre a questão ambiental, de relevo composto por construções, o qual devolve ao meio ambiente resíduos de fabricação industrial. Nessa relação estabelecida com recursos naturais e os serviços prestados ao indivíduo, num processo agressivo aos bens naturais, como o ar puro, a água potável, massa vegetal, recursos naturais não renováveis, entre outros de igual valor que compõem a qualidade ambiental e de vida, Oliveira *et al* (2010).

ESTRUTURA URBANA

As áreas mais afetadas por precipitações intensas, com inundações, assoreamento estão ocupadas desordenadamente, e não possui saneamento básico fato esse surgido em decorrência de iniciativas por indução de políticos e em período de eleições, de acordo com Freitas (2000).

Os novos bairros são criados sem o devido planejamento e destinação de áreas institucionais, como no caso de Conjunto Cidadão, Raiar do Sol, Bela Vista, Nova Cidade, Jardim Equatorial e as invasões no bairro Profª. Araceli Souto Maior. Sem obedecer aos limites das áreas de preservação permanente de lagos, igarapés ou rios, e cada vez mais a cidade está crescendo para o oeste e sudoeste que seja invasão ou imobiliárias vendendo lotes perto igarapés.

DRENAGEM URBANA

O crescimento urbano de Boa Vista, nas últimas décadas, ocorreu de modo rápido e principalmente no sentido sudoeste e oeste, englobando paulatinamente diversas bacias de igarapés antes situados fora da área urbana.

Assim, antes que este processo inicie se faz necessário conhecer as características do meio físico da bacia em questão, ou seja, no caso estabelecer suas características físicas em uma situação pré-ocupação urbanas. De modo que esse conhecimento, somado a outros, possa orientar os gestores públicos quanto ao melhor uso do solo da bacia, assim como no futuro sirva como referência para avaliar o grau de interferência humana na bacia.

A extensão da rede urbana está limitada e, na área pesquisada, a rede de drenagem não é suficiente ao volume de água, que se junta ao escoamento superficial às águas pluviais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Considerou-se as seguintes etapas de pesquisas bibliográficas relevantes a importância do tema ambiental, para a interpretação período atual nos faz refletir sobre a situação de inundação presenciada pela população boavistense, quanto o volume da água e das grandes áreas alagadas.

A segunda etapa dos dados aqui apresentados foi obtida por meio de trabalhos de campo, no qual se utilizou GPS (Global Positioning System) Garmim Entrex, para coletar as coordenadas geográficas dos pontos.

Considerou-se a mostra do perímetro urbano entre as coordenadas UTM 02°51'21,7" N e 60°39'05,5" W, trecho da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima-CAER e o Bairro Caetano Filho de 02°48'54,2" N e 60°40'12,5" W, conforme a Figura 3.



Figura 3: (A) Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (B) Bairro Caetano Filho. Fonte: Acervo MVAf

ATITUDES AMBIENTAIS A SEREM EXCLUÍDAS

Aquecimento global e as conseqüentes mudanças climáticas, que possuem várias causas que estão interligadas diretamente aos modelos da economia global vêm se desenvolvendo nas últimas décadas e requer discussão em todas as escalas (global ao local). As conseqüências já são visíveis e sentidas o que reflete na qualidade de vida do cidadão.

O despertar para uma sensibilização ambientalista terá muito mais resultado do que medidas punitivas. Constitui o meio mais eficaz de evitar a concretização da grande crise da água, prevista para um futuro bem próximo.

As gerações atuais precisam de uma nova cultura em relação ao uso da água, pois, além da garantia de seu próprio bem-estar e sobrevivência, devem cultivar a preocupação com as próximas gerações e com a natureza, as quais, por certo, também têm direito a esse recurso.

Práticas de agressão ao meio ambiente levam décadas e até séculos para que o solo, os recursos hídricos, a fauna e flora possam se recuperar, além do desaparecimento de espécies nativas e de animais endêmicos que povoam esses ambientes.

Evitar paisagens urbanas poluídas constitui uma ação de respeito e de cidadania em favor da sustentabilidade, como os exemplos da Figura 4.



Figura 4:(A) moradia no espaço de igarapé urbano (B) lixo depositado a céu aberto (composto por plástico e vidro). Fonte: Acervo ASSV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos técnicos e científicos comprovam que a região Amazônica, em que o Estado de Roraima (Boa Vista) está localizado, sofre influências do posicionamento da Zona de Convergência Intertropical (sistema meteorológico caracterizado por grande instabilidade atmosférica) que se encontra sobre a região, responsável pelas chuvas intensas e freqüentes de acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM.

O relevo plano no qual se encontra a capital, e seu crescimento desordenado são frutos da não observância das leis ambientais e do plano diretor, instrumento que norteiam as políticas públicas e a expansão da cidade. Atrelado a esse conjunto identificado são acrescentados o não comprometimento dos gestores públicos nas três esferas.

Educação através da sensibilização e de conscientização se reverte como um processo lento, mas necessário por meio da escola institucionalizada, num esforço sinérgico constitui um meio pelo o qual “o homem se realiza dentro da realidade global e através da interação com o meio em que vive”. Ações como palestras, campanhas, atitudes efetivas no local.

O uso da temática ambiental por muitos agentes e, pelos meios de comunicação, tem levado à formação de alguns preconceitos e à veiculação de imagens distorcidas sobre as questões relativas ao meio ambiente. As distorções ocorrem por falta de conhecimento, o que se justifica diante da novidade da temática.

A preocupação com a degradação e a conseqüente escassez dos recursos hídricos deixou de ser somente uma bandeira de luta de ambientalistas, passando a representar um sério problema de saúde pública. Isto ocorre porque a água, que é um bem naturalmente renovável, gera, na prática, o aumento populacional em níveis superiores aos tolerados pela natureza.

Fonte de vida e de riqueza, a água torna-se causa de um número estatisticamente alarmante de doenças. Entretanto, a irracionalidade humana do desperdício e da degradação superou o instinto de sobrevivência, colocando em risco até mesmo sua própria espécie.

Recebido em janeiro, aprovado em abril.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Machado Garrido Rosangela; SILVA, Soares Antonio. *Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2010 . p. 153-189

BRANCO, Samuel Murgel. 2003. *Água, origem, uso e preservação*. 2ª. ed. São Paulo; Moderna, 117p.

COSTA, J.B.S e COSTA, J.A.V.1996. *O quadro neotectônico da região nordeste do estado de Roraima*. In: Simpósio de Geologia da Amazonia, 5; Belém. Resumos Expandidos. SBG- NN, p. 284-86.

COSTA, J.A.V. 1999. *Tectônica da região nordeste do estado de Roraima*, Belém. Centro de Geociências. 315 p. (Tese de Doutorado).

CPRM. 1999. *Programa de levantamentos geológicos básicos do Brasil*. Roraima Central. AM. Brasília: CPRM.

DNPM/CPRM. 1983. *Províncias Hidrogeológicas do Brasil*.

FREITAS, Aimerê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 2000.

OLIVEIRA, Livia; MACHADO, Philadelpho; CALDERINI, Marion Lucy. *Percepção, Cognição, Dimensão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010 p. 129.

SHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, M.F. Antonio. *Conceitos de Bacias Hidrográficas: Teorias e Aplicações*. Ilhéus. ed. Editus, 2002.289p.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano e Boa Vista-Roraima*. Tese de doutorado. São Paulo. 2009. Cap II 78-119.

RESENHA

SANTOS, Odair J. *História geral de Roraima*. Boa Vista: Ed. UFRR, 2011.

Um dos grandes quadros do departamento de história, a professora Dra. Maria Luiza Fernandes, ao escrever um artigo para o livro “O Rio Branco se Enche de História”, escreveu com muita propriedade que a historiografia roraimense foi, num primeiro momento, escrita por curiosos sem qualquer formação profissional e que o rigor com as fontes era muito precário. Continuaríamos a escrever que, infelizmente, parte da história de Roraima ainda continua sendo escrita por curiosos e que continua preocupada com a origem de tudo, ou seja, desde a construção do Forte São Joaquim ao desastroso Governo de Anchieta Júnior, como é o caso do livro que vamos falar mais adiante denominado “Roraima História Geral” editado pela Editora da UFRR.

Um dos livros mais importantes na nossa formação tem por título “As Identidades do Brasil – de Vanhargen a FHC”. Na introdução dessa obra, e vamos ficar apenas nela, o autor deixa claro que a história só faz sentido se a entendermos enquanto um processo, e que homens e sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. Para Reis a história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. Assim afirma o autor “a reescrita contínua da história torna-se então uma necessidade”. Portanto, não existem verdades acabadas. Essas são as primeiras lições que apreendemos num curso de história. (Reis, 1998 p.7).

Nesse sentido, Reis esclarece que as obras históricas são também históricas, que possuem uma duração determinada que às vezes é bem curta. Como nós, elas envelhecem exigindo uma revisão e uma reelaboração. Hoje todos já sabemos que a

* Professor do curso de História da UFRR.

história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza.

Mas a segunda questão apontada por Reis nessa obra parece ser a mais importante. Pergunta então o autor porque reescrevemos a história. “A história é reescrita”, prossegue “porque o conhecimento muda, acompanhado as mudanças da história. Novas fontes surgem, novos objetos surgem, novas técnicas, novas teorias e novos pontos de vista que acabam levando a reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas”, daí a necessidade de se fazer críticas as obras anteriores e reescrevemos a história.

Para além disso, dessas razões técnicas, aparecem jovens historiadores e indivíduos talentosos, formados na leitura dos clássicos, aponta Reis, e na história presente que acabaram por formular novas questões com os velhos objetos dando contribuições importantes à historiografia.

Para Reis, os historiadores se iludem “ao pensar que o seu novo ponto de vista é único e definitivo, que definitivamente descobriram a verdade histórica”. Aprendemos com Reis que o historiador é marcado por seu lugar social, por sua data e por sua pessoa, o que conhecemos como subjetividade.

O livro que vamos tratar comete os mesmos erros desenvolvidos por diversos autodidatas. Trata-se de uma abordagem político-administrativa que visa, sobretudo, dar um enfoque sobre a origem do estado de Roraima indo dos cronistas e viajantes nos século XVI a XVIII ao governo de Ottomar de Souza Pinto, até chegar ao governo de Anchieta Júnior sem ter tempo de se aprofundar em quase nada.

Depois dessa pequena introdução, vamos saber um pouco mais dessa obra que estamos nos propondo a fazer uma análise historiográfica, entendendo aqui historiografia como sendo uma análise daquilo que já foi produzido e publicado sobre um determinado objeto da história.

O autor, Adair J. Santos é pernambucano, militar aposentado da marinha de guerra do Brasil, autodidata e ocupa a cadeira de número 25 da Academia Roraimense de Letras.

Iniciamos a análise dessa obra pela apresentação do trabalho que é feita por um general de Brigada chamado Eliezer Girão Monteiro Filho que fez declarações desastrosas nos meios de comunicação de massa, quando do processo da homologação da Raposa Serra do Sol em 2007 em área contínua. Para o eminente general, “com a publicação do Livro, a história de Roraima estará bem mais esclarecida e disponível para leitura”.

Lamentamos informar ao general e aos novos leitores que a obra em questão é em boa parte um amontoado de fatos históricos mal explicados. O próprio general erra em sua apresentação ao afirmar que Lobo D'Almada era um grande desbravador. D'Almada foi, na verdade, um funcionário colonial bem pago pela coroa portuguesa, responsável pelo projeto de introdução da pecuária nos campos do Rio Branco, já que não havia na época uma atividade mercantil capaz de atrair colonos, sendo dele a famosa frase “os índios são as muralhas do sertão” parafraseada na grande obra de Nádya Farage “As Muralhas do Sertão”. Lobo D'Almada, no século XVIII, teve um discurso diferente do próprio General que na apresentação do livro de Adair Santos afirma que os índios facilitarão a internacionalização da Amazônia. Segundo o general, poderemos perder novas áreas “em função de ingerências externas, por causa da defesa de minorias e de direitos indígenas”, se o eminente general se desse o trabalho de fazer algumas leituras veria que esse conceito de minorias para as populações indígenas não servem para os índios de Roraima.

Nada de diferente é dito na introdução a não ser o que já estamos cansados de ouvir inclusive de um relatório financiado pelo poder Judiciário, onde professores da UFRR, das áreas de geografia, da ciência política e da economia já fizeram questão de assinalar que as terras indígenas não deveriam ser demarcadas em áreas contínuas, discurso que também está presente nas entrelinhas desse trabalho. Por último, entendemos que ninguém convida um general para apresentar seu trabalho ingenuamente.

O trabalho “Roraima História Geral” está constituído de dezoito capítulos com mais de quatrocentas páginas. O primeiro deles que deveria causar um impacto ao leitor resume-se a uma página e meia sem qualquer contribuição valiosa para a História de Roraima.

O seu segundo capítulo limita-se a explicar que durante os séculos XVI a XVIII o Rio Branco recebeu inúmeros estrangeiros interessados na localização do “Eldorado”, a lendária Manoa.

Mas a grande ousadia é afirmar que Hamilton Rice, o eminente geógrafo americano ainda procurava a cidade de ouro. Discurso fraco, que acaba sendo confundido com o discurso das elites locais que apontavam que a igreja só defendia os índios, pois as terras indígenas estavam cheias de minérios preciosos, inclusive ouro.

O terceiro capítulo, denominado a descoberta do Rio Branco, é muito mais uma carta da hidrografia da região, dando nomes dos rios e seus afluentes, demonstrando uma grande erudição nesse assunto do que um trabalho de historiador, e termina com os nomes das embarcações que circularam no Rio Branco até a chegada do barco a vapor. Algum documento novo, alguma análise mais apurada sobre essa região

infelizmente não aparece, o que deixa a desejar, pois já estamos no capítulo terceiro e nada de novo aparece.

Já no capítulo quarto fica evidente que o autor, novamente, dá uma verdadeira aula sobre os rios dessa região, mas, em matéria de agropecuária, ele mereceria ter um curso de reciclagem, pois afirmar que no Rio Branco foi encontrada uma verdadeira dádiva da natureza para a implantação da atividade pastoril e querer forçar de mais uma barra. Esse capítulo termina tecendo um rosário das diversas expedições que por aqui passaram entre os séculos XVII ao XX. Em primeiro lugar, aqui temos um gado de segunda categoria, o chamado pé duro, que tem de percorrer quilômetros para encontrar o que comer, o que endurece os músculos fazendo com que sua carne perca a qualidade. Por outro lado traz informações duvidosas, pois apenas utiliza o relatório do Ouvidor Ribeiro de Sampaio para afirmar que o Rio Branco já era conhecido por navegadores portugueses desde o ano de 1639 já fora superado.

Adair cai num mesmo erro de muitos, apostando na verdade dita por Ribeiro de Sampaio que, como outros funcionários a serviço da coroa portuguesa, tinham interesse em registrar em seus relatórios que o Rio Branco era conhecido pelos viajantes portugueses desde o século XVI.

Recorrendo a uma obra clássica, *Muralhas do Sertão*, Nádia Farage esclarece que “os documentos relativos ao Branco datam já do século XVIII, tornando-se mais fartos a partir dos anos 30”. De toda maneira, referências ao Rio Branco irão aparecer nos relatos dos viajantes do século XVIII, de forma passageira em *La Condamine* do Padre Daniel e mais detidamente nos relatos de Ribeiro de Sampaio, Rodrigues Ferreira e Lobo D’Almada.

Ao fazermos uma análise mais cuidadosa dessa informação percebemos que o autor em questão apenas utiliza como referência o cronista Acuña, sem mostrar, inclusive, uma referência mais detalhada dessa própria crônica. Na leitura de seu texto anotamos que ele não consultou, como deveria, o próprio cronista, pois o que ele acaba citando como suas principais fontes de pesquisa vem do funcionário colonial Ribeiro de Sampaio, que esteve no Rio Branco em 1777, numa Missão fiscalizadora, a mando do Governador e Capitão Geral da província do Rio Negro, Dr. João Pereira Caldas, dentro da política portuguesa de justificar a posse em função das inúmeras incursões estrangeiras à região e o relato de Alexandre Rodrigues de 1780 que foi contratado e destacado para fazer uma avaliação do efetivo potencial econômico e do rendimento dessa região, que, nas últimas duas décadas do século XVIII, sua ocupação não teria sido ainda consolidada, como também do relato do experiente funcionário colonial Lobo D’Almada.

Sampaio, Alexandre Rodrigues e Lobo D'Almada deixaram importantes relatos quando de sua passagem pelo Rio Branco e fora exatamente nesses relatos que muitos autores sustentam e preocupam-se em citar, muitas das vezes cometendo excessos desnecessários quanto ao estabelecimento dos portugueses na região do Rio Branco.

Uma coisa ainda chama atenção nesse capítulo. A confusão entre viajantes e funcionários do Estado, ao colocar Rondon na primeira categoria. Rondon é um funcionário positivista da República, responsável por tirar os índios do caminho para que o projeto do capitalismo se estabeleça e tenha o seu curso normal pelo interior do Brasil. Porém o relato do autor sobre a passagem de Rondon pelo Rio Branco é surpreendente, pois apenas descreve que o “eminente militar” visitou várias aldeias indígenas e cursos fluvial”.

O autor em questão, deveria visitar a documentação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), assim teria oportunidade de afirmar que pecuaristas no Rio Branco, já naquele período da viagem de Rondon, expulsavam os índios macuxi para as fronteiras onde eram vistos como ladrões de gado. O marechal Rondon conseguiu perceber essa realidade e sintetizá-la, quando fez a viagem citada pelo autor da fazenda São Marcos (antiga Fazenda Nacional) ao Monte Roraima. Nessa expedição, e isso já são nossas pesquisas, ele teve o privilégio de estar acompanhado por uma comissão de 180 índios Macuxi, Taurepang e Maiongong, entre homens, mulheres e crianças. Dessa experiência escreveu em seu diário em 1927:

Que diferença entre ingleses da Guiana e os brasileiros da fronteira! Aqueles procuram atrair para o seu território todos os índios da região, estes escorraçam os seus patrícios, obrigando-os a expatriarem-se.

Coisa interessante: esses índios têm a pecha de ladrões no Brasil e passam para a Guiana, onde são recebidos pelos ingleses que os consideram homens de bem.

Adair dos Santos nem de longe vai fazer essa discussão.

O capítulo de número cinco que vai tratar da fundação da capitania do Rio Negro é um desfilar de nomes e datas, faz sérios elogios a Lobo D'Almada, afirmando que sob sua responsabilidade conduziu um grande projeto sócio econômico para o Rio Branco. Realmente não sabemos que grande projeto é esse, pois até o final do século XIX a nossa economia era baseada na extração da balata e não na pecuária que ainda era considerada marginal. Porém isso não é tudo, apresenta gráficos sobre a população incluindo negros e índios que somente o poder superior sabe de onde

foram originários, pois as fontes que o autor faz uso praticamente não aparecem no decorrer do texto. Aproveitando a oportunidade devemos afirmar que em relação à metodologia, o autor em questão apenas apresenta uma bibliografia final com cinco a seis livros e alguns recortes de jornal.

Avançando um pouco em nossa análise, Adair, no capítulo oitavo, sem apontar qualquer tipo de fonte, afirma miraculosamente que até 1537 os navegadores e exploradores tratavam os índios como verdadeiros animais. Nesse capítulo os índios foram explorados, maltratados, mutilados e mortos. Esquece o autor que pensar assim é admitir que a população indígena não negocia, não guerreia, não resiste. O Índio não pode ser apresentado como vítima passiva de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação.

Esse capítulo é muito extenso, onde ele resolve fazer um sério elogio a criação do SPI. São palavras do autor “tal órgão foi criado para assegurar aos nativos a defesa de seus direitos de viverem de acordo com seus costumes e para garantir a posse das suas terras”. Aqui faremos a seguinte reflexão, será mesmo que os administradores regionais do antigo SPI ou da atual FUNAI respeitavam os direitos às terras indígenas? Os exemplos são os mais variados; a resposta é negativa. Em nossas pesquisas os fazendeiros, no rio Branco em especial, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas: por meio da cooptação de suas lideranças, da força, que na maioria das vezes terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras, e de acordos, que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do SPI ou da FUNAI. Exemplo dessa afirmação pode ser encontrado no ofício de número 03/1969, encontrado no arquivo do museu do índio no Rio de Janeiro, onde o chefe do escritório do posto indígena da FUNAI em Boa Vista, Nélio Macedo Rocha, comunica que “conseguiu” resolver uma questão de terra entre índios que viviam, segundo ele, na fazenda Cunha-Pucá e o fazendeiro Alcides Lima. A solução encontrada foi a mais fácil, atendendo os interesses do fazendeiro, retirou os índios da região, empurrando-os para as matas das Serras da Tábua Lascada.

Mas o mais cruel vem agora, depois de escrever algumas linhas sobre o SPI, o autor vai falar sobre a Fundação Nacional do Índio, afirmando, acertadamente, que depois de inúmeros processos de corrupção, o SPI, deu lugar a FUNAI, que segundo o nosso autor cometeu um erro gravíssimo ao promulgar o estatuto do índio. Para Adair esse estatuto cometeu um erro jurídico por não ter tido possibilidade de

diferenciar o índio aculturado do índio selvagem cujos direitos e deveres precisam ser avaliados.

Aqui poderíamos perguntar o que é um índio selvagem e o que é um índio aculturado. Será que Davi Copenawa, líder dos yanomami, é um índio selvagem ou aculturado? Os diversos índios que encontramos na beira da estrada, aqui em Boa Vista, com suas vassouras artesanais nas costas, ou aqueles que estão nas salas de aula da UFRR são índios selvagens? Essas denominações são exemplos do mais puro desrespeito e preconceito com as populações indígenas. Mas o que mais nos agride é que esse livro com tamanha carga ideológica foi publicado pela editora da UFRR, que possui um corpo editorial, que infelizmente não foi consultado. Mais do que isso, o livro estará nas escolas públicas e particulares, formando alunos, portanto, reafirmando preconceitos já há muito tempo disseminando no estado de Roraima, o estado da federação mais anti-indígena da nação.

Ao chegarmos ao décimo capítulo, denominado “Boa Vista do Rio Branco”. Nesse encontramos um desfile de datas como estas: 1830 Fazenda Boa Vista, 1858 Freguesia do Carmo, 1943 Criação do território federal de Roraima e em seguida dá os nomes de todos os prefeitos até 2011. Aqui nos perguntamos qual é o seu objetivo?

Para concluir vamos direto ao capítulo dezesseis, denominado “Território Federal do Rio Branco”, sendo um dos capítulos mais ricos da obra. Aqui o autor faz um destaque para a economia do ex-território, apontando dados importantes sobre a economia da região em especial a exportação de gado para Manaus, segundo o autor, nosso principal mercado consumidor, como também para os países vizinhos. Os elogios terminam por aqui. Nesse mesmo capítulo, Adair dos Santos acaba misturando economia com assistência à infância e juventude, chegando a afirmar por meio de uma fonte alarmista, um monge beneditino que antes de 1943 a cada sessenta crianças que nasciam no Vale do Rio Branco, aproximadamente 40 a 50 faleciam prematuramente.

Ainda nesse capítulo, sem que haja nenhuma ingenuidade, aponta os diversos minerais que compõem a geologia de Roraima e não falta espaço para criticar e reafirmar que existem grandes interesses das Organizações não Governamentais (ONGS) em apoiar, criar nações independentes dentro das etnias nativas do estado de Roraima. Aqui a velha tese dos militares acabou sendo ressuscitada. Para dar credibilidade a sua tese transcreve exaustivamente um documento denominado Diretrizes número 04-, afirmando ter sido elaborado por um grupo europeu em Genebra na Suíça. Novamente os fantasmas da internet acabam sendo usados para

desclassificar uma luta dos povos indígenas em Roraima para que suas terras fossem demarcadas e homologadas em áreas contínuas.

Gostaríamos de concluir com apenas uma reflexão. Se o livro “Roraima História Geral” defende as populações indígenas, porque se trai tão facilmente ao afirmar que “as perspectivas de desenvolvimento econômico para Roraima estão no campo do agronegócio” que para Adair já é uma realidade incontestável, com o desenvolvimento das culturas de soja e do arroz irrigado?

Todos nós já sabemos que o agronegócio é sim um grande projeto de acúmulo do capital, mas não diz respeito ao projeto de sobrevivência para as populações indígenas. São dois projetos que não se encontram. Um exemplo estaria no número de mortes com a pecuária extensiva nos campos do Rio Branco (Vieira, 2010). Porém o maior exemplo disso está em Mato Grosso, onde centenas de índios têm cometido suicídio, vivem na miséria devido ao forte avanço do agronegócio em suas terras.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

Referências bibliográficas:

FARAGE, N. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

VIEIRA, Jaci Guilherme Vieira. Missionários fazendeiros e índios: a disputa pela terra. Boa Vista, Ed. UFRR, 2007.

SANTOS, Adair J. Roraima História Geral. Boa Vista, Ed. UFRR, 2011.

Fonte- Ofício nº031/1969 do chefe do escritório da FUNAI ao Governador do Território Federal. Museu do Índio Rio Janeiro. Microfilme 406.

RONDON, Candido Mariano da Silva. Índios do Brasil do Norte do rio Amazonas. Conselho Nacional de proteção aos Índios. Ministério da Agricultura. Vol.III. Rio de Janeiro; 1953. pág. 09